

REVISTA  
***PANTANEIRA***

ISSN 1677-0609

REVISTA PANTANEIRA	AQUIDAUANA, MS	P. 1-67	V. 7	2005
--------------------	----------------	---------	------	------

Ficha catalográfica

Revista Pantaneira / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.  
Câmpus de Aquidauana. – Vol. 1, n. 1 (2000) - . Aquidauana, MS:  
UFMS/CEUA, 2000- .  
n. : il. ; 29 cm.

Anual  
Publicado semestralmente até 2002.  
ISSN 1677-0609

I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Periódicos. I.  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus de Aquidauana.



# Apresentação

A Superfície da Terra é extremamente variada. Mesmo um conhecimento casual com sua geografia física e a abundância de formas de vida, muito nos dizem. Mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas.

(Yi-fu Tuan “Topofilia”.  
Trad. de Livia de Oliveira. Difel Editora 1980)

# REVISTA **PANTANEIRA**

CÂMPUS DE AQUIDAUANA

## COMISSÃO EDITORIAL

*Alice Maria Derbócio*  
*André Luiz Pinto*  
*Gilson Rodolfo Martins*  
*Kelcilene Grácia da Silva*  
*Mário Baldo*  
*Paulo Roberto Jóia*  
*Valter Guimarães*

## Coordenação

*Valter Guimarães*

## Consultoria

*Adyr Balastrieri Rodrigues - USP*  
*Agenor Martinho Correa - UEMS*  
*Alfredo Rau Abot - UEMS*  
*Antonio Celso - UNESP*  
*Arnaldo Yoso Sakamoto - UFMS*  
*Dióres Santos Abreu - UNESP*  
*Hideo Sudo - UNESP*  
*Homero Scalon Filho - UNIGRAN*  
*Iandara Alves Mendes - UNESP*  
*Jean Vicent Marie Guhur - UEM*  
*João Afonso Zavatini - UNESP*  
*João Lima Sant'Anna Neto - UNESP*  
*José Claudinei Lombardi - UNICAMP*  
*Lígia Maria Klein - UFP*  
*Rosângela A. M. Hespanhol - UNESP*  
*Silvina Rosa - UEM*  
*Tânia M. Baptista dos Santos - UEMS*  
*Tarcísio de Oliveira Valente - UFMS*

## Revisão

*Valter Guimarães*

## Foto Capa

*Município de Figueirão-MS.*  
*Trecho de canal fluvial totalmente assoreado,*  
*em área de movimentação de sedimentos*  
*oriundos das rochas de arenito Caiuá.*

## Apoio

*Editora UFMS*  
*UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL*

# Sumário

Resíduos Sólidos na Aldeia do Posto Indígena de Taunay em Aquidauana-MS: Uma Abordagem em Planejamento Local <i>Evanilson Campos Gonçalves e Ricardo Henrique Gentil Pereira</i> .....	7
O Desenvolvimento Local e a Dependência das Remessas de Brasileiros que Deixam o Brasil em Busca de Trabalho <i>Kátia Viviane Kintschner Lopes</i> .....	16
Organização do Espaço: Pecuária de Corte e Turismo no Município de Jardim (MS) <i>Lucimar Constantino Barbosa, Edna Maria Facincani e Ana Paula Correia Araujo</i> .....	23
Origem e Evolução da Cidade de Aquidauana-MS <i>Paulo Roberto Joia</i> .....	34
A Inserção do Território de Figueirão na Bacia Hidrográfica do Alto Taquari <i>Valter Guimarães</i> .....	50
Organización Económica del Territorio Paraguayo: Integración Regional, Desintegración Nacional <i>Yamili Yaluff</i> .....	58



# Resíduos Sólidos na Aldeia do Posto Indígena de Taunay em Aquidauana-MS: Uma Abordagem em Planejamento Local\*

*Evanilson Campos Gonçalves\*\* e Ricardo Henrique Gentil Pereira\*\*\**

Ao longo do tempo, os costumes e a implantação do modo de vida do homem branco promoveram o desenvolvimento de cidades, desencadeando um crescimento urbano desenfreado que nos dias de hoje causam graves problemas de ordem social e ambiental, os quais se tornam foco de grandes debates na atualidade. A ocupação dos espaços com a formação de centros urbanos estabelece a aproximação mais efetiva da cultura do homem branco com a cultura do índio. Esta relação faz com que o modo de vida capitalista invada o mundo dos indígenas modificando os costumes nativos e implantando o consumismo de produtos industrializados. A mudança dos costumes dos aldeados traz para as aldeias o problema do acúmulo de lixo, que cada vez mais tem aumentado na reserva do Posto Indígena de Taunay no município de Aquidauana MS.

Palavras chaves:

índio, costumes, consumo, lixo, planejamento.

*Along the time, the habits and the implantation in the way of the white man's life they promoted the development of cities unchaining a wild urban growth which nowadays it causes serious problems of social, economical and environmental order, which ones become focus of great debates at the present time. The occupation of the spaces, with the formation of urban centers, establishes the most effective approach of the white man's culture with the culture of the Indian. This relationship does as the way of capitalist life invades the natives' world modifying the native habits and implanting the consumerism of industrialized products. The changing of the usage of the community brings to the villages the problem of the garbage accumulation that more and more it has been increasing in the reservation of the indigenous Taunay Office in the municipal district of Aquidauana MS.*

Key words:

*Indian, habits, use, garbage and planning.*

\* Pesquisa em Andamento – Programa de Mestrado em Geografia/UFMS.

\*\* Mestrando em Geografia – UFMS.

\*\*\* Docente do Programa de Mestrado em Geografia/UFMS.

## LIXO NA ALDEIA

A mudança no modo de vida indígena na aldeia Bananal, na reserva do Posto Indígena de Taunay, em função da proximidade de centros urbanos, tem se deparado com situações-problemas que até então eram características das cidades. Apesar de não ter destaque nas preocupações do índio, a incidência de resíduos na aldeia é bastante perceptível.

A aldeia Bananal localiza-se na reserva do Posto Indígena de Taunay, composta por oito aldeias indígenas localizada a 58 km ao Oeste da área urbana do município de Aquidauana. Não foi possível estabelecer as coordenadas geográficas precisas da aldeia Bananal devido ao fato de as aldeias situadas na reserva não serem demarcadas. No entanto, a área de objeto da pesquisa, que abrange as residências indígenas na aldeia que tem como foco a maior densidade de domicílios está localizada entre os paralelos 20°40'085" e 20°41'593" de latitude Sul, e entre os meridianos 55°17'597" e 55°16'465" de longitude Oeste.

A reserva está em uma área inserida na grande região geográfica Centro-

Oeste, no Mato Grosso do Sul, na bacia do Alto Paraguai na micro região Aquidauana, no município de Aquidauana. Está integrada ao restante do país por ferrovias e rodovias. Passa em Aquidauana a estrada de ferro Novoeste, antiga Noroeste do Brasil, ligando o Posto Indígena às cidades de Miranda e Corumbá (a Oeste) e Aquidauana, Campo Grande e Bauru (a Leste). Temos ainda a BR 262 que passa a uma distância de 16 km da aldeia, acompanhando o mesmo traçado da ferrovia.

Alem da aldeia Bananal localiza-se no posto indígena de Taunay as aldeias Ipegue, Água Branca, Lagoinha, Morrinho e Imbirussú, São José, e Colônia Nova todas localizadas na mesma reserva, com um total de 4601 habitantes em uma área de 6461 hectares,

Apesar do longo tempo de integração à sociedade nacional, os TERENA apresentam sérias dificuldades em participar integralmente do sistema de mercado na busca de realizações que contemplem o modo capitalista de ser. A comunidade está diante de uma série de evoluções tecnológicas, como aparelho de som e televisão, e agora em 2004, a instalação de salas de computação com acesso à Internet, que os colocam a par da evolução do mundo moderno e os instigam a participar deste mundo. No entanto, a condição real da vida do índio na aldeia está bem aquém daquilo que a mídia expõe.

O índio encontra-se de posse de uma moradia, que apesar de aparentar certa melhoria do ponto de vista capitalista, em função do aumento de casas de alvenaria com cobertura de telha de barro, estas casas encontram-se ainda, inacabadas. A média de moradores por residência está em torno de 5,3 pessoas. Na entrevistas em aplicação de questionários encontramos residências com áreas em torno de 40 m<sup>2</sup> com quantidade que variam entre 8 a 12 pessoas. Segundo dados da Funasa – Fundação Nacional de Saúde e mos-

trada no gráfico abaixo a maior população é de crianças e adolescentes que correspondem a 58% da população da aldeia Bananal.

As buscas pelo conforto das residências mobiliadas e a praticidade dos eletrodomésticos revelam a contaminação do consumismo, mesmo que longe das escalas da sociedade capitalista, mas revelando a força da cultura do consumo e da aquisição de mercadorias, dadas como indispensáveis para a vida humana, característica do sistema de mercado de consumo.

Em função da mudança do hábito alimentar alguns eletrodomésticos como a geladeira, torna-se prioridade de aquisição das famílias indígenas, fazendo parte da maioria das residências consultadas. Além da praticidade, aparelhos que proporcionam entretenimento e informação (televisão e aparelho de som) aparecem como os mais cotados nas compras das famílias indígenas.

“... e hoje eu quero uma vida totalmente diferente para meus filhos, quero que eles estudem que eles aprendam e nosso sonho hoje é melhorar. Eu tenho um carro sonhei ter um carro sonho pro meus filhos tem um carro, ter antena parabólica televisão, ter tudo, ter computador, ter internet em casa, isso nós sonhamos” Joãozinho da Silva, 43 anos.

O sonho capitalista invade o mundo dos aldeados proporcionando a necessidade de consumir produtos que até então não fazia parte do mundo do índio. Além da tecnologia o consumo de produtos industrializados faz surgir nas aldeias problemas do mundo moderno, entre eles o lixo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **A ENTREVISTA DE ALDEADOS, A HISTÓRIA DE VIDA, NA OBTENÇÃO DE DADOS PARA PESQUISA**

Procuramos utilizar como procedimento metodológico entrevistas para

buscar informações na discussão dos problemas.

A intenção foi buscar informações a partir dos moradores da comunidade. Assim sendo, procuramos trabalhar com relatos de pessoas que residem na aldeia e que pudessem nos fornecer tais informações.

O levantamento de informações sobre a vida de uma comunidade pode ser obtido através da história de vida de seus habitantes. Uma das técnicas possíveis são as aplicadas em história oral.

Buscamos informações sobre a história de vida de habitantes com mais de 40 anos e que residem na aldeia desde o seu nascimento. Segundo Meihy (1996), a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado.

Esta atividade foi realizada através das seguintes ações:

- Definição de colônia: a colônia a ser pesquisada é o grupo de índios TERENA da aldeia Bananal.
- Com a definição da colônia buscou-se identificar a rede de entrevistados, cuja formação deu-se a partir do contato com o primeiro depoente que propiciou a criação de uma lista de possíveis entrevistados para colaborar na pesquisa. Foram entrevistadas dez pessoas entre idosos acima de 60 anos e adultos de meia idade entre 35 e 55 anos, sendo que a cada colaborador foi explicado como seria feita a entrevista.
- As realizações das entrevistas semi-estruturadas foram feitas com um gravador e fitas magnéticas (k-7), onde se indagou os colaboradores com perguntas abrangentes buscando a história de vida com o enfoque na mudança dos costumes levando em conta a alimentação e contato com mercadorias industrializadas.
- Transcrição das entrevistas que corresponde à passagem da entrevista oral para a escrita, na íntegra. A última fase da transcrição é a transcrição onde foi elaborado o

texto recriado na sua plenitude, podendo ter interferência do autor obedecendo a acertos combinados com o entrevistado. Isto implica na leitura do texto do depoimento do entrevistado verificando possíveis mudanças no texto.

- Foram feitas conferências dos textos pelos colaboradores autorizando ou não a publicação das entrevistas.

### **A APLICAÇÃO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS SÓCIO-ECONÔMICO E SANITÁRIO**

Foi feito o levantamento sócio-econômico da população através de questionário que proporcionassem informações sobre a situação dos moradores da aldeia. Segundo Vetter e Simões (1981), a aplicação de questionário na busca de informações de saneamento básico em uma população possibilita identificar a qualidade de vida dos habitantes e discutir a forma de instalações inadequadas que se tornam potenciais poluidores no sistema.

Este trabalho foi realizado com as seguintes ações:

- Elaboração de questões e a montagem do questionário que serviram de roteiro nas entrevistas para obtenção de informações sócio-econômicas das famílias na aldeia e a relação destas famílias com o seu espaço.
- As entrevistas estruturadas realizadas com a população da aldeia, obedeceram a um procedimento que estabeleceu a escolha de 150 residências na aldeia, dentro de uma área de 1km<sup>2</sup> tendo como o centro desta área o local com maior quantidade de domicílios.

Estas atividades foram feitas em várias etapas, onde se contou com a ajuda de amigos e uma estudante do curso de geografia, a índia terena Altamira Cândido Valério, que reside na aldeia.

- Tabulação dos dados e verificação das respostas dos entrevistados e or-

ganização das tabelas e esboço dos gráficos

### **COLETA, TRANSPORTE E A PESAGEM, NA QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RESÍDUOS**

As atividades de quantificação de resíduos sólidos na aldeia foram realizadas através de coleta de resíduos sólidos nos domicílios, realizando as pesagens do total e separando por tipo de componentes, como: metal, plástico, papel, orgânico e rejeito. Não incluindo as folhas secas e galhos no quintal.

Lima (1991) estabelece alguns procedimentos necessários ao tratamento e análise das amostras de lixo. O primeiro passo é classificar e definir a amostra, através do seguinte critério: Amostra bruta: aquela obtida diretamente nos locais de descargas e destino final; amostra de laboratório: é aquela amostra bruta que, após sofrer um processo de separação e triagem dos componentes metálicos, oferece condições ótimas de análise; amostra analítica: é amostra de laboratório submetida a um processo de secagem para determinação do teor de umidade e depois moída e classificada por peneiramento. Este trabalho utiliza-se da amostragem bruta onde se coleta diretamente o lixo do gerador, em função de não haver coleta de lixo na aldeia.

Esta técnica de amostragem de resíduos tem por base a utilizada por Berrios (1997), que consiste em selecionar um número de residência, conforme a técnica de amostragem, tomando como base o tamanho do universo. O universo e a amostragem das residências na aldeia seguem a tabela colocada por Gerardi e Silva (1981), a qual salienta que a abordagem quantitativa deve ser ressaltada na contribuição que a mesma oferece à aplicação da geografia na solução de problemas de diversas naturezas, através do oferecimento de eficientes modelos analíticos, preditivos e de planejamento.

Este trabalho foi realizado utilizando as seguintes ações:

- A escolha dos domicílios deu-se através do mesmo procedimento utilizado para a realização das entrevistas, que implicou em entrar em contato com as mesmas famílias, fazendo a abordagem do residente ou responsável e pedindo a colaboração dos mesmos na acomodação dos resíduos em sacos plásticos para ser feita a pesagem.

Esta atividade requereu certo cuidado, tendo em vista que os habitantes não tinham o hábito de armazenar os resíduos. O outro cuidado era explicar-lhe que não se tratava de todo o lixo do quintal e sim os gerados nos dias específicos e combinados em função dos intervalos das coletas.

O trabalho de quantificação e caracterização dos resíduos teve duas etapas:

- Distribuição dos sacos plásticos para armazenagem dos resíduos nos domicílios. Essa atividade foi realizada em três etapas e sempre três dias antes de cada coleta, tempo estabelecido como intervalo de coleta do lixo. Cada residência recebia um saco de 100 litros.
- Coletas e pesagem dos resíduos nos domicílios: as coletas foram feitas em três etapas, sendo a primeira no dia vinte e um de setembro de dois mil e quatro analisando vinte domicílios, e a segunda coleta ocorreu no dia seis de janeiro de dois mil e cinco, coletando resíduos em cinquenta residências. A última coleta ocorreu no dia vinte de janeiro de dois mil e cinco com a coleta de resíduos em oitenta residências, perfazendo assim um total de cento e cinquenta residências na amostra da pesquisa em um universo de duzentos e cinquenta e nove residências.

O trabalho foi feito com a utilização de equipamentos apropriados para a manipulação do lixo (como luva e máscaras) e balança de ponteiro para pesagem dos resíduos.

Todo o lixo coletado nas residências foi levado para cidade com a utilização de um veículo automotor tipo utilitário.

O material coletado foi pesado em sua totalidade e depois separado e pesado por componentes. Os componentes destacados foram: plástico, papel, metal, orgânico e rejeito, entendido aqui como fralda descartável, papel higiênico, pedra, pedaço de madeiras, etc.; componentes que, segundo Bitencourt (2004), não são possíveis de reciclagem, reutilização ou compostagem.

Após realização da pesagem, os resíduos foram colocados à disposição da coleta pública onde os catadores retiraram os materiais que poderiam ser vendidos e o que sobrou foi levado pela coleta pública da Prefeitura.

-Análise e organização dos dados obtidos em tabelas e gráficos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A disposição dos resíduos na aldeia, sempre ficou e continua sobre responsabilidade de seus geradores. Cada família ou cada residência tem a incumbência de dar um destino para seu lixo.

Desta forma, as pessoas das residências procuram fazer o que achar melhor com os resíduos.

Apesar das respostas dos moradores ressaltarem a prática de queima de lixo, percebe-se o acúmulo de lixo nos quintais. A formação de amontoados nos quintais ocorre próximo das casas, tornando-se um perigo para saúde dos próprios moradores.

Desde a década de 50 que índios Terena decidiram se dedicar ao comércio; desta forma, índios bolicheiros compravam produtos os quais já vinham embalados em metais (tempo de decomposição, mais de 100 anos), tais como: caramelo em lata grande, sardinha em lata e cervejinha pingüim, Oliveira (1968, p. 76).

A pesquisa demonstra que não há um cuidado com a localização destes amontoados. Muitos responderam que não tinham noção de quantos amontoados já tinham feitos nos últimos anos, por isso cerca de 9% dizem não saber

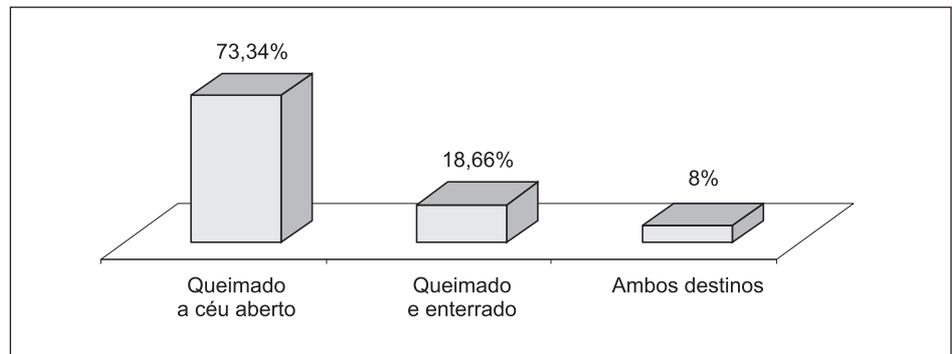


Figura 01 - Destino do lixo nos quintais na aldeia Bananal, em 2004

Fonte: AUTOR (2004)

e, aproximadamente 39%, o maior percentual dos consultados, responderam que já criaram vários amontoados, demonstrando não saber exatamente quantos montes tinham formado em seu lote nos últimos anos.

A outra forma de se dar destino para o lixo nas aldeias são as covas nas quais muito responderam que também utilizam a queima do lixo antes de enchê-las. Ao final da deposição de lixo em covas saturadas de resíduos ocorrem dois processos de finalização: Um é

cobrir com terra e o outro é deixar as covas sem a cobertura com terra.

A cada vez que as covas se saturam, tem-se a preocupação de abrir uma nova. Desta forma, assim como os amontoados, o número de covas vai se espalhado pelos quintais daquelas residências que optam por enterrar o lixo.

Assim como não há uma maior preocupação com a forma de amontoar o lixo nos quintais, enterrá-los também não ocupa lugar em seus anseios. Desta forma, percebe-se que muitos mora-

dores não sabem quantas covas já abriram em seu quintal.

Não temos informação sobre a data exata da chegada de plásticos e vidros, bem como materiais perigosos com propriedades (inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade) na aldeia, no entanto estes produtos já se encontram presente na comunidade,

Dos elementos com essas características podemos citar os materiais de pinturas (como tintas, vernizes e solventes), os materiais para agricultura e pecuária (como pesticida, inseticida, repelentes e herbicidas), os materiais automotivos (como óleos lubrificantes fluídos de freios e transmissão, baterias) e outros itens como pilhas, frascos de aerossóis e lâmpadas fluorescentes.

O agravante nessa prática de enterrar o lixo é o fato da aldeia ser abastecida com água de poço artesiano. Ainda, em função de cada casa cuidar de seu lixo e dependendo da quantidade de lixo enterrado, principalmente nas residências próximas aos corpos de água, os buracos abertos ficam mais próximos do lençol freático, tornando-se um potencial poluidor.

Observou-se que não há padrões nas construções de covas e por isso as larguras dos buracos são variáveis e disformes. Desta mesma forma as covas são abertas a certa distância das casas, ao contrário do que acontece com os amontoados que, muitas vezes, estão bem próximos das moradias estabelecendo aproximação mais efetiva das pessoas com animais (como insetos, aracnídeos e ratos), potenciais vetores que se encontram no lixo.

A queima de lixo aparece nas respostas dos índios como a atividade comum a todos; tanto aqueles que amontoam os resíduos quanto aqueles que enterram. A fumaça produzida pela queima destes resíduos torna-se um incômodo aos cidadãos, principalmente sob o perigo da toxidade que a fumaça dos plásticos apresenta.

O maior volume de lixo queimado é no período vespertino, o que provoca,

em época de estiagem, a grande incidência de fumaça ao entardecer que, muitas vezes, é acompanhada de pouca mobilização dos ventos, promovendo uma cortina de fumaça que parece parar no ar por um bom tempo.

A queima do lixo é uma das grandes responsáveis pela incidência de problemas respiratórios na população que se encontra próxima aos lixões de grandes centros. Acredita-se que em pequenas comunidades onde a fumaça não tem as mesmas proporções, pode causar maiores problemas entre as crianças que, muitas vezes, brincam próximo dos lixos enquanto este queima.

O número de latas com sinal de queima e que estão sendo jogadas em valas nas ruas mais distantes das residências do centro do povoado vem aumentando consideravelmente.

Para o índio o lixo é sujeira, aquilo que não presta mais e está associado a doenças e precisa ser queimado.

Ao perguntar, *o que significa lixo para você?* obtivemos várias respostas como:

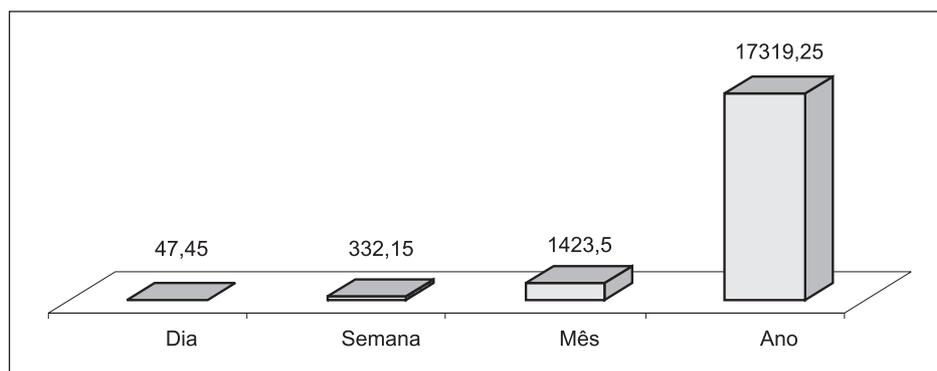
- *“Sujeira coisa que não serve para consumo”, “Sujeira do quintal”, “Coisa que agente ajunta para queimar”, “Coisa velha para queimar”, “Sujeira que traz doença”, “Sujeira, coisa estragada, não serve mais, dá doença”.*

A concepção de higiene adquirida com a integração a sociedade nacional traz para o nativo a idéia de sujeira. O que é sujo deve ser limpo; o que suja tem que ser eliminado, e uma das formas mais simples de eliminação, vista por eles, é queimar ou enterrar.

Segundo Rodrigues (1998, p. 138), “o lixo, considerado grande problema das sociedades contemporâneas, tem sido depositado distante dos olhos. Na verdade, qualquer aspecto considerado “monstruoso, sujo, ou lixo” deveria ficar longe dos olhos”.

## A QUANTIFICAÇÃO DO LIXO COLETADO

A triagem do lixo coletado na aldeia baseou-se na separação dos seguintes



**Figura 02** - Produção estimada (em kg) de lixo por dia, semana, mês e ano na aldeia Bananal, em 2004

Fonte: AUTOR (2004)

componentes: papel, metal, plástico, orgânico e rejeito, dos quais os resultados foram tabulados e apresentados em gráficos para análise dos mesmos.

Assim como o padrão do lixo mundial, as maiores proporções dos resíduos encontrados na aldeia correspondem aos orgânicos seguidos de plásticos, rejeito, papel e latas.

A grande porcentagem de orgânico coletado é justificada pela alta incidência de casca de frutos utilizados na alimentação, onde se destacam em função do peso, os alimentos do tipo mandioca, casca de feijão de corda, abóbora e melancia, alimentos muito consumidos no momento devido à colheita. Esses tipos de resíduos, Berrios (2002) destaca como resíduos de bens de uso comum.

É importante Salientar que a presença de restos de alimento ou sobras das refeições não apareceu nas coletas em função da utilização destas sobras para alimentação de animais domésticos, também como foi colocado por muitas famílias, não ocorrem sobras destes alimentos nas refeições.

Dos metais encontrados as latas foram os componentes que mais apareceram nas coletas. Isso devido à incidência maior no consumo de óleo de soja, massa de tomate e leite em pó, não ocorrendo o aparecimento de outros tipos de componentes que representam os metais.

Os papéis encontrados representam as embalagens de produtos destacando grande quantidade de embalagem de trigo e erva mate, folhas de jornais distribuídos na eleição de 2004 para prefeito, bem como folhas de caderno escolares e muito pouco papelão. Salienta-se que apesar de não aparecer nas coletas, 180 caixas de papelão que contêm mantimentos do programa “segurança alimentar”, entram na aldeia todo o mês.

Os componentes classificados como plásticos foram representados pelas embalagens de produtos diversos como perfumes, xampus, embalagens de refrigerantes, sacolinhas de supermercado e plástico de embalagem de frios e carne.

Os componentes considerados rejeitos compunham grupos de resíduo-

**Tabela 01** - Quantidade de resíduos obtidos por coleta

Datas	Coleta	N° de casas	Componente em kg					Total Por Coleta	N° de Habitantes
			Plástico	Lata	Papel	Orgânico	Rejeito		
21/09/04	1°	20	1,234	1,054	1,097	12,492	1,017	16,894	92
06/01/05	2°	50	3,085	2,635	2,742	42,556	2,230	53,248	273
20/01/05	3°	80	6,149	4,499	4,810	49,970	6,782	72,210	433

Fonte: AUTOR (2005)

os que não se encaixavam nas classificações citadas. Nem tudo que vai para o lixo, pode ser reaproveitado e, segundo Bitencourt (2004, p. 26), “rejeito são os resíduos sólidos encontrados no lixo que não são aproveitados como passíveis de reciclagem, reutilização ou compostagem.”

Os dados do gráfico expressam uma quantidade de resíduos obtidos mediante estimativa na coletas em 150 residências em um período de três dias. Os montantes foram estimados em dia, semana, mês e ano.

A quantidade de lixo gerado na aldeia comparada aos centros urbanos é pequena. No entanto, deve-se salientar que nunca houve coleta deste a criação da reserva nos anos de 1905. Assim sendo, a presença de resíduos não biodegradáveis e que nem sempre foram destruídos pelo fogo, se encontram espalhados nos terrenos ou nas ruas da aldeia, bem como também enterrados em covas em vários quintais.

Atualmente, a incidência de lixo na aldeia e após levantamento dos dados da pesquisa proporcionou uma média per capita de lixo bem abaixo das que existem em cidades do Brasil, que ficam em torno de 0,5 a 0,8 kg/hab/dia (IBGE, 2000).

A presença do lixo na aldeia não parece preocupar muito os aldeados, no entanto, quando abordados em relação ao assunto, eles se posicionam mostrando-se preocupados.

Varias vezes que se abordavam pessoas em suas residências, eles se mostravam surpresos e sempre procuravam saber o que se queríamos com o lixo. Algumas famílias, quando entregavam o saco com resíduos das coletas, alegavam não ter muito lixo e diziam que não havia muito resíduos, ou que tinham queimado.

Ao observar o montante de lixo coletado, alguns moradores questionavam sobre o destino do mesmo outros pediam mais sacos de lixo para armazenarem seus resíduos e muitos perguntavam se haveria continuidade no trabalho de coleta de lixo e se o carro iria passar agora todos os dias. Logicamente, para cada indagação, vinham as explicações sobre o projeto e seus objetivos.

A existência de resíduos sólidos espalhados pelos quintais e ruas na aldeia, de certa forma poucas vezes tem chamado a atenção dos moradores da aldeia, isto devido que a problemática do lixo ainda não ocupa um lugar de destaque nos anseios da comunidade.

A realidade das condições de vida do índio, relacionando a renda familiar, não permite que essas famílias tenham consumo acentuado em função do baixo poder aquisitivo e, conseqüentemente, estabelece pouca produção de resíduos na residência apesar de se ter uma alta densidade de habitante por residência, que chega a 5,3 pessoas por moradia. O pouco lixo que se produz nas residências está ficando dentro dos lotes e se acumulando em amontoados ou soterrados em várias covas abertas que se espalham pelos quintais e ruas.

## RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICA

Levando em conta a quantidade de lixo existente, a construção de um aterro controlado é apontada aqui como uma possível saída, na intenção de se retirar o lixo do contato das famílias e levá-los a um local único que contemple toda a reserva.

É necessário que haja redução do lixo. Isso será possível através do aproveitamento de componentes recicláveis

**Tabela 02** - Media per capita em kg de lixo por residência dia e habitante dia, na aldeia Bananal em 2004

Residência	Habitante
0,316kg/residência/dia	0,059kg/habitante/dia

Fonte: AUTOR (2005)

**Tabela 03** - Valores pagos em reais por kg de resíduos

Componentes	Plásticos	Papel Misto	Latas	Papelão Cesta básica	Total
Quantidade Coletada/mês	104,67kg	86,49 kg	82,29 kg	148,5kg	421,95kg
Preço/kg	0,22	0,05	0,8	0,12	_____
Valor / mês	R\$ 23,02	R\$ 4,32	R\$ 65,83	R\$ 17,82	R\$ 110,99

Fonte: AUTOR (2005)

e reutilizáveis que não serão encaminhados para o aterro.

Por estimativa, em função dos dados coletados da quantificação dos resíduos tem se uma projeção de rendimento possível caso fossem comercializados os resíduos coletados. Desta forma, o emprego de coleta seletiva nas reservas aparece aqui como uma outra proposta a ser implantada, podendo considerar também o valor econômico que esses resíduos possuem.

A organização da coleta e a comercialização destes componentes, com mostra a tabela 03 poderá proporcionar uma arrecadação em dinheiro que seria destinada as escolas ou ao centro comunitário na aldeia.

Desta forma os resíduos deixariam de ser visto pelos aldeados apenas como lixo, (sujeira que não presta para nada) e passaria ter maior importância no cotidiano destes habitantes.

## BIBLIOGRAFIA

- Berrios, M.R. Técnicas de amostragem de resíduos sólidos. In: Maias, N. e Martos, H. (Coord.) Indicadores ambientais. Sorocaba, 1997. p 233 – 243.
- Berrios, M.R. O lixo de cada dia In: Campos, J. O., Braga, R. e Carvalho, P. F. (orgs.). Manejo de resíduos: pressuposto para gestão ambiental. Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN – IGCE. UNESP. Rio Claro. 2002. p.9 a 39.
- Bitencourt. D.B. Gestão e destinação final dos resíduos sólidos domésticos, benefícios socioeconômicos e ambientais: Estudo de caso na cidade de Amambai-MS Dissertação de mestrado. UNIDERP. Campo Grande-MS. 2004.
- Geerardi, L. H. O. e Silva, B.C.M.N.S. Quantificação em Geografia Difel, São Paulo, 1981.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2000. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 1999. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/default.shtm> Acessado em 16 de Janeiro de 2005.
- Meihy, J.C.S.B. Manual de Historia Oral. Ed: Loyola, S.P, 1996.
- Oliveira, R.C. Urbanização e Tribalismo. A integração dos Índios TERENA numa sociedade de classes. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1968.
- Rodrigues, A. M. Produção e consumo do e no espaço. Problemática ambiental urbana, São Paulo: HUCITEC, 1998.
- Vetter, D. M. C. Simões, C. C. da S. Acesso à infra-estrutura de Saneamento Básico e mortalidade. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v.42, n.165, p.17 a 35. jan/mar, 1981.

# O Desenvolvimento Local e a Dependência das Remessas de Brasileiros que Deixam o Brasil em Busca de Trabalho

Kátia Viviane Kintschner Lopes\*

---

Este artigo tem como enfoque o estudo da migração recente de brasileiros que estão deixando o país em busca de trabalho e de uma vida melhor, sendo este uma reflexão sobre o caminho de volta de muitos descendentes dos primeiros imigrantes que chegaram a Mato Grosso do Sul. Esse movimento tem tido reflexo no desenvolvimento local de alguns municípios Sul mato-grossenses. Com o mundo globalizado, a migração é uma realidade, o que reforça a importância deste estudo, destacando que o mercado de trabalho interno encontra-se enfraquecido e desacelerado, fruto do capitalismo contemporâneo, sistema este insuficiente para acompanhar todas as crescentes demandas e os inúmeros desafios que surgem.

Palavras chave:

Desterritorialização, Desculturização Emigrante e Imigrante.

*Este artículo tiene como enfoque el estudio de la migración reciente de brasileños que están dejando el país en busca de trabajo y de una vida mejor, siendo este una reflexión sobre el camino de vuelta de muchos descendentes de los primer inmigrantes que llegaron en Mato Grosso del Sur. Eso movimiento tiene reflejo no desenvolvimiento local de algunos municipios Sur mato-grossense. Con el mundo globalizado, la migración es una realidad, lo que reforja la importancia de lo estudio, destacándose que el mercado del trabajo interno encontrase enflaquecido e desacelerado, fruto del capitalismo contemporáneo, sistema insuficiente para acompañar todas las crecientes demandas y los innumerables desafíos que surgen.*

Palabras Claves:

Desterritorializacion, Desculturizacion, Emigrante y Inmigrante

\* Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Aquidauana.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem o intuito de discutir o desenvolvimento local proporcionado através da forte migração para o exterior, que vem ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul, desde o final do século passado, até os dias atuais e, infelizmente em forte crescimento.

Para um melhor esclarecimento do assunto, situar-se-a a questão das migrações internacionais e posteriormente sua relação com o desenvolvimento local.

A migração não é um fenômeno atual, é um fenômeno extremamente antigo. Desde os tempos primitivos o homem se desloca pelo espaço. A historiografia registra a presença constante de fluxos migratórios: judeus fugindo do Egito, índios americanos deslocando-se na busca de terras, cristãos e muçulmanos espalhando-se para o mundo inteiro, europeus emigrando para as Américas.

Ocorreu depois da segunda guerra mundial até o início dos anos 70, uma fase em que a migração foi incentivada, nações da Europa estimulavam a entrada de estrangeiros para ocupar

postos de trabalho de menor qualificação. Historicamente, essas migrações foram tidas como uma riqueza, tanto para os países receptores quanto para os países emissores. A chegada do estrangeiro ou o retorno do emigrante eram sinônimos de novidade. Elementos culturais estranhos à cultura local eram incorporados através dos contatos com os emigrantes e/ou imigrantes.

Assim como os estrangeiros geralmente ocupavam postos de trabalho de menor qualificação, que não interessavam aos cidadãos natos. Naquela época havia uma situação mais estável da economia e uma sólida presença do Estado garantiam uma migração “bem-vinda”.

Hoje, o cenário é outro. O que habitualmente era considerado um direito e até um benefício está sendo visto como um perigo. Aquele que tinha o potencial de trazer novidades enriquecedoras, hoje, mais comumente, é suspeito, é visto como um concorrente no emprego e tido como ameaça à segurança da população local. Os deslocamentos populacionais tornaram-se objeto de desconfiança e medo<sup>1</sup>.

### **A PROCURA DE EMPREGOS PELO MUNDO**

Com a ascensão do neoliberalismo, as privatizações, a abertura das fronteiras e a redução do papel do Estado, as taxas de desemprego começaram a crescer. As tarefas de baixa qualificação até então relegadas aos imigrantes, começaram a ser disputadas por exemplo até mesmo pelos europeus. E assim se no passado os imigrantes foram bem-vindos, hoje são considerados intrusos.

As Organizações das Nações Unidas a ONU estima que somente nos Estados Unidos resida uma população de 35 milhões de estrangeiros e 60 milhões na Europa. O elevado nível de desenvolvimento dessas regiões atrai pessoas de outras nações em busca de uma vida melhor. Estima-se que os migrantes no mundo representem 3% da população mundial.

De acordo com dados do Itamaraty, mais de 100 mil brasileiros saem do Brasil todos os anos para outros países do mundo à procura de melhores condições de trabalho. Estima-se que existam seguramente mais de 1.000.000 de brasileiros nos Estados Unidos, 600.000 no Paraguai, 500 mil na Europa, 350.000 no Japão e milhares espalhados por outros países<sup>2</sup>.

Em Mato Grosso do Sul, a saída desses nacionais é uma constante, por exemplo; o estado representa a terceira maior colônia de imigrantes japoneses no Brasil, onde também é a terceira “exportadora” de descendentes para o Japão.

Neste sentido, a mobilidade populacional é peça do capitalismo, um fenômeno gerado a partir das regras do mercado e que a mobilidade do trabalho está vinculada à mobilidade do capital. Carlos Vainer citando Marx, entende através da liberdade de ir e vir a faceta perversa do capitalismo, onde afirma que:

- a) numa primeira dimensão (positiva), porque é livre de todo e qualquer tipo de adscrição territorial, o trabalhador pode circular;
- b) numa Segunda dimensão (negativa), porque não dispõe dos meios para assegurar sua reprodução – isto é, é livre porque despossuído dos meios de subsistência e produção – o trabalhador está obrigado a circular à busca de compradores da única mercadoria de que dispõe, a força de trabalho.

Esse fenômeno é constantemente renovado, em cada momento histórico, as condições que levam o indivíduo a deixar um lugar por outro são diferentes, por isso a migração é um fenômeno histórico e social.

Os motivos são tantos e variados: muitos indivíduos deixam seus lugares devido a constante ameaça de terremotos, vulcões, maremotos, enchentes e outros fenômenos da natureza, entretanto, o motivo que gera o maior número de migrações no mundo todo sem dúvida é o econômico, as pessoas sain-

<sup>1</sup> Algumas reflexões sobre as migrações na atualidade de Rosita Milesi e Roberto Marinucci.

<sup>2</sup> Segundo o serviço consular das comunidades Brasileiras no Exterior, estes são os números mais aproximados e recentes dos brasileiros fora do país.

do à procura de seu sustento e sua melhoria de vida. A condição sócio econômica é a que mais provoca expulsão, é certamente preferível adaptar-se às dificuldades (e as desigualdades e injustiças) quando se têm um bom padrão de vida, emprego, alimentação, salários decentes. A aposta na vida em outras regiões, com sonho de um bom emprego, com bons salários, onde se segue à trilha do capital, orientam-se para onde o capital esteja mais concentrado.

Os deslocamentos populacionais de distintos grupos sociais e em diferentes etapas do ciclo vital, movimentos pendulares, de retorno são maiores do que as formulações atração-repulsão. Áreas de atração são aquelas que oferecem melhores condições de vida para as pessoas, já áreas consideradas de expulsão não oferecem empregos dignos com qualidade de vida. Assim um país parece estar sempre fadado às desigualdades, a miséria e ao subdesenvolvimento, e outros à riqueza e a prosperidade.

Acredita-se que o número de emigrantes brasileiros seja muito maior do que os dados oficiais fornecem. No caso do Brasil, nos últimos dez anos saíram aproximadamente três milhões de pessoas em direção ao Japão, Estados Unidos e para os países da Europa. “Neste conjunto deslocou-se do país muita mão-de-obra qualificada”, afirma Elza Berquó<sup>3</sup>. A pesquisadora explica que esses países, por força do declínio da população economicamente ativa e envelhecimento das suas populações, estão empenhados nas chamadas “migrações de reposição”. Para o ex-secretário geral da ONU Kofi Annan, as nações ricas também têm a ganhar com a entrada de migrantes principalmente em países da Europa, onde os cidadãos vivem mais e têm menos filhos, e que correm o risco de ter redução populacional.

Sob o chamado imperativo do capital para mobilidade da força de trabalho, o migrante passa a modificar suas relações sociais, passa perder seu vín-

culo territorial, e inicia um constante processo de adaptação que dificilmente se encerra.

Com isto o migrante passa por uma busca incessante por fixação, mas está sob a dominação do capital e muitas vezes, iludido pela ideologia capitalista, vai buscar sua realização pessoal na migração, acreditando estar agindo sob suas decisões individuais. Este migrante sofre a alienação e deixa de reconhecer espaços públicos como seus, evidenciando uma crise na própria concepção de cidade<sup>4</sup>.

Santos, (1997 p. 263) segue:

*O novo ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida.*

No entanto, o migrante sempre parte com a intenção de voltar, com a intenção de melhorar sua vida, de encontrar sua felicidade, que acredita estar nos signos da modernidade, os quais são amplamente fetichizados. Mas, mesmo quando retorna, o migrante não encontra mais sua terra de origem, tal como deixou, pois quando parte leva consigo parte das relações sociais e ainda retorna com outra vivência, com outra realidade. Encontra uma modificação espacial que se fez com o tempo, onde se modificam as pessoas e, portanto, a sua concepção de ideal, aquilo que buscava incessantemente recuperar.

Sobre esse aspecto Abdelmalek Sayad<sup>5</sup> tem estudado a imigração e escreve:

*“... o imigrante vem servir como força de trabalho e passa a constituir um problema para o país que o utiliza. A necessidade do mercado é circunstancial, o imigran-*

<sup>3</sup> Presidente da CNPD, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), com a colaboração da Organização Internacional de Migrações (OIM).

<sup>4</sup> Silva, O Migrante Sob A Dominação do Capital. Opressão E Impactos Sociais. (Ensaio e Reflexão)

<sup>5</sup> Estudiosos da migração argelina para a França. Faz uma reflexão sobre o processo que deve ser visto em face das condições que levam da emigração até as formas de inserção do imigrante ao país para onde vai.

*te é considerado um ser provisório, mesmo que esta provisoriedade dure mais de trinta anos. Ele será sempre um, estrangeiro...”.*

O mundo, sob o domínio das políticas econômicas neoliberais, tem causado uma acumulação de riquezas nos países desenvolvidos e um forte desemprego nos países em desenvolvimento. É natural que a mão-de-obra ociosa nessas nações mais pobres, pela regra da lei de mercado (procura e oferta), seja atraída para esses países.<sup>6</sup>

Esses países desenvolvidos criaram mecanismos legais e policiais para frear a migração. A Dinamarca por exemplo, chegou a criar uma lei proibindo pessoas antes dos 24 anos se casarem com pessoas que não pertençam a União Européia.

As fronteiras da Espanha e da Itália começaram a ser rigorosamente policiadas para impedir a entrada clandestina de pessoas vindas do norte da África.

As restrições as migrações atingiram igualmente os refugiados, pessoas que se vêm obrigadas a deixar seu país por causa de conflitos ou perseguição política. Em 200 as nações que integram a União européia receberam 315 mil pedidos de asilo político, mas concederam apenas 27 mil vistos de permanência.

Em 2001 a ONU estimava a população de refugiados em mais de 16 milhões de pessoas, dentre eles os palestinos e os curdos. Há também grandes grupos de refugiados originários de países africanos vítimas de conflitos étnicos, da Colômbia na América do Sul, que há 40 anos enfrenta guerra interna e um dos exemplos mais dramáticos que são os balseiros, que tentam atravessar o estreito da Flórida saindo de Cuba, fugindo em pequenas balsas (Boat people) que se lançam ao mar.

Nos países contrários a migração, domina a idéia de que os estrangeiros vêm para disputar emprego e benefícios sociais com filhos da pátria, e ainda contribuem pouco para a economia lo-

cal, pois mandam para terra natal todas as suas economias.

Uma pesquisa realizada por Cláudia Antico, publicada no livro *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*, aponta que os motivos da mudança referem-se a fatores profissionais, familiares e de moradia, os quais representam 40,6%, 25,1% e 12,8%, respectivamente, do total dos motivos declarados, em seguida, apresentam-se conhecimento anterior do local (7,1%), maior acesso à infra-estrutura e serviços (4,7%), segurança e qualidade de vida (3%) e custo de vida mais baixo (2%).

Mais da metade das razões para migrar, refere-se a motivos relacionados a emprego. A crescente complexidade da relação migração-emprego pode ser vista como parte do processo de reestruturação produtiva que, com mudanças nas formas de inserção no mercado de trabalho, torna-se elemento fundamental para o entendimento da nova configuração espacial da migração e urbanização. No atual contexto de distribuição espacial da população, marcado por movimentos migratórios diversos, outras dimensões, além da econômica, passam a ter significativo papel na decisão de migrar, tornando mais complexas as explicações e análises das migrações. (Antico, 1997, p.99)

## A REMESSA DE DIVISAS

Vários municípios de Mato Grosso do Sul já contam com as remessas dos emigrantes para movimentar a economia, somente no Japão existem 13.000 brasileiros nascidos no Estado. Aos 15 anos trabalham normalmente e ganham como adulto.

O Banco do Brasil em Campo Grande-Mato Grosso do Sul, e em outras cidades disponibiliza um espaço nipônico, dando assistência aos dekasseguis e seus parentes. O SEBRAE também possui o projeto Dekassegui, onde mantêm programas de orientações para aqueles que desejam abrir seu próprio negócio. U\$ 100 milhões,

<sup>6</sup> Declaração do Senador Marcelo Crivella, presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Emigração ilegal

este é o volume de remessas que os dekasseguis enviam para o Estado durante o ano.

As remessas de divisas do Exterior para o Brasil, da totalidade dos três milhões de brasileiros que estão no exterior, enviam por ano, remessas de mais de US 7 bilhões livres de taxas, Uma soma muito maior do que a exportação do café.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estima que boa parte desse dinheiro chega ao país de forma ilegal.

Um exemplo da magnitude das remessas de divisas dos brasileiros no Japão, conforme notícia publicada no Jornal "The Japan Times" matéria intitulada "Japan`s brasilians sents US\$ 2 billion home in 1995" ed.01.02.1996, no que se refere à poupança mensal do dekassegui em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas<sup>7</sup>, apurou que 40,6% economizam por mês mais de US\$ 1.500,00, 34,4% entre US\$ 1.000 e 1.500 e 9,4% entre US\$ 500 e 1.000, e 15,65 situam-se na faixa de poupança de 0 a US\$ 500.

Para tanto, a mesma pesquisa registra que 30,35% trabalham mais de 12 horas por dia, 18,25% entre 11 e 12 horas, 39,4% de 10 a 11 horas, 3% de 9 a 10 e 9,1 % de 8 a 9 horas por dia. O resultado desse esforço é todo canalizado para o Brasil através de remessas de poupança para o sustento dos familiares que ficaram, pagamentos de prestação de imóvel adquirido, custeio da educação dos filhos etc.

As remessas dos dekasseguis, mesmo as mínimas registradas nos balanços de pagamentos oficiais, mostram-se particularmente expressivas quando observamos que são maiores das referentes às importações que o Brasil faz do Japão.<sup>8</sup>

Obter valores exatos das economias religiosa e sigilosamente guardadas a cada mês pelo imigrante, é, no entanto missão impossível, calcula o gerente do banco América do sul em Tóquio<sup>9</sup>, se cada dekassegui poupar cerca de US\$ 1500 por mês, em um ano o total de

poupança atingiria US\$ 4 bilhões. Esta hipótese é de difícil comprovação, mas mesmo dividindo-se pela metade esse valor, o resultado é altamente significativo. Essa soma é convertida em investimentos no Brasil, especialmente no mercado imobiliário e na abertura de novos negócios. Há indícios que a fortuna enviada pelos dekasseguis ao Brasil seja muito maior. A insegurança com que muitos encaram a economia brasileira afasta-os da burocracia oficial na hora de remeter suas poupanças e, muitos trazem para o Brasil suas economias nos próprios bolsos.

## O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O MIGRANTE

Para que ocorra desenvolvimento local, torna-se necessário investimentos para que seja possibilitada a geração de empregos para atender a demanda crescente. Esses investimentos nem sempre são efetivados com recursos gerados pelo próprio município, estado ou país. Ele pode estar associado a recursos advindos do exterior, através das remessas das pessoas da região que encontram-se trabalhando fora.

Outro ponto a ser citado é que quando retornam, e conseguiram juntar certa quantia, abrem negócios, impulsionando assim o comércio e também participam ativamente da construção civil, comprando, vendendo, ou construindo imóveis para alugar. Este é um processo com vários efeitos, gerando mudanças de paradigmas, nessa situação o desenvolvimento local, ou seja, do território, da região, da sub-região, da cidade, do bairro, etc. surge como uma nova força no processo de desenvolvimento.

Nem todos os emigrantes têm conseguido juntar reservas suficientes, mas tem potencial a partir de suas próprias forças. Não é desprezível a soma e a importância desses investimentos feitos por eles. O segundo congresso brasileiro de dekasseguis ocorrido em Campo Grande em Julho de 2006, apresentou casos de sucesso de ex-dekas-

<sup>7</sup> Revista de Administração de Empresas. RA – Fundação Getúlio Vargas- FGV set/out. 1992.

<sup>8</sup> Inúmeros países da África, Ásia e Caribe Têm nas remessas de seus emigrantes a principal receita de suas economias.

<sup>9</sup> Segundo Artigo intitulado "Dekassegui - O Homem Vale 4 bilhões de dólares" publicado na Revista Japão Aqui. São Paulo.

seguis que hoje já de volta ao Brasil são grandes empresários.

Sobre isso José Eli da Veiga, completa:

*“... inclusive quando emigrantes retornam e fizeram poupança suficiente para abrir novos negócios o prefeito da cidade para qual ele regressou tem papel crucial, pois não irá muito longe se estiver isolado, tem que haver diagnóstico, planejamento, divisão do trabalho e capacidade operacional”<sup>10</sup>.*

Os governos, tanto os Municipais como os Estaduais e o Federal podem ser os grandes fomentadores do desenvolvimento local. Isso é importantíssimo poupando a grande dependência dos municípios das remessas dos que emigraram e também para que o processo de expulsão não continue.

Em seu artigo sobre Desenvolvimento Local, Frederico Valente Diretor de Desenvolvimento Regional da Secretaria do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, publicado em um periódico local em Campo Grande, escreve:

*“..Hoje não podemos fechar os olhos para as potencialidades locais, traduzidas pelos seus ativos vocacionais, pelo conhecimento e habilidades das pessoas, ou pelos recursos naturais. Todos esses ativos têm potencial para criar empregos, gerar renda e melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam o território..... Muitas vezes com poucos recursos e ações pontuais podem surgir um grande pólo de desenvolvimento.”*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a realidade do mundo do trabalho brasileiro, nesta primeira década do século XXI, vai se tornando cada vez mais multifacetado, o que exige ao mesmo tempo um aprofundamento das pesquisas empíricas necessárias juntamente com políticas públicas sérias e competentes, para que

o cidadão brasileiro se sinta amparado e realizado dentro do seu próprio país, e aqui mesmo encontre trabalho e oportunidades com qualidade de vida, sem precisar perambular pelo mundo, cheio de saudade.

É muito diferente o sentimento de uma mãe que tem seu filho engenheiro fora do país fazendo mestrado, ou doutorado, ou pós-doutorado, ou qualquer outro estudo porque conseguiu uma bolsa de estudo, ou porque sua empresa necessita dele lá fora por uns tempos, do que aquela mãe que tem seu filho engenheiro, formado pela mesma faculdade deste exemplo, e que no momento está lavando banheiros de qualquer estabelecimento em algum outro país, por não ter tido nenhuma oportunidade aqui no Brasil. Apesar da provisoriedade que os uns são situações extremamente diferentes para ambos.

Assim a despeito das crises da própria economia brasileira, o movimento de kassegui dá mostras de continuidade. Também como a migração internacional para os mais diferentes países. Fruto do capitalismo contemporâneo, sistema este insuficiente para acompanhar todas as crescentes demandas e os inúmeros desafios que surgem. Principalmente pela da redução da oferta de trabalho e falta de perspectivas.

Ninguém sai de seu país sem a promessa de melhores oportunidades, inclusive financeiras. Contudo a felicidade não se limita à aquisição de bens materiais e a realização pessoal tem grande importância nesse processo.

Muitos perdem a sua identidade, movendo-se conforme as necessidades financeiras. Outros seguem seus objetivos e só retornam depois de obtê-los, porém sofrem com as diferenças inclusive quando voltam. Ajustes psicológicos, educacionais e sociais são necessários principalmente para aqueles que colocaram em suas mentes objetivos definidos e que não foram alcançados. Enfrentaram todos os tipos de necessidades. A volta nem sempre é coroada de êxito, pois acha-se um Estado que não avançou em oferecimento de ge-

<sup>10</sup> VEIGA, 2002 p.222

ração de renda. Bom seria analisar-se com muito apreço as considerações feitas sobre as iniciativas locais para oferecimento dos pontos de trabalho para geração de renda e poder manter seus compatriotas na sua própria região, assim a migração passará a ser uma escolha e não a única saída.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTICO, C. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*: São Paulo 1980-1993.
- JANNUZZI, Paulo. PPATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana, BOGUS, Lúcia. *Migração. Condições de vida e dinâmica urbana*. Unicamp. 1997
- MARTINS, J. de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MARTINS, J. de Souza. Migrações temporárias. Problema para quem? *Revista Travessia* – maio/1988.
- PATARRA, Neide. *Migrações Internacionais recentes. O caso do Brasil*. FNUAP. São Paulo. 2000.
- REIS, MARIA E.F. *Brasileiros no Japão-O Elo Humano das Relações bilaterais*. São Paulo. Kaleidus-Primus.Org. Masato Ninomiya. 2001.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SAYAD, A. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998. 299p.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Revista Travessia* – edição especial / jan-2000
- SILVA, W. R. **O Migrante Sob A Dominação do Capital. Opressão E Impactos Sociais. (Ensaio sobre A Reflexão)** Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente-SP
- VAINER, C.B. *A violência como fator migratório: silêncio teórico e evidências históricas*. *Revista Travessia*. Maio/ Agosto/ 1996, p.06.
- VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias, O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas SP: Autores Associados, 2002.
- Revista de Administração - RA – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Set/Out. 1992.
- Revista Japão Aqui. São Paulo. Janeiro de 1997 p.57.
- Revista Plenitude nº 142 Ano 26, Março de 2007 p. 49
- Jornal Correio do Estado Desenvolvimento Local, artigo de Frederico Valente em 05/05/2007.
- ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE de Rosita Milesi e Roberto Marinucci . Disponível em <http://www.un.org/esa/analysis/wess/>

# Organização do Espaço: Pecuária de Corte e Turismo no Município de Jardim-MS

Lucimar Constantino Barbosa\*, Edna Maria Facincani\*\*  
e Ana Paula Correia Araujo\*\*\*

Este trabalho objetivou compreender a geoeconomia rural do município de Jardim através de uma análise sobre a dinâmica atual do espaço agrário do município, com ênfase nas atividades de pecuária e turismo. Os dados da pesquisa são de natureza primária, coletados diretamente em campo através da aplicação de questionários e entrevistas. Os resultados indicam uma incorporação de novas tecnologias de manejo do gado e as expansões da área de pastagem cultivadas que podem levar a mudanças que envolveram a (re) organização do espaço, da produção e do trabalho, para atender as exigências do modelo de produção capitalista em sua fase atual. Em paralelo, observa-se no município um crescimento da atividade turística, nas modalidades recentes de ecoturismo e turismo rural tendo como base de sustentação no consumo dos elementos da natureza e do habitat rural que representa um eixo fundamental em diversas esferas, destacando aspectos sociais, econômicos e de instalação de infra-estrutura para o desenvolvimento regional.

Palavras chaves:

espaço agrário, modo de produção capitalista, pecuária de corte e turismo

*This work has as a purpose to understand the rural geoeconomy of Jardim city through the analyses about the current rural dynamic of the agrary space in this city, emphasizing on the tourism and cattle activities. The dates of this research are of primary nature, collected directly from the fields by the application of questionnaires and interviews. The results indicate an incorporation of new technologies of the cattle management and the expansion of the grass areas cultivated that can cause changes which involve a (re) organization of the space, production and work, in order to attend the needs of the capitalist production model in its current phase. In the same way, it is observed in the city an improvement of the tourism activity, in the recent modalities of ecotourism and rural tourism having as a sustaining base in the consume of the nature elements and of the rural habitat which represents a fundamental subject in several levels, mainly the aspects related to the social, economic and the setting of infrastructure to the regional development.*

Key words:

agrery space, model of capitalist production, livestock farming and tourism

## 1 - INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa feita no curso de especialização em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2005, que analisou a organização do espaço agrário do município de Jardim, localizado à sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (MS).

O objetivo da pesquisa centrou-se na análise sobre a reestruturação do espaço agrário a partir da modernização do sistema de produção da pecuária de corte, principal atividade econômica da região, e da dinamização recente da atividade turística em espaço rural nos últimos quinze anos e sua relação com a ordem espacial existente.

Neste sentido, o estudo envolveu uma análise sobre a reestruturação do capitalismo no espaço agrário do município em sua fase mais recente, vinculado ao processo de globalização da economia mundial, a flexibilização da produção e do trabalho e as novas formas de organização do consumo (Araujo, 2004).

A escolha desta temática no município de Jardim (MS), vinculou-se ao fato da economia local está calcada na

\* Mestranda em Geografia / UFMS/CPAQ. Bolsista da Fundect nº 05/2005.

\*\* Docente do Programa de Mestrado em Geografia / UFMS.

\*\*\* Docente da Univ. Católica Dom Bosco - UCDB.

pecuária. O município representa um importante núcleo de produção pecuária do estado de Mato Grosso do Sul e, nos últimos quinze anos, vem ocorrendo uma modernização desta atividade. Na bovinocultura, de corte principalmente, a incorporação de novas tecnologias no manejo do gado, como a expansão da área de pastagem plantada, tem levado a mudanças na organização do espaço.

Paralelamente, ha um crescimento da atividade turística, em suas modalidades mais recentes: o ecoturismo e o turismo rural, esta atividade no município de Jardim tem sua base de sustentação no consumo dos elementos da natureza e do habitat rural. Portanto, na geoeconomia local o espaço agrário representa um eixo fundamental de análise.

Como todo o processo de desenvolvimento tem uma dimensão espacial, as transformações econômicas em curso no município de Jardim (MS) gerou uma reorganização do espaço, assim,

o estudo abriu novos horizontes para a compreensão das formas de reestruturação e expansão do sistema capitalista no campo.

## 2 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

O município de Jardim localiza-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul entre as coordenadas 21° 29' 11" e 22° 22' 00" S e 55° 30' 00" e 57° 00' 00" W. Limita-se a norte com os municípios de Bonito e Guia Lopes da Laguna; ao sul pelos municípios de Bela Vista e Caracol; a leste Ponta Porá e Guia Lopes da Laguna e a oeste pelo município de Porto Murtinho. Sua extensão territorial é de 2.207,06 Km<sup>2</sup>, correspondendo a 0,62% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul. A altitude média é de 289,067 m (Figura 01).

O município esta a 248 Km da capital do Estado, Campo Grande. Sua malha rodoviária é de 355 Km, com duas rodovias federais pavimentadas que atravessam o município, as BR 276 e

Figura 01 - Localização do município de Jardim-MS



60, Jardim – Guia Lopes de Laguna, e três rodovias estaduais pavimentadas, MS 166, 178 e 270. As demais vias de circulação e de acesso são estradas municipais e vicinais.

### 3 - O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS

As origens da ocupação do atual município de Jardim (MS), bem como de todo o Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, remonta aos primórdios do século XVI com a chegada dos espanhóis, que se utilizavam o Rio Paraguai como via de acesso para as minas de ouro e prata do Peru. Neste processo, os Espanhóis foram gradativamente ocupando esta região e assegurando a posse das terras através das Missões e da introdução do gado e da erva – mate.

Neste sentido, as principais características que definiram o processo de ocupação territorial do Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, foram a ocupação militar, a migração de pecuaristas e o ciclo da erva-mate (Moretti, 2002; IPLAN, 2002). A presença de militares na região é antiga em função das disputas territoriais entre Portugal e Espanha, entretanto, é no século XIX, com a Guerra do Paraguai (1864-1874) que se torna mais intensa. Segundo Moretti (2002: 28), em 1888 o então Estado de Mato Grosso detinha 10.8% do efetivo militar brasileiro, sendo superado apenas pelos Estados do Rio Grande do Sul e Guanabara. Ao longo do século XIX aumentava o contingente militar nesta região.

O término da Guerra do Paraguai significou uma nova etapa no processo de povoamento do Sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, pois um grande

número de ex-combatente decidiu fixar nesta região. A presença de condições naturais favoráveis, como os vastos campos de vegetação limpa e a rede hidrográfica favoreceram o desenvolvimento da atividade pecuária. Esta atividade também fomentou um fluxo migratório para a região.

Moretti (2002: 30) define duas correntes migratórias importantes, vinculadas a atividade pecuária: uma corrente vinda do norte do Estado, constituída de pecuaristas mineiros, chegando ao município de Jardim em meados do século XIX; e uma corrente vinda do sul do país, formada por pecuaristas do Rio Grande do Sul, prioritariamente, e que ocupam a região no final do século XIX e início do século XX.

O atual município de Jardim representava, naquele momento, uma fazenda do município de Bela Vista, portanto, Jardim teve sua ocupação vinculada ao município de Bela Vista.

### 4 - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM (MS)

A organização do espaço agrário do município de Jardim está voltada para a produção pecuária bovina de corte, principal atividade econômica deste município.

O efetivo total de bovinos do município é de 200 251 mil cabeças, o que representa 0,9% do efetivo total de bovinos do estado de Mato Grosso do Sul, cujo total é de 22. 215. 689 cabeças (IAGRO, 2004). Como demonstra a Tabela 03 o efetivo total de bovinos no Estado e no Município vem crescendo nos últimos quinze anos.

A taxa média de crescimento de bovinos do município, entre 1996 e 2004, é de 19%, sendo superior a do

**Tabela 01** - Evolução do Rebanho Bovino

	1996	2000	2004
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	19 788 026	20 181 768	22 215 689
<b>JARDIM</b>	168 317	174 803	200 251

Fonte: IAGRO, 2004.

estado, que neste mesmo período apresentou uma taxa média de crescimento de 12.2%.

O rebanho é constituído, predominantemente, de vacas Nelores comerciais e matrizes, bois Nelores e Touros Nelores PO (Pura Origem) e POI (Pura Origem Importado). Segundo Santiago (1970: 244), “a raça Nelore destaca-se tanto pelo rebanho (...), como pelas qualidades que a vem tornando cada vez mais estimada por criadores de todo o país”.

Estudos zootécnicos demonstram que essa raça apresenta uma grande capacidade de produção e são resistentes a características de climáticas, fatores que contribuem para a sua expansão no país e no Município de Jardim (MS) em especial. Pecuaristas locais definem os aspectos principais que os levam a escolher esta raça. São eles:

- nascimento de bezerros sadios e fortes, com um baixo percentual de perda, fator que eleva a taxa de desfrute do rebanho;
- gado extremamente prolífico, com touros muito férteis;
- vacas apresentando notável longevidade e possuindo grande regularidade de parição.

Até um passado recente, a atividade pecuária era desenvolvida apenas, com o emprego do sistema extensivo de produção, com os animais criados soltos nos vastos campos de pastagem natural. Entretanto, nos últimos 15 anos vem ocorrendo uma intensificação da produção, através da modernização do sistema produtivo, fator que justifica a expansão do rebanho de cria, recria e engorda no município de Jardim, a produtividade da pecuária de corte, principalmente na fase de cria.

Paralelamente, as ações voltam-se para a instalação de infra-estrutura com o apoio creditício à iniciativa privada. A primeira mudança na produção pecuária do Mato Grosso do Sul, que afetou o município diretamente, ocorreu em meados do século XX. Mesmo mantendo o caráter extensivo, umas séries de ações foram implantadas, naquele

momento, visando o desenvolvimento da atividade. Dentre as mais importantes, destacam-se: o crédito rural, os incentivos fiscais e os programas especiais para a agropecuária, executado por órgãos federais e estaduais (Araujo, 2003a).

Em 1968, o Governo Federal cria o Conselho de Desenvolvimento para a Pecuária (CONDEPE), com escritório em Campo Grande, com o objetivo de aumentar, no setor de industrialização da carne e com a concessão de prioridades para a construção imediata de uma rede rodoviária conjugada com um sistema de estradas vicinais e obras de saneamento, preconizada no Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) (IBGE, 1977; Araujo, 2003a).

Tais medidas foram associadas à introdução de novas pastagens, a formação de pastos artificiais, a divisão dos pastos, a instalação de frigoríficos e a preocupação com o controle médico e sanitário dos rebanhos (Araujo, 2003a).

“Esta nova dinâmica foi estimulada pela reestruturação da ordem econômica internacional, baseada no capitalismo monopolista, que favoreceu o fortalecimento do espaço regional para estratégias que levassem a acumulação ampliada do capital” (Becker, 1986 In: Araujo, *Ibid.*).

A partir de meados da década de 1990, a pecuária de corte do município de Jardim (MS) entra num segundo momento de transformação, que tem como característica principal à intensificação do sistema de produção, com a introdução de novas tecnologias. Essa nova fase busca o aumento da produção e da produtividade local, visando elevar os índices de competitividade no mercado nacional e internacional, atendendo as exigências atuais do sistema capitalista, caracterizado por processos de flexibilização e globalização.

No interior das unidades de produção, vem ocorrendo uma subdivisão das terras em pequenas áreas, denominadas comumente de invernadas. Tais

invernadas, que no passado apresentavam uma extensão de 100 a 500 ha, hoje estão sendo subdivididas em áreas menores que variam de 2 a 40 ha em média, de acordo com a fertilidade do solo.

A fertilidade dos solos no município varia em função dos substratos rochoso (arenoso e areno - argiloso), correspondendo às formações Botucatu e Serra Geral, respectivamente tais unidades são representativas em termos áreas. Na região os solos mais argilosos são mais férteis que os arenosos. Nos fundos dos vales são desenvolvidos solos hidromórficos (com grande quantidade de matéria orgânica e umidade, destacando as margens do rio Miranda), também muito férteis. O solo proveniente da formação Serra Geral e dos depósitos holocênicos são mais férteis e ocupam a maior área do município de Jardim.

Essa boa fertilidade facilitou a expansão da área de pastagem plantada. Atualmente, cerca de 100% da área destinada à pecuária no Município é de pastagem plantada, excetuando a área destinada à reserva legal.

No Estado de Mato Grosso do Sul, entre 1985 e 1995, houve uma redução de 37% na área de pastagem nativa e, por outro lado, a área de pastagem cultivada cresceu 29%. Nesse mesmo período a taxa de lotação média do estado passou de 0.7 cabeças para 0.9 cabeças por hectare (ZIMMER, 1998).

No Município de Jardim (MS), em função do percentual de área com pastagem plantada e do manejo racional, a taxa de lotação média é superior a do Estado, sendo de 1,5 cabeças por hectare. Em algumas fazendas, a capacidade de lotação dobra, passando para 3 cabeças por hectare, sem afetar o solo.

A forrageira mais utilizada entre os produtores locais é a do gênero *Decumens* (*Brachiária*), dos produtores entrevistados na pesquisa, 100% utilizam estas gramíneas, que possui grande capacidade de adaptação às limitações químicas dos solos e que, portan-

to, permite sua exploração sem fertilização por vários anos.

A *Brachiária* é uma gramínea originária da África tropical, onde é considerada uma das melhores forrageiras para pasto de pisoteio. É perene, rastejante e com longos estolhos, enraizando “nós” e formando, em pouco tempo, um denso colchão verde, de boa palabilidade e valor nutritivo. Presta-se bem para o controle da erosão, e pela sua multiplicação e fixação no solo. Resiste bem ao período de estiagem e aos cortes sucessivos, assim como ao pisoteio e ao fogo, rebrotando logo que haja umidade. (Santiago, 1970: 587-588).

Paralelamente a expansão da área de pastagem plantada, há a adoção de técnicas racionais de manejo, que elevam a eficiência do sistema produtivo, aumentando a produtividade local e reduzindo os processos de degradação dos solos.

Essa tecnologia envolve a divisão de pastagem e o seu manejo racional e rotacional. Os solos são preparados adequadamente, seja no aspecto nutricional ou das práticas conservacionistas empregadas. Envolve, ainda, a renovação periódica do pasto.

A racionalidade do pastejo rotativo consiste em utilizar a pastagem no momento exato em que termina o crescimento da forragem, retirar o gado antes que se inicie a rebrota e em permitir à pastagem em repouso suficientemente longo para que as forrageiras consigam se recuperar e armazenar reservas.

(Primavesi, 1984: 143,144).

Esta tecnologia envolve ainda a preparação do solo seja no aspecto nutricional, incluindo aí, a reposição de matéria orgânica (MO), de óxido de cálcio (CaO), de óxido de magnésio (MgO), de potássio (KO), e de fósforo (PO), entre outros elementos. Seja na adoção de práticas conservacionistas, como redução do uso de agrotóxicos empregados para controle de plantas invasoras e cupins, controle das quei-

madras, preservação dos mananciais hídricos e da bacia hidrográfica do Rio Miranda. E ainda na renovação periódica dos pastos, que envolve o restabelecimento da produção com a introdução de uma nova espécie ou cultivar. No processo de recuperação / reforma a pastagem recebe adubação e calagem, e pode-se implantar o uso intermediário de lavouras ou de pastagem, feita anualmente. (Corrêa *et al.* 2000; Nascimento, 2000).

No interior das unidades de produção, a divisão das invernadas é feita de acordo com o tipo de animal: animal de cria, recria e engorda, gado de elite e vacas matrizes, nos sistemas extensivo, semi-intensivo e intensivo. A Figura 02 apresenta um modelo esquemático do sistema de produção implantado por 64% dos produtores entrevistados, considerados modernos.

Neste sistema cada pasto possui uma finalidade específica. A pastagem de cria recebe vacas e bezerros que vem da pastagem maternidade. Esses animais ficam nesta área até o desmame, momento em que os bezerros são encaminhados para a pastagem de recria e as vacas saem para a pastagem de reprodução. A pastagem de recria é destinada a recria de novilhos e bezerros desmamados. A pastagem maternidade constitui uma das partes mais importantes do sistema e destina-se, como o próprio nome diz, a maternida-

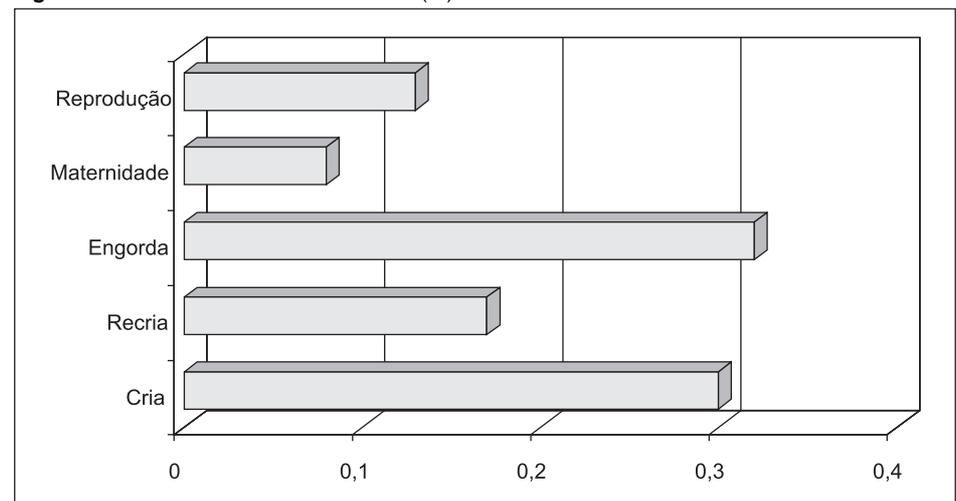
de. Quando os bezerros atingem de 10 a 15 dias podem ser deslocados para a pastagem de cria, por outro lado, em caso de perda de cria a vaca retorna para a pastagem de reprodução. Este pasto possui divisões menores e localiza-se próximo a sede da propriedade. A pastagem de reprodução destina-se a vacas e novilhas adultas, em fase reprodutiva e sem cria, e aos touros reprodutores<sup>4</sup>. A pastagem de engorda é utilizada por bois em idade adulta e por vacas de descarte, e absorve a maior área da propriedade (Corrêa, 2004; TRABALHO DE CAMPO, 2004).

Além do manejo racional das pastagens e do sistema avançado de divisão dos pastos, os pecuaristas do município de Jardim utilizam suplementação animal, rica em proteínas. Essa ração é aplicada no período da seca (jun. – nov.). Este processo eleva a produção de carne na entressafra, quando o preço do boi gordo é maior.

Há a adoção do confinamento para o gado de elite, e do semiconfinamento. A maioria dos pecuaristas locais entrevistados, 64% do total, vem introduzindo esta técnica nos últimos 15 anos. Segundo eles, o investimento inicial para a implantação do confinamento é mais elevado que na criação extensiva, mas, as vantagens econômicas geradas possibilitam um retorno rápido do capital aplicado. Como resultado ha um au-

<sup>4</sup> Na pastagem de reprodução, os produtores locais recomendam 1 touro para 10 vacas.

**Figura 02** - Sistema de Divisão de Pasto (%) -Jardim-MS



Fonte: Trabalho de Campo, julho 2004 Org. Barbosa 2004

mento da produtividade por área, um maior ganho de peso em períodos menores e um melhor controle sanitário.

Tais fatores, somados ao melhoramento genético do gado, promovem uma redução no tempo de abate dos animais no município. Nos últimos 15 anos o tempo médio de abate passou de 4 a 5 anos para 2,5 a 3 anos e peso vivo médio de 24 arrobas (360 Kg).

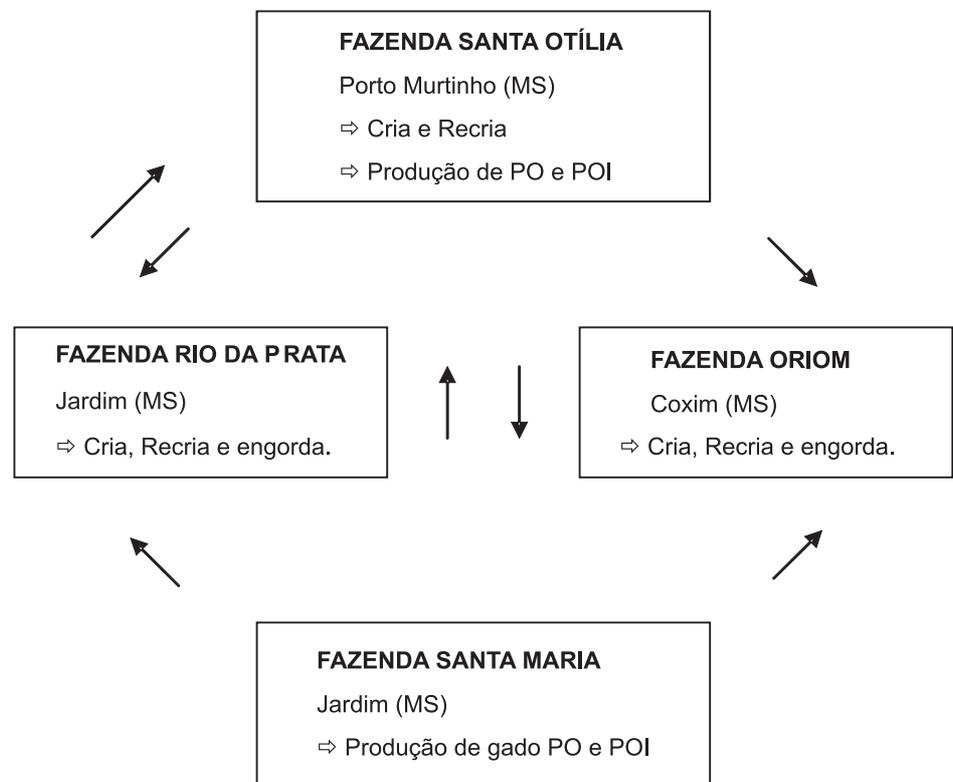
Alguns produtores estão desenvolvendo a produção do novilho precoce, animais abatidos antes dos 12 meses de idade e peso vivo médio variando de 15 a 17 arrobas. A implantação de produção do novilho precoce leva a mudança no manejo interno da propriedade, na comercialização e no consumo. Os fazendeiros investem em planejamento, tecnologia e uso criterioso de mão-de-obra.

Do total de produtores entrevistados, 10% desenvolvem esta atividade, que permite um ciclo de produção mais rápido, um retorno mais rápido de capital e um giro maior de dinheiro, não só para os produtores como também para todo

o segmento de mercado com os quais ele se relaciona.

Com a modernização da pecuária de corte, através de sistemas mais intensivos em capital, surgem novos atores sociais no município de Jardim, geralmente empresários mais capitalizados e com novos modelos de gestão e de gerência. Esses empresários atuam com investimentos ousados e tendem a adquirir novas propriedades rurais. Nesse sentido, alguns acabam por estabelecer uma rede interligada e articulada de fazendas, onde cada uma exerce uma função específica no processo de produção, a partir da divisão e especialização do trabalho, segundo Figura 03.

O espaço agrário do município, mesmo tendo como característica a concentração de terras, contém dois assentamentos rurais voltados para a produção de subsistência. O assentamento Guardinha, fundado em 22 de setembro de 2000, abriga 30 famílias com propriedade de 33 hectares, em média, para cada uma delas, e o assentamento



**Figura 03** - Processo de Produção de Bovinos

Org. por: Barbosa (2005)

Recanto do Rio Miranda, fundado em 9 de julho de 2002, com um total de 80 famílias ocupando em média 13 hectares de terra.

A relação de trabalho no espaço agrário do município de jardim caracteriza-se pelo assalariamento. As propriedades mais empresariais contam com administradores, gerentes, veterinários, agrônomos, além dos trabalhadores convencionais vinculados à atividade pecuária, capatazes, peões de campo, tratorista, inseminadores e diaristas.

Os trabalhadores mais qualificados recebem, além do salário, ganhos de produtividade, fator que estimula a eficiência e aumenta a produtividade da mão-de-obra. Este é um componente fundamental neste processo de modernização, pois revela que a atividade pecuária bovina de corte está sendo desenvolvida em bases empresariais.

As transformações econômicas geram alterações na organização do espaço. A ordem espacial é alterada para atender as exigências da atividade. Há investimentos em infra-estrutura, energia e comunicações.

A situação geográfica favorável, posição geográfica e acessibilidade, têm levado o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a investir pesadamente na recuperação do sistema rodoviário, facilitando o escoamento da produção para diversas áreas do Estado e para o Mercosul.

#### **4.1 - ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO AGRÁRIO**

Em paralelo ao processo de modernização da pecuária bovina de corte, vem ocorrendo no município o crescimento da atividade turística, em suas modalidades mais recentes: o ecoturismo e o turismo rural (Araujo 2004).

Esse fenômeno teve início na primeira metade da década de 1990 e até hoje não conquistou um espaço na economia de Jardim, em função de vários fatores que serão apresentados ao longo desse texto.

Segundo Coelho (1998), o ecoturismo representa uma alternativa oposta

ao turismo de massa ou convencional onde há uma valorização da natureza e da cultura. O ecoturismo pode ser assim conceituado:

“Um seguimento da atividade turística que utiliza forma sustentável os patrimônios naturais e culturais, incentivos sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo bem-estar das populações envolvidas” (MICT/MMA<sup>5</sup>, 1994 In: Araujo, 2003a: 29, 30).

O autor revela que a natureza passa a ser vendida como uma mercadoria, portanto, precisa estar conservada para se manter útil ao sistema capitalista. Isso indica o desenvolvimento de uma atividade mais planejada e coerente com a exploração dos recursos naturais e culturais (Vargas, 1999; Araujo, 2003).

“O ecoturismo é o turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitat diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e /ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda” (Goodwin 1996: 288 In Fennell 2002: 46).

Alguns autores contestam a afirmação do turismo ecológico como um movimento de conservação do patrimônio natural e cultural.

Para Harvey (1994) trata-se de uma produção destrutiva. O turismo como uma atividade do sistema capitalista é extremamente destrutiva, independentemente da sua modalidade, pois se vincula a obtenção de lucro e renda.

Nesta direção ARAUJO (2003a) destaca que paisagens diferentes são padronizadas com objetivo de atender aos interesses do setor, ocorrendo uma fabricação de ambientes naturais. Segundo a autora quando um lugar se esgota, busca-se outro, reiniciando o processo de produção e de consumo. Nesta perspectiva, o desenvolvimento do ecoturismo em uma determinada região

<sup>5</sup> Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

não significa, necessariamente, desenvolvimento e sustentabilidade. O espaço é reestruturado com objetivo de eliminar os aspectos considerados desagradáveis e, assim, a natureza é urbanizada (Harvey, 1994; Araujo, 2003a).

Mesmo diante de movimentos divergentes e de opiniões contraditórias, o ecoturismo esta em moda. Há todo *marketing* nacional e internacional de ofertas de viagens utilizando *slogans* como “Santuários ecológicos”, “eldorados”, “paraísos”, situados em diferentes partes do mundo, visando atrair os interesses de uma clientela que defende a natureza e busca contemplá-la.

Seu crescimento significa a geração de riquezas, no sentido de captar divisas e gerar empregos, fomentar outros setores econômicos, aumentar arrecadação tributária e motivar novos investimentos, sendo capaz de produzir o impacto na economia local (Oliveira, 2001).

No Município de Jardim em função das belezas naturais existentes o ecoturismo passou a ser visualizado como uma alternativa de desenvolvimento econômico. Os Municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena fazem parte do Pólo Ecoturístico da Serra da Bodoquena, complexo que compreende os atrativos naturais de nascentes, cachoeiras, grutas e rios.

Jardim, por fazer parte desse complexo, possui vários atrativos turísticos de recursos naturais, dentre os mais interessantes destacam-se: a nascente do rio da Prata, a Lagoa Misteriosa, buraco das Araras, Recanto ecológico do rio da Prata, Santuário da Prata, Lagoa Grande e os balneários.

Em consonância com o crescimento do ecoturismo no município, há uma tentativa de fomentar o turismo rural através do desenvolvimento de um conjunto de práticas turísticas no espaço rural, segundo Portuguez (1998: 76) o turismo rural representa: “um conjunto de modalidades, que consiste na atração de demanda eminente-

mente interna e cidadina para os ambientes rurais, em que os turistas podem experimentar maior contato com o ambiente bucólico, bem como os costumes locais e o dia-a-dia na vida do campo”. Revelando que esta modalidade é praticada dentro das propriedades rurais, onde o turista, mesmo que por curto período de tempo, entra em contato com a vida da fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais.

No município de Jardim, alguns atrativos destacam-se para este fim. É o caso da Pausada Jatobá, Fazenda Figueira, Recanto Ecológico do Rio da Prata e Santuário da Prata. Porém, a maioria das propriedades rural acima mencionada, não se encontra em funcionamento até o momento. Há problemas de infra-estrutura, de falta de equipamentos necessários, pessoal de apoio, de hospedagem, de comunicação e de investimentos.

O processo de difusão do ecoturismo e do turismo rural inicia-se na primeira metade da década de 1990, entretanto, até hoje não conquistou um espaço significativo na economia local. Alguns aspectos colaboram para este entrave:

- carência de estruturação de Programas governamentais e não governamentais que divulguem o município no cenário nacional e internacional;
- ausência de atuação do governo municipal no sentido de captar investimentos e que, ao mesmo tempo canalize recursos em obras de infra-estrutura voltadas para a atividade turística;
- privação de órgãos e instituições normativas e executivas que regulem a produção do espaço turístico;
- falta de estratégias gerenciais que permitam uma administração espacial mais compatível com os interesses do setor;
- carência de infra-estrutura e suporte técnico.

A tudo isto, soma-se a propaganda mais eficiente do município vizinho,

mais estruturado e articulado neste setor. Para se ter uma idéia do desnível de desenvolvimento do turismo entre os municípios de Jardim e Bonito, o primeiro conta apenas com duas agências de turismo, enquanto que o segundo possui 26 agências. As agências de turismo de Bonito atuam na cidade de Jardim (distante 60 km).

O município de Bonito acaba aniquilando o desenvolvimento da atividade turística no município de Jardim. Dados de campo revelam que do total de turistas que visitam Bonito é 99% superior ao total de turistas que visitam Jardim que recebe 1% por mês.

O número de turistas que visita Jardim (50 pessoas em média/ mês) é infinitamente inferior à quantidade de pessoas que visitam Bonito (4000 pessoas por mês/média). Em geral, os turistas que vão a Jardim são levados pelas agências de Bonito e acabam por conhecer passeio de flutuação no rio da Prata, no Recanto Ecológico do Rio da Prata, preferencialmente. Este passeio é conveniado as agências de Bonito, sendo o mais divulgado de Jardim.

Diante destes dados, a atividade turística no município de Jardim ainda é incipiente e não participa ativamente nos índices econômicos do município. Apesar de apresentar paisagens exuberantes para a prática do ecoturismo, falta visitante. Este quadro seria revertido se ocorresse o planejamento adequado, voltado para a questão turística/ ambiental, proporcionando sustentabilidade ambiental, econômica e social, alicerçadas nas Leis vigentes em suas diversas esferas.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral a organização do espaço agrário do município de Jardim (MS) vem se transformando nos últimos quinze (15) anos, em função da modernização da atividade econômica do município, e de um processo ainda incipiente de dinamização do ecoturismo e turismo rural. As mudanças geoeconômicas ligadas à pecuária envolvem:

- reorganização da produção: subdivisão das invernadas em piquetes de no máximo 40 hectares, expansão da área de pastagem plantada, sistema avançado de divisão de pastos, confinamento e semi-confinamento; manejo racional e rotacional, processos avançados de reprodução, melhoramento genético, rede integrada de produção;
- reorganização do trabalho: entrada de profissionais mais qualificados que recebem além de seu salário ganhos de produtividade;
- reorganização das relações de trabalho: entrada de novos atores sociais, empresários com novos modelos de gestão e de gerência.

As mudanças em curso no espaço agrário de Jardim levam ao aumento da produção e produtividade local. Dados de campo revelam que nos últimos 15 anos o tempo médio de abate do boi gordo foi reduzido de 4 a 6 anos para 2 a 3 anos.

Esse aumento na produção e na produtividade da pecuária de corte é acompanhado por uma elevação dos custos de produção, justamente no momento em que o setor é afetado por uma queda de preço do boi gordo. Para tentar minimizar o problema há necessidade de elevar a produtividade, ao mesmo tempo em que novos modelos de produção são introduzidos (rastreamento do gado, selo de qualidade, aproximação produtor-consumidor, dentre outros).

Em relação ao turismo, a mudança geoeconômica ligada ao setor envolve a construção de atrativos, com a criação e divulgação de balneários, áreas de mergulho, trilhas ecológicas, e de novos hotéis. O desenvolvimento desta atividade ainda é lento em função das dificuldades de implementação de gerência e gestão para o setor. Neste sentido algumas ações devem ser tomadas para dinamizar esta atividade, que poderá representar uma alternativa de desenvolvimento econômico para o Município de Jardim (MS).

## 6– BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, A.P.C. de. Reestruturação do Espaço Agrário do Pantanal Sul – Matogrossense. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Bacia do Alto Paraguai (MS): desenvolvimento e reestruturação do espaço. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003ª.
- ARAUJO, A.P.C.; FACINCANI, E. M. A Penetração Capitalista na Pecuária sul -Matogrossense: um Estudo de Caso da Folha de Aquidauana; CEUA – UFMS, Aquidauana 2003.
- ARAUJO, A. P.; BICALHO, A.M.S.M.; FACINCANI, E.M. Turismo no Pantanal de Mato Grosso do Sul. X Encontro de Geógrafos da América Latina (resumos) p.365. Departamento de Geografia / FFLCH / USP, São Paulo 2005.
- BECKER, B. K. A crise do estado e a região. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.48, n.1, p. 43-62, jan. /mar., 1986.
- COELHO, M. C. N. A CVRD e a (re) estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: CASTRO, I.E. *et al.* (org.). Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil ed., 1996.
- CORRÊA, E. F. A. O sistema de criação de pecuária bovina na região pantaneira do município de Aquidauana (monografia). Aquidauana (MS), UFMS, 2004.
- CORRÊA, E. S. (*et al.*) Sistema semi-intensivo de produção de carne de bovinos Nelores no Centro-Oeste do Brasil. Campo Grande (MS), EMBRAPA, 2000.
- FENNEL, D.A. Ecoturismo uma Introdução de Inês Lahbauer. São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994.
- IBGE. Geografia do Brasil – região centro-oeste. Rio de Janeiro, IBGE, v. 4, 1977.
- MORETTI, S. A. L. Atividade turística e transformações territoriais no município de Jardim (MS) dissertação. Dourados, UFMS, 2002.
- NASCIMENTO, F. L. (org.) Programa de Recuperação, Renovação e Manejo de Pastagens Cultivadas – REPASTO. Campo Grande (MS), Secretaria de Produção e Parceiros do Repasto, 2000.
- OLIVEIRA A.P. Turismo e Desenvolvimento. Planejamento e Organização, 3ª Edição, Atlas 5ª São Paulo, 2001.
- PORTUGUEZ, A. P. Agroturismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Hucitec, 1998.
- PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico de Pastagens. São Paulo, Nobel 1984.
- SANTIAGO, A. A. Pecuária de corte no Brasil central. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1970.
- ZIMMER, A. H. Consideração Sobre os Índices de Produtividade da Pecuária de Corte em Mato Grosso do Sul. Campo Grande (MS): EMBRAPA - CNPGC, 1998.

# Origem e Evolução da Cidade de Aquidauana-MS

Paulo Roberto Joia\*

---

Este trabalho tem por objetivo analisar a evolução da ocupação urbana da cidade de Aquidauana, estabelecendo relações com o crescimento demográfico e econômico do município. É apresentada uma periodização da evolução da cidade desde sua origem até os dias atuais com base em informações cartográficas e bibliográficas. O trabalho finaliza com a indicação de ações de planejamento urbano para corrigir a ocupação desordenada do espaço.

Palavras-chave:  
evolução urbana; planejamento urbano; meio ambiente urbano.

*This paper has by objective to analyse the evolution of urban occupation of Aquidauana city. The demographic grow of the city is related with the economic development. A periodization of evolution of city is showed from its origin to current days on the ground of cartographic and documentary information. The paper ends with the indication of urban planning actions to correct the disformed occupation of urban space.*

Key-words:  
*urban evolution; urban planning; urban environment.*

## 1. INTRODUÇÃO

Com pouco mais de cem anos de criação, Aquidauana tem uma história de povoamento recente, em se tratando da história do povoamento brasileiro. Sua ocupação confunde-se com o povoamento do pantanal sul-matogrossense, ao qual está relacionado intimamente. O meio físico característico desta região influenciou na localização dos primeiros povoados, que foram impulsionados por atividades econômicas específicas. As águas e o gado fazem parte da cultura regional.

Vários questionamentos surgem a respeito da adequação do lugar de origem do povoamento com o desenvolvimento da cidade de Aquidauana. Em todas as cidades, o impacto da ocupação humana, através do ambiente construído, sobre o ambiente natural é notório, o que varia é a magnitude desse impacto. Neste sentido, a necessidade do planejamento da expansão dos núcleos urbanos e da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, adequando o sítio urbano ao projeto urbanístico, é justificada pela poupança de recursos e de trabalho, de um modo geral, para se corrigir as

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Geociências do Campus de Aquidauana da UFMS. paulojoia@cpaq.ufms.br

distorções do crescimento urbano e se evitar conseqüências ambientais urbanas mais drásticas.

Há de se considerar, primeiramente, os obstáculos naturais como justificativas das atuais formas e estruturas de expansão da cidade, principalmente em pequenas cidades onde há poucos recursos financeiros para se investir em infra-estrutura e superar tais obstáculos. Portanto, a expansão da área urbana tende a obedecer ou contornar esses obstáculos, deixando algumas áreas vazias dentro do perímetro urbano. Também, a renda da população deve ser levada em conta na análise do processo de ocupação urbana, por exemplo, na questão da verticalidade e no surgimento de conjuntos habitacionais.

Este trabalho tem por objetivo analisar a evolução da ocupação urbana da cidade de Aquidauana, estabelecendo relações com o crescimento demográfico e econômico do município. O trabalho finaliza com indicações de áreas para a expansão urbana.

## 2. ORIGEM

Aquidauana surgiu como solução para certos problemas do povoamento Pantaneiro, principalmente aqueles ligados à sazonalidade climática, como o período das cheias, que isolavam os moradores das fazendas e de outros povoados, e o das secas. O local onde surgiu o povoamento de Aquidauana era uma solução para as cheias por apresentar topografia mais elevada em relação ao nível do Pantanal.

Outro atrativo considerado para a implantação do povoamento foi a suscetibilidade do rio Aquidauana à navegação, que objetivou a instalação de um entreposto comercial, a priori na margem esquerda do rio, devido à facilidade de acesso, em detrimento da margem direita, que possuía barreiras naturais como áreas inundáveis. A montante, o rio apresentava cachoeiras que dificultavam a navegação. Assim, o rio transformou-se em via de comércio de Aquidauana para Corumbá, a jusante, e, em seguida, para outras localidades

portuárias do Brasil como Santos e Rio de Janeiro.

O meio ambiente não só influenciou o lugar para o povoamento, mas também o tipo de atividade econômica que seria explorada pelos primeiros moradores.

RUSSI (1975: 13), sobre o assunto, comenta que dada as condições ecológicas e geográficas da região, o tipo mais próprio de exploração era a pecuária, além da agricultura de subsistência. Aproveitavam-se as pastagens naturais para implantar o gado na região de Miranda, a qual se tornou em pouco tempo um centro irradiador de expansão tanto no sentido norte como também para leste e na direção de Corumbá. Embora as terras do Pantanal fossem razoáveis para o desenvolvimento de uma pecuária de caráter extensivo, havia o desagradável fenômeno das cheias periódicas dos rios Aquidauana, Miranda, Negro, Taboco e afluentes, que acabavam por provocar durante algum tempo um completo isolamento das fazendas.

O povoamento de Aquidauana teve início em 1892, quando foi lavrada a ata de fundação do povoado. Entretanto, a região já era ocupada efetivamente pelos índios Terena e pelos espanhóis que já estiveram nessa região, quando da fundação do povoado de Santiago de Xerez, que foi destruído pelos Bandeirantes Paulistas no século XVII. Na margem esquerda do rio Aquidauana, a ocupação foi mais efetiva nos primórdios do povoamento, já que ali estaria o ponto de comercialização, com o embarque e o desembarque de gado e de outras mercadorias para o suprimento dos moradores da região.

Aquidauana possuía 03 filiais de casas comerciais sediadas em Corumbá, na segunda metade do século XIX. O porto local atendia os habitantes da região que se estendia até a franja da Serra de Maracaju (incluindo o povoamento inicial de Campo Grande).

ROBBA (1992:45) afirma que a área inicial da primeira vila em Aquidauana na margem direita do rio foi registrada

em Miranda no dia 21 de janeiro de 1894, com a denominação de Alto Aquidauana, “tendo área calculada em meia légua de frente para o rio Aquidauana e três léguas de fundo, com os seguintes limites (segundo o registro) ao Norte, córrego João Dias, ao Sul, córrego Guanandy, ao nascente, Serra de Maracaju; ao poente, rio Aquidauana”. Esta área, denominada São João, foi adquirida pelos fundadores do fazendeiro Sr. João Dias Cordeiro.

O aspecto paisagístico deve ser lembrado quando dos primeiros traçados feitos para o pequeno povoado. O primeiro Decreto Municipal, datado de 1907, um ano após a criação do município (1906), tratava da regulamentação do loteamento e de outros aspectos administrativos. A regulamentação da distribuição dos lotes estava contida nos Art. 3º e 4º, comenta ROBBA (1992:46), e os Artigos 5º ao 15º estabelecem a obrigação dos proprietários de lotes de edificá-los, cercá-los e manter as construções em bom estado. Regulamentaram-se, inclusive, as demolições, as reconstruções, as edificações e a arborização dos passeios. A topografia plana do povoado facilitava a sua ocupação e expansão.

Algumas paisagens urbanas, destacadas pelos aspectos físicos, devem ter influenciado a escolha estratégica da origem da área urbana. Uma é a vista panorâmica obtida para quem entra na cidade de Anastácio, vindo de Corumbá, e vislumbra a cidade de Aquidauana. Outra é a beleza e serenidade do rio Aquidauana próximas da ponte Velha. Finalmente, é o encantamento proporcionado pelas serras na região do distrito de Camisão para quem mira da cidade de Aquidauana, especialmente o “cartão postal” presenteado pela visão de quem está na rua Cândido Mariano e mira um dos morros da serra de Camisão.

### **3. DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ OS ANOS 1930**

Apesar da fixação inicial do povoamento ter ocorrido na margem esquer-

da do rio Aquidauana, pela facilidade de transporte e ligações com os povoados de Miranda e Nioaque, no final do século XIX, o povoamento se efetiva na margem direita, voltada para as fazendas Pantaneiras, como relatado por ROBBA (1992), através da abertura dos primeiros arruamentos na gleba adquirida.

O povoamento inicial se privilegiou, no início do século XX, com a decisão do governo federal de abertura de uma ferrovia, passando por esta região, que deveria alcançar, mais tarde, o oceano Pacífico (RUSSI, 1975:16).

O transporte férreo foi algo importantíssimo para o fortalecimento econômico da cidade. Conforme ROBBA (1992:17), a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1914, esse fato impulsionou ainda mais a ocupação da margem direita, para onde se deslocaram as casas comerciais.

O povoado começa a receber um acentuado fluxo migratório, principalmente de elementos humanos de origem nordestina seguidos de elementos de origem européia (destacando-se os italianos), cuja influência na cultura são visíveis nos tipos de habitações ainda existentes (RUSSI, 1975).

Em 1910, Aquidauana é elevada à categoria de comarca de 2ª instância (RUSSI, 1975). Neste período, a população da cidade era de 2.000 habitantes e do município de 6.000 habitantes.

A estrada de ferro, efetivada por volta da segunda década do século XX, impulsionou o comércio da cidade. Em 1912, os trilhos vindos de Porto Esperança, nas margens do rio Paraguai, chegam a Aquidauana e, em 1914, alcançam Campo Grande. A ligação com o estado de São Paulo só se concretiza em 1926 com a construção da ponte sobre o rio Paraná e a ligação com Corumbá só acontece em 1953 com a construção da ponte sobre o rio Paraguai, pronta em 1947 ( a estrada de ferro NOB foi adquirida pela RFFSA em 1957, quando começa a entrar em

decadência o transporte ferroviário no Brasil)<sup>1</sup>.

O mercado local deu um salto considerável, o município exercendo uma função comercial e de prestação de serviços e também de agente de intercâmbio cultural com relação aos municípios vizinhos, acabou por provocar a urgente necessidade de instalação de equipamentos básicos de manutenção, seja através da construção de novas residências para os ferroviários e criação de serviços de assistência médico – hospitalar, assim como igrejas, áreas de lazer e os primeiros loteamentos. A cidade cresceu consideravelmente na margem direita do rio, onde se localizava a estação ferroviária. O fluxo migratório regional foi sem dúvida mais importante que o proveniente do nordeste e de outros estados para o aumento da população local.

A ferrovia abriu as portas do mercado paulista para a produção de carne da região. Aquidauana tornou-se o ponto de embarque de gado e desembarque de mercadorias manufaturadas destinadas ao abastecimento de uma vasta região, situada entre o rio Taquari, ao norte, e a cidade de Bela Vista, ao sul. O ramal de Ponta Porã, concluído em 1957, desarticulou esta região de influência de Aquidauana, ao sul, estruturada desde 1926, considerando que o abastecimento desta região ao sul de Aquidauana passou a ser efetuado por Ponta Porã.

A expansão urbana seguiu a margem direita do rio entre os córregos João Dias e Guanandi, tendo como referência os trilhos e a estação ferroviária. O crescimento da cidade se alonga em direção aos trilhos, ao mesmo tempo em que o centro comercial se transferia das margens do rio para as proximidades da estação ferroviária.

A cidade, em 1920, terminava na Praça da Estação. O limite urbano era uma rua que começava na estação ia até a Rua Marechal Mallet, passando por um hotel moderno, que terminava duas quadras depois, conforme relatos em documentos impressos. A área ur-

bana terminava na Praça da Matriz. Prosseguia em sentido de Anastácio.

O primeiro loteamento do núcleo urbano que se tem registro data de 1930, determinando o aspecto que hoje assume o Centro da cidade e o bairro Guanandi. Ocupa a área sujeita à inundação periódica do rio Aquidauana, inaugurando um dos principais problemas ambientais urbanos vividos até hoje.

A evolução inicial da cidade se deu com o porto fluvial e com a estrada de ferro. Depois evoluiu espontaneamente com a pecuária e o crescimento econômico da região circunvizinha.

#### 4. OS ANOS 1940 E 1950

Na década de 1940, as cidades com 5.000 habitantes eram consideradas o padrão para o Centro-Oeste (CARDOSO, 1989). Algumas eram consideradas centros regionais, como era o caso de Aquidauana que possuía 5.800 habitantes, em 1940, e, em 1950, passava para 7.472 habitantes.

As principais cidades de Mato Grosso do Sul, em 1950, eram: Campo Grande – 31.708 hab; Corumbá – 18.725 hab; Três Lagoas – 7.650 hab; Aquidauana – 7.472 hab; Bela Vista – 6.090 hab; e Ponta Porã – 5.152 hab. Todas essas cidades, com exceção de Bela Vista, se encontravam ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB. Elas exerciam papel de centros regionais sobre uma extensa área pouco povoada, tendo acesso através de conexões rodo-ferroviária.

Na segunda metade dos anos 1950, o município progride lentamente em sua urbanização, os investimentos recaem sobre as infra-estruturas urbanas. Na área urbana, muitas ruas são pavimentadas (com lajotas de concreto), arruamentos são abertos e iluminações, redes de energia (início da implantação datada de 1928), de água (em substituição à rede implantada em 1935), de esgoto e de telefonia são implantadas. Em 1956, foi criada a Empresa Telefônica Aquidauanense Ltda. O serviço telefônico existia em apenas 19 cida-

<sup>1</sup> Desde a década de 1990 e início dos anos 2000, a ferrovia estava sob concessão da Novoeste, uma empresa privada brasileira.

des no Estado e era prestado por empresas locais; o interurbano estadual ficava a cargo da Cia Telefônica Oeste do Brasil; e o interurbano interestadual era de responsabilidade da CTB. Além dessas empreitadas, foi criada, em 1952, a primeira empresa de radio-difusão da cidade, a Rádio Difusora; em 1942, foi inaugurado o Cine Glória (fechado em 1982); e, em 1965, foi criado o jornal “O Pantaneiro”.

As atividades econômicas do município eram tipicamente de extração dos recursos naturais (madeira e pescado), de beneficiamento dos produtos agrícolas (frutas, mandioca, cana-de-açúcar, arroz, café, milho) e de criação de animais (bovinos, ovinos, eqüinos, suínos). O rebanho bovino apresentava-se em franca expansão. A indústria era bastante incipiente em 1950. O município contava com apenas 15 estabelecimentos industriais, ligados ao beneficiamento de produtos agrícolas (torrefação de café, arroseiras), à preparação de carnes (charqueada), ao tratamento de madeira (serraria, móveis), à produção de materiais para construção (olarias) e à extração mineral e vegetal (areeiros e carvoarias) entre outros.

As atividades comerciais e de prestação de serviços à população local e regional eram mais desenvolvidas. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE), o município de Aquidauana possuía: 03 estabelecimentos bancários (Banco do Brasil, Banco Agrícola de Campo Grande e Banco Nacional de Comércio e Produção); 27 e 294 estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, respectivamente; 02 empresas prestadoras de serviços aéreos (Cruzeiro do Sul Ltda.; Consórcio Real Aeronaves Transportes Aéreos); 02 hospitais gerais (o Hospital da Cidade, construído em 1939, e o Hospital da Noroeste); quartel do exército brasileiro (instalado em 1942); Aeroclube de Aquidauana (fundado em 1951); mercado municipal (inaugurado em 1962); associação comercial (fundada em 1944). Aquidauana era um centro comercial e de serviços (saúde, educação e financeiro) que atendia uma extensa região, compreendendo as cidades de Bonito, Jardim e Miranda.

Em 1930 foi construído o prédio onde até hoje se encontra o Grupo Escolar Antônio Corrêa. Em 1945 foi construído o primeiro ginásio público, o Cândido Mariano.

Discutia-se na época a implantação de uma colônia agrícola, o que foi concretizada com a abertura nos anos 1950 da Colônia Cipó. Mais tarde, foi criado o distrito de Cipolândia, envolvendo a área da Colônia, e que seria um centro agrícola de grande importância para o município, ligado à cultura do café, porém entrou em crise nos anos de 1960. O distrito tinha tudo para ser uma “Nova Sidrolândia”<sup>2</sup>, mas por carência de planejamento e vontade política não passa de um distrito com poucos atrativos econômicos.

O Aeroclube de Aquidauana possuía instalações próprias com uma sede, oficinas, salas de motores para curso de Mecânica de Aviação, uma pista de pouso cascalhada e um hangar, estando até hoje em funcionamento. O Aeroporto Municipal possui pista com 1.850 m para aviões tipo DC 3, estando hoje pouco utilizado. Os taxis aéreos e aviões particulares de fazendeiros fazem uso principalmente da pista do Aeroclube. Já foi o tempo em que a Empresa Comercial Cruzeiro do Sul possuía vôos comerciais ligando a cidade de Aquidauana às cidades de Corumbá, Cáceres, Campo Grande e Cuiabá, 04 vezes por semana.

Até 1960, o limite da aglomeração urbana era o Centro e Bairro Guanandi (até as Ruas 7 de Setembro e 16 de Julho) e Bairro Alto (até as Ruas Joaquim Antônio, Pandia Calógeras e José Bonifácio, e João Lopes de Assunção) (CONSPLAN, 1970).

## 5. O PERÍODO DA REDESCOBERTA: 1960 A 1989

O crescimento da população de Aquidauana, a partir da década de 1970,

<sup>3</sup> Sidrolândia é um promissor município do Estado de Mato Grosso do Sul, próximo à capital do estado.

tem relação com a pavimentação da rodovia BR 262 (concluída em meados dos anos 1970), havendo uma integração efetiva entre os municípios da região do Pantanal, entre os quais se encontram os de Aquidauana e Anastácio, com a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. A rodovia e a proximidade com a capital têm intensificado os fluxos migratórios regionais. Segundo dados do IBGE, em 1970, a população de Aquidauana aproximava dos 18 mil habitantes, passando a quase 24 mil, em 1980, portanto registrando um crescimento em torno de 30% para um período de 10 anos. A rodovia passa a ser, nos anos 1980, o mais importante meio de transporte da cidade.

Segundo CARDOSO (1989), a década de 1970 foi marcante para as cidades de Mato Grosso do Sul. Neste período, vários acontecimentos induziram o crescimento das cidades, especialmente daquelas já consolidadas economicamente, e o surgimento de muitos povoados, decorrentes da intensificação do fluxo migratório para o novo Estado de Mato Grosso do Sul, após sua separação de Mato Grosso, em 1977. Tanto a malha rodoviária quanto a rede energética foram ampliadas, como parte de importantes programas federais de integração regional.

O território como um todo passa a ser alvo de discussão e de planejamento, especialmente visando a segurança e a integração nacional, metas dos planos nacionais de desenvolvimento. Aquidauana se insere neste contexto nacional, quando é escolhida, entre muitas cidades brasileiras, para receber o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado, coordenado pela SERFHAU, do Ministério do Planejamento, cujo relatório subsidiou a redação deste trabalho (CONSPLAN, 1970).

O trabalho de CARDOSO (1989) destacou a importância dos pequenos centros regionais no comando de extensos territórios. Aquidauana era considerada um centro comercial, em 1980,

e comandava uma vasta região na porção oriental do Estado, estendendo sua influência para Miranda, Jardim e até Porto Murtinho. Neste período, o município de Aquidauana possuía 21.577 habitantes e era o sexto mais populoso do estado.

Em 1980, oito cidades possuíam mais de 20 mil habitantes e todas já eram as principais desde 1950, apenas uma tinha mais de 100.000 habitantes – a capital Campo Grande, considerada um centro sub-metropolitano, segundo a classificação do IBGE.

Entre vários problemas levantados, constantes no Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado (CONSPLAN, 1970), destacava-se o da circulação de gado pela cidade que era um problema sério para a administração pública, pois não havia outro caminho para transpor o rio Aquidauana, na altura da cidade de Aquidauana, a não ser pela Ponte Velha. Este problema foi resolvido com a construção de uma ponte sobre o rio Aquidauana à jusante da Ponte Velha, destinada à travessia de gado que se dirige ao abatedouro localizado na vizinha cidade de Anastácio e de outros gados que ao passarem pela cidade causam transtornos ao tráfego de veículos. Esta ponte foi denominada Ponte Boiadeira.

Como melhoramento da infraestrutura rodoviária, ocorreu um duplo processo para a economia Aquidauanense: desmobilizou-se a condição de entreposto modal (função de centralizar as atividades regionais) e desenvolveu-se a agricultura comercial, em Anastácio.

Na década de 1970, já se discutia a realização de alguns investimentos em obras de infraestrutura para controle das inundações, nas margens do rio Aquidauana e do córrego João Dias, entre eles a retificação do leito do córrego João Dias, próximo da confluência do rio Aquidauana, evitando a formação de banhados, e construção de barragem, no mesmo córrego, de aproximadamente 5 ha, na altura da rua Salvador Braga, com a finalidade de

regularizar o volume de água do córrego e com vistas ao seu aproveitamento para recreação e abastecimento domiciliar.

Segundo a CONSPLAN (1970), o número total de habitações na zona urbana, em 1970, era de 3.507 domicílios, sendo: de padrão alto (0,3%); de padrão médio (12%); de padrão popular (62,7%), em bairros como Bairro Alto e outros mais afastados e recém criados como Cidade Nova, Vila 40, Vila Trindade e Vila Paraíso; e de padrão baixo (25%), no Pirizal, margem do rio e zona periférica.

Em 1968 havia iluminação pública à mercúrio no centro. A disponibilidade de energia elétrica via Jupiá permitiu a desativação da termelétrica local (de custo mais elevado).

O abastecimento de água da cidade se fazia por um sistema de sete poços tubulares profundos e um reservatório elevado com capacidade de 170 m<sup>3</sup>, porém não era suficiente para atender às necessidades da população e havia necessidade de construção de mais 02 poços.

O “lixão” da cidade situava-se na Fazenda Buriti, distante 5 km da cidade.

O primeiro conjunto habitacional, BNH/COHAB-MT, com 156 casas, foi construído em terreno doado pela Prefeitura, denominado Conjunto Habitacional Princesa do Sul, localizado na Vila 40, a 3 km do centro da cidade, no final dos anos 1960. O Conjunto Habitacional Princesa do Sul não estava equipado para atender às necessidades da população aí estabelecida, provocando abandono do local por parte de alguns moradores, que alegavam, também, pequena e má distribuição do espaço interior das residências. Muitas residências encontravam-se fechadas logo no início da ocupação (CONSPLAN, 1970).

A zona comercial encontrava-se bem definida, limitada pelas ruas 7 de Setembro e Manoel Antônio Paes de Barros, em um sentido; e Pandia Calógeras e Augusto Mascarenhas, em outro sentido.

No município, predominava a agropecuária. Com a instalação de um frigorífico em Anastácio (Matadouro Rio Negro), a carne passou a ser beneficiada no local. No frigorífico, era abatido apenas o gado da empresa, mas já existia matadouro e charqueada desde 1950. A industrialização da carne poderia dar novos rumos à economia local. Este período foi propício para Aquidauana entrar na fase de industrialização com frigoríficos e outras indústrias, o que muitas outras cidades brasileiras fizeram, porém não foi uma oportunidade muito bem aproveitada pelos administradores locais. Outros destaques para a industrialização eram a presença de cerâmicas (04), serrarias (02), extração de dormentes e torrefação de café, sendo que a maioria localizava na periferia da cidade, às margens da ferrovia. O total de pessoal ocupado na indústria, em 1970, era de 171 pessoas.

Neste período, não houve mudanças na base econômica do município. Em 1970, o número de efetivos de bovinos era de 384.025 cabeças, distribuídas em 286 propriedades rurais. Quanto à participação dos setores de atividade econômica no município, em 1969, na geração de renda bruta, verificava-se o predomínio da pecuária com 80%, o comércio e os serviços representavam 15%, do total, e empregavam 1.899 pessoas. Observação feita ao setor terciário, onde o comércio era diversificado, para atender a região e a crescente população local, porém o setor hoteleiro e de serviços de alimentação eram de baixa qualidade, não explorando o turismo de negócios nem o turismo ecológico.

Quanto ao ensino médio e superior, em 1971, foi criado o Centro Pedagógico de Aquidauana, o CPA, com oferecimento de cursos universitários e, em 1974, o Centro de Educação Rural de Aquidauana, o CERA, oferecendo curso técnico voltado para a agropecuária. O CERA, como era conhecido, foi instalado numa fazenda de 806 ha, originada da expropriação de 22 lotes da Colônia Paxixi, próxima ao dis-

trito de Camisão, distante 12 km do centro da cidade. Outras escolas públicas estaduais e particulares que ofereciam ensino médio (denominadas de Colégio ou ensino de segundo grau) já existiam na cidade. Estes dois marcos para o ensino local serviram como referência para o ensino médio e superior no antigo estado de Mato Grosso, atraindo estudantes de várias partes do estado.

As áreas ocupadas por praças eram poucas. As existentes eram a Praça Afonso Pena, que se encontrava em fase final de urbanização, a Praça Nossa Senhora da Imaculada Conceição, necessitando de urbanização, e a Praça do Cinema (atualmente extinta). Em relação às áreas verdes, a cidade dispunha das áreas compreendidas pela vegetação do Pirizal, pela mata ciliar do córrego João Dias e do rio Aquidauana e na confluência deste com o córrego João Dias formava-se um extenso bosque, onde funcionou durante alguns anos o Jardim Zoológico e se pretendia a formação de um Bosque Municipal para preservar a fauna e a flora próxima à área urbana e para a recreação da população. Cogitava-se a implementação de obras de urbanização no Pirizal com a construção de um lago artificial, com aproveitamento da água do rio Aquidauana, de um parque e de um hotel.

Em relação à ocupação demográfica do município, vários fatores concorreram para provocar uma distribuição não uniforme da população no território municipal:

- O vasto território, dotado de um deficiente sistema interno de vias de comunicação e de obstáculos naturais decorrentes do ambiente Pantaneiro que dificultavam o povoamento;
- A predominância de um sistema econômico, baseado na pecuária extensiva, que oferecia pequena oportunidade de ocupação de mão-de-obra, não ocorrendo processo migratório significativo na região;
- A estrutura fundiária marcada por grandes propriedades rurais, herda-

das dos primeiros ocupantes do pantanal;

- O município constituía região de ocupação antiga, em se tratando do estado de Mato Grosso do Sul, cujo povoamento vinha-se baseando no crescimento vegetativo da população, pois a região em geral não era atrativa para o fluxo migratório;
- Os imperativos do meio ambiente, que exigiam maiores recursos financeiros e tecnológicos para superá-los.

Com o desmembramento do município de Anastácio, em 1964, a cidade de Aquidauana ficou encravada entre o rio Aquidauana, ao sul, a Fazenda Guanandi, ao leste, a Fazenda Trindade, ao oeste, e a Rua Giovane Toscano de Brito, ao norte. O acesso para Campo Grande era feito, em terra, pela AQN 03, e prolongando-se pela MS 450, porém com a construção e pavimentação da BR 262, cujo traçado passa pelo município de Anastácio, o acesso passou a ser feito através da cidade de Anastácio. A cidade passou a ter como única direção de crescimento o norte, embora seja esta a de menor perspectiva de progresso, visto que, numa era guiada pelo transporte rodoviário, a aglomeração próxima às rodovias é uma tendência, e esta se localiza em Anastácio, ao sul de Aquidauana.

Fica estabelecido como limite do “núcleo urbano”, o perímetro de maior aglomeração populacional, contando com uma área de expansão. O limite norte é a Colônia 15 de Agosto. O terreno, nessa área, apresenta áreas alagadiças e áreas sujeitas a inundações provocadas pela Lagoa Comprida (lagoa permanente).

O Perímetro Urbano, aprovado em 1977, foi modificado, em 1982, reduzindo sua área ao excluir a zona de expansão urbana, localizada na área conhecida por Morrinho, na porção norte da cidade.

A Lei de Parcelamento do Solo, de 1979, e o Código de Obras do Município, de 1986, estabeleceram um zoneamento para o município, criando as Zonas Municipais: urbana; de transição

(áreas urbanizáveis, além do perímetro urbano); e rural; e as Zonas Especiais: destinadas a preservação e aproveitamento das condições ecológicas vigentes.

A área de expansão encontrava-se a leste e a oeste (além dos córregos João Dias e Guanandi). A tendência da cidade era de se expandir ao longo da estrada de ferro e da rodovia municipal AQN 03, em forma de uma larga faixa, no sentido leste-oeste. Até 1970, o limite da aglomeração se estendia até a Rua João Dias e a Vila Progresso (próxima à rodoviária) e se dispersava pelos Bairros Serraria e Alto (cinco quadras acima da Rua João Dias).

Segundo o relatório da CONSPLAN (CONSPLAN, 1970), é sugerida a ocupação residencial da Vila Trindade, a oeste, e da Fazenda Guanandi, a leste, não admitindo barreiras culturais à expansão da cidade. Além de constituir um fator de estrangulamento do crescimento urbano, a Fazenda Guanandi beneficiava-se dos serviços públicos municipais existentes (energia, telefone, água).

Em 1962, foi criado o loteamento Cidade Nova, no Bairro Alto, com quadras subdivididas, provocando um desajuste com o arruamento já existente no sentido norte-sul. O tamanho dos lotes diminuiu, permitindo maior acessibilidade da população e maior concentração populacional.

A localização do terminal rodoviário era na Rua Barão do Rio Branco, próximo à estação ferroviária. Havia ligações rodoviárias com Cipolândia, Bonito, Campo Grande, Bela Vista e Miranda. Nos anos 1970, o terminal rodoviário passou a se localizar na Rua Estevão Alves Corrêa, em prédio próprio, a partir de onde se planejava um novo acesso à cidade, proveniente da AQN 03. A estação ferroviária também se encontrava na Rua Barão do Rio Branco e as ligações eram com Miranda, depois até Corumbá, e Campo Grande, depois até Bauru. O encerramento do transporte de passageiros pela ferrovia ocorreu em 1987.

A extensão territorial do município e a insuficiência de estradas estaduais ou federais construídas na área municipal aumentavam a atribuição da prefeitura na abertura e conservação de rodovias.

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Integrado para Aquidauana, de 1970, (CONSPLAN, 1970) estabelecia três hipóteses de desenvolvimento para o município:

Primeira hipótese: O Modelo Aquidauana.

Desenvolvimento espontâneo, segundo modelo primário exportador. A pecuária era a atividade motriz. A expansão da pecuária em Aquidauana se deveu a disponibilidade de pastagens naturais, disponibilidade de mão-de-obra indígena e barata, fazendeiros pioneiros que concentravam a capacidade empresarial, raças bovinas adaptadas, crescimento do mercado, e ligação rodo-ferroviária com o mercado.

Segunda hipótese: O Desenvolvimento Planejado.

Diretrizes para atingir novas etapas a partir dos recursos disponíveis (alocação de recursos visando melhores alternativas): aumento da produtividade da pecuária; dinamização da agricultura; exploração de recursos minerais (calcário, argila, areia) e naturais pelo turismo (não percebido na época); pólo regional de prestação de serviços (Miranda, Jardim, Bela Vista, Porto Murinho); ampliação dos serviços públicos municipais e melhoria do sistema arrecadador. As obras de infra-estrutura básica, implantadas no município tanto na área urbana quanto na área rural serviriam para atrair mais investimentos no setor privado e promover a integração municipal com o processo de desenvolvimento nacional.

Terceira hipótese: O Desenvolvimento Espontâneo.

A hipótese de um desenvolvimento espontâneo ou não planejado abriria a probabilidade de surgimento de desajustes no sistema. O crescimento de Campo Grande poderia atrair os inves-

timentos que poderiam ser feitos para Aquidauana. A prefeitura poderia ficar impedida de realizar obras devido à baixa arrecadação.

O primeiro modelo, o espontâneo de crescimento, sem a intervenção de planejamento, era impulsionado por forças locais, que distinguiriam o município dos demais. O segundo modelo seria o planejado, com a intervenção das ações públicas no destino do município. A terceira hipótese era a mais pessimista, mostrando o enfraquecimento das forças locais e a dependência da capital, Campo Grande.

Esboçou-se, naquela época, uma preocupação com o desenvolvimento, que poderia ser alcançado mais rapidamente via planejamento (segunda hipótese) ou espontaneamente (primeira hipótese) através de forças endógenas, ou que poderia ser estagnado, diante de várias situações ameaçadoras (terceira hipótese).

## **6. OS ANOS RECENTES: APÓS 1990**

Em uma avaliação feita para o município durante o período de 1988 a 1993, Aquidauana encontrava-se em estágio de estagnação econômica. Aquidauana transferiu para Campo Grande algumas atividades de serviço e comércio que antes centralizava. O estreitamento das relações comerciais com Campo Grande fez com que muitas atividades ficassem concentradas na capital.

Aquidauana, em 1990, tenta adotar uma nova postura econômica, ainda que timidamente, investindo em atividades alternativas como o turismo em diferentes formas, além do comércio diversificado e outros setores, buscando-se soluções para uma relativa independência da pecuária extensiva. Nota-se, também, a expansão dos serviços prestados pelo poder público local nas áreas de educação e saúde e investimentos em outras áreas como moradia popular (conjuntos habitacionais) e infraestrutura básica, e pelos poderes públicos estadual e federal com investimen-

tos em saúde, educação, segurança e gestão do território.

As principais atividades econômicas do município eram a pecuária e as atividades ligadas ao setor terciário urbano (comércio varejista, formado por pequenas empresas, prestação de serviços particulares e públicos, comércio informal) (MARCONDES, 1992).

O comércio informal se expandiu nos anos 1990, apoiado pela inflação galopante que dominava a economia brasileira e pelo aumento no número de desemprego. As “barraquinhas” foram se aglutinando nas Ruas Bichara Salamene (antiga Rua Barão de Rio Branco) e Estevão Alves Corrêa, no sentido centro bairro, formando um pequeno centro de compras de produtos importados.

Quanto ao setor terciário, a cidade apresentava quatro tipos de centros bem definidos: o centro financeiro: Rua Estevão Alves Corrêa (3 agências) e Ruas Sete de Setembro e Manoel Antônio Paes de Barros (1 agência cada); o centro de serviço: disperso pela área central da cidade; o centro administrativo: em formação no Bairro Cidade Nova, com a instalação da Prefeitura Municipal e vários órgãos estaduais; e o centro comercial: Rua 7 de Setembro, entre Ruas Pandia Calógeras e Duque de Caxias; Rua Manoel Antonio Paes de Barros, entre Ruas Pandia Calógeras e Manoel Aureliano da Costa; Rua Marechal Mallet, entre Ruas Nelson Felício dos Santos e Estevão Alves Corrêa; Rua Estevão Alves Corrêa, entre Ruas Marechal Mallet e João Dias (MOURA, 1999).

O centro comercial de uma cidade é definido pela multiplicidade de suas funções e pela atividade terciária que se organiza a fim de oferecer as melhores condições de acessibilidade à vida cotidiana. Importante para o centro comercial é a existência de áreas para estacionamento de veículos, serviços de transporte coletivo e individual, vias de acesso aos bairros e vias e calçadas largas para circulação de veículos e pessoas.

O centro comercial da cidade de Aquidauana coincide com a área inicial do povoamento. O centro geográfico da cidade, próximo à estação rodoviária, não coincide com o centro comercial, mas se considerar a cidade de Anastácio, a relação torna-se verdadeira.

Quanto à circulação interna, a presença dos trilhos da antiga ferrovia Noroeste do Brasil e as ausências de avenidas largas, classificadas como vias principais, têm dificultado a interligação centro - bairro.

As principais vias de acesso ao centro são as Ruas 7 de Setembro, dos Ferroviários e Pandia Calógeras. A partir de Anastácio ou de Aquidauana para Anastácio, a ligação viária é feita através das Ruas Teodoro Rondon e Marechal Mallet. Para os bairros, as principais vias de acesso são as Ruas 7 de Setembro, Estevão Alves Corrêa e Duque de Caxias.

O número de estabelecimentos comerciais varejistas, em 1994, era de 473 e, em 1999, de 387; os estabelecimentos comerciais atacadistas, em 1994 e 1999, eram de 21; os estabelecimentos de serviços, em 1994, eram de 29 e, em 1999, de 32. A maioria destes estabelecimentos encontra-se no centro comercial, que está inserido dentro da área central da cidade. A área central forma a base econômica da cidade, que é constituída por micro e pequenas empresas ligadas ao comércio varejista, à prestação de serviços e ao comércio informal, formado por vendedores ambulantes.

A economia urbana se baseia: no comércio de produtos para a agropecuária (especialmente para a criação de gado e formação de pastagens); na prestação de serviços públicos, que cobrem um extenso território sob a jurisdição de órgãos públicos estaduais e federais; e no comércio de produtos básicos para atender a demanda da população urbana e rural local, espalhada pelo território do município e dos municípios vizinhos.

Na área central se encontram vários tipos de comércio como lojas de de-

partamentos, lojas de materiais de construção, supermercados, bares e restaurantes, lojas de roupas e calçados e serviços como correios, bancos, assistência técnica, escritórios de advocacia, de contabilidade e de engenharia, cartórios, consultórios médicos e odontológicos, entre outros.

Nos bairros aparecem os estabelecimentos comerciais de atendimento às necessidades básicas e imediatas da população, geralmente de uso frequente, como mercearias, padarias, açougues, lojas de conserto, etc. Nos bairros, a maior concentração de estabelecimentos comerciais fica próxima à estação rodoviária, no Bairro Alto, e na extensão da Rua Estevão Alves Corrêa, no sentido centro – estação rodoviária.

Os setores de recenseamento mais populosos, segundo o censo demográfico de 1991, eram o Bairro Alto, próximo à estação rodoviária; a Vila Santa Terezinha, considerando a existência de conjuntos habitacionais; o Centro e o Bairro Guanandi. Segundo MARCONDES (1995), a densidade demográfica, em 1991, para a área urbana era de 11,45 hab/ha.

Segundo um Relatório Interno da Caixa Econômica Federal, Agência de Aquidauana, em relação à situação dos loteamentos, Aquidauana apresentava, em 2000, 03 ocupações irregulares, 11 conjuntos habitacionais e 05 loteamentos de baixa renda, e um déficit habitacional de 3.000 moradias. O total de imóveis com ligações à rede de água somavam, em 1999, 10.052.

## 7. RESULTADOS E ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA

Durante todos esses anos de desenvolvimento urbano, Aquidauana mostrou uma forte dependência das relações regionais, considerando seu papel como centro de prestação de serviços e comercial, abrangendo uma vasta região do Pantanal sul-mato-grossense. Deste modo, a articulação regional através dos meios de transporte é um fator decisivo para o desenvolvimento da cidade. O **Quadro 1** mostra o período em

que diferentes meios de transporte predominavam nas ligações regionais de Aquidauana. Inicialmente, o predomínio do transporte hidroviário era dividido com o transporte de tração animal.

Durante o processo de evolução urbana, Aquidauana apresenta alguns marcos históricos no processo de ocupação do solo: chegada dos trilhos da NOB – 1914, proporcionando um novo tipo de transporte e criando um novo centro comercial; conclusão da ponte metálica sobre o rio Aquidauana, em 1926; instalação do 9º BEC – 1942, que ocupa uma área de 16 ha no interior da cidade; construção da Estação Rodoviária e projeção da Avenida Dr. Sabino do Patrocínio – 1971, dando origem a um novo projeto urbanístico para a cidade; conclusão da ponte de concreto sobre o rio Aquidauana, no início dos anos 1970, permitindo o fluxo de ônibus e caminhões para Anastácio e BR 262; planejamento do Centro Administrativo – 1989, com a edificação da Prefeitura Municipal e de outros órgãos públicos (MARCONDES, 1992).

A expansão urbana de Aquidauana tem tornado cada vez mais difusa, considerando o baixo custo dos terrenos e a topografia plana. Muitos espaços vazios, durante todo este processo de urbanização, surgiram no interior do perímetro urbano. Alguns rumos têm norteado a ocupação do solo urbano. Percebe-se uma acentuada tendência em aumentar as densidades para além do córrego João Dias em relação à ocupação de áreas além do córrego Guanandi. Apresentam-se, portanto, como prováveis rumos de expansão urbana não planejada o norte e o oeste, porém este com áreas prejudi-

cadas na porção sudoeste, devido às cheias periódicas do córrego João Dias. A expansão da cidade ao sul torna-se prejudicada pelo fato do perímetro urbano coincidir com o limite municipal – o rio Aquidauana e ao leste pela presença de extensa área pertencente à Fazenda Guanandi e ao Aeroclube (MARCONDES, 1992).

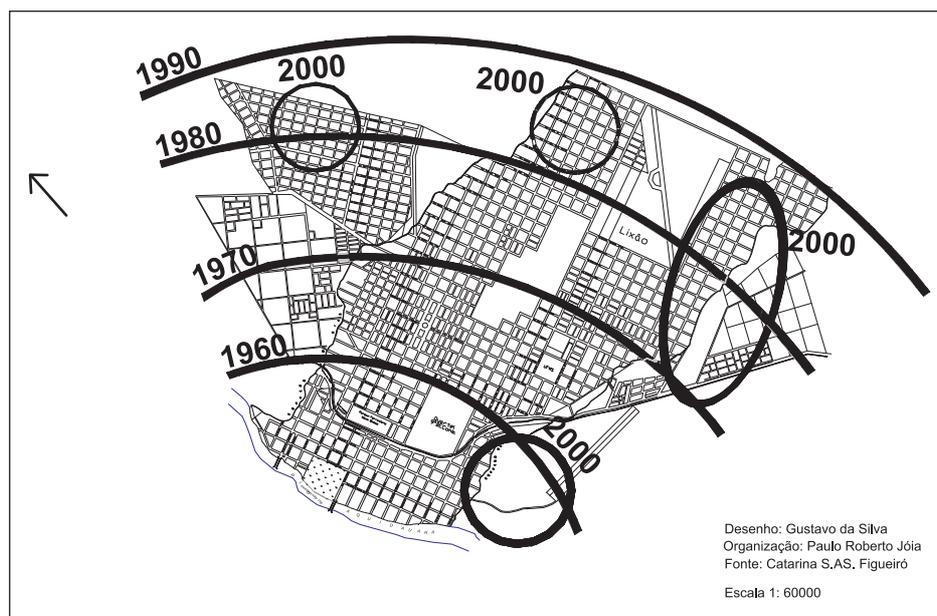
A cidade de Aquidauana pode ser dividida em cinco fase de expansão urbana (**Mapa 1**). O crescimento urbano da cidade se deu de forma escalonada, esboçado da seguinte forma:

- Primeira fase: década de 1960. O centro era definido próximo à margem direita (e esquerda) do rio Aquidauana. O limite da margem direita ia até onde está instalado o 9º BEC, após a linha férrea. A margem esquerda chegava até a avenida Manoel Murтинho, e se estendia até a Casa Cândia e até ao atual prédio da Prefeitura Municipal de Anastácio.
- Segunda fase: década de 1970. O perímetro urbano se expande, incluindo o Bairro Alto, até a rodoviária, a Vila Trindade (parte), o Bairro da Serraria e a Vila 40; o desenho urbano nessas áreas se dá com quadras e lotes menores, com ruas mais estreitas, favorecendo o adensamento da população.
- Terceira fase: década de 1980. Inclui-se a ocupação da Vila Cidade Nova, da Vila Santa Terezinha, do Bairro Nova Aquidauana, da Vila Bancária e da Vila Trindade (loteamento Santa Izabel); o adensamento da população prossegue na periferia da cidade, especialmente no quadrante leste, proporcionado em grande parte pela presença de con-

**Quadro 1** - Evolução dos principais meios de transporte regionais de Aquidauana.

TIPO DE TRANSPORTE PREDOMINANTE	PERÍODO		
	Até a década de 1920 <sup>1</sup>	Décadas de 1930 a 1960	Após a década de 1970 <sup>2</sup>
HIDROVIÁRIO	X		
FERROVIÁRIO		X	
RODOVIÁRIO			X
Duração do predomínio	40 anos	40 anos	30 anos

Fonte: Pesquisa de Campo  
<sup>1</sup> Após a fundação da cidade;  
<sup>2</sup> Até os dias atuais (ano 2000).



**Mapa 1** - Fases da expansão urbana de Aquidauana-MS.

juntos habitacionais. Nesta porção, nota-se o maior índice de densidade demográfica, segundo censo de 1991, no Setor 07, que era de 75,64 hab/ha (MARCONDES, 1995).

- Quarta fase: década de 1990. Ocupação da parte norte da cidade; a ocupação se estende até o Bairro da Exposição, Bairro Nova Aquidauana, nas saídas das estradas rumo ao Pantanal e parte da Vila Icarai (próxima à Fazenda Guanandi).
- Quinta fase: década de 2000. Neste período, destacam-se várias faixas de terras na periferia para serem ocupadas: Jardim São Francisco, Bairro da Exposição, Bairro Jóquei Clube e Bairro Nova Aquidauana. Além disso, a ocupação passa a ocorrer em espaços vazios internos como exemplo a Vila Cidade Nova, a Vila Santa Terezinha, o Bairro da Serraria (parte baixa entre o 9º Batalhão e a Lagoa Comprida), a Vila Trindade, a Vila Icarai e o Bairro Cidade Nova.

A planta urbana de Aquidauana se enquadra no tipo quadriculada, com loteamentos contínuos, caracterizando ser uma planta racional para os tempos modernos, não apresentando loteamentos com traçados não retili-

neos. A mancha urbana é interrompida, na seqüência dos seus quadriculados, pelas áreas naturais (rios e córregos) e institucionais (parques, área militar, aeroporto). Nem sempre a planta quadriculada apresenta-se em uma forma única (monobloco). Ela também pode se decompor em tantas partes quanto forem as unidades topográficas e hidrográficas que existe na cidade. Estas unidades irão depender particularmente do relevo e da disposição das águas que acabam interferindo na formação de um único bloco (MARCONDES, 1995). Os elementos topográfico e hidrográfico são responsáveis pela compartimentação da planta urbana como sendo formada por um tronco, partindo do rio Aquidauana em sentido norte e por dois membros, um a leste, além do córrego Guanandi, e outro a oeste, além do córrego João Dias.

O espaço construído está disposto de modo ordenado entre os córregos João Dias e Guanandi. Além desses córregos, a urbanização ocorre de forma desalinhada, onde não é verificada uma seqüência no quadriculado e na ocupação do espaço (MARCONDES, 1995). Como exemplo de interferência do quadro natural nas densidades de ocupação no interior da área urbana, são citados os Setores de Arrecadação

do IPTU 04 e 05, entre o Parque da Lagoa Comprida e o 9º Batalhão de Engenharia de Combate, com baixa densidade devido à área ocupar um fundo de vale com a presença de terrenos alagadiços, mesmo estando próxima à área central da cidade. Outras áreas com baixa densidade de ocupação são: as margens dos córregos João Dias e Guanandi e do rio Aquidauana, incluindo o Pirizal – área sujeita à inundação periódica, pelo fato ser bacia receptora das águas transbordadas do rio Aquidauana.

As áreas institucionais públicas e privadas de maior extensão dentro da área urbana são: Ministério do Exército, Aeroporto Municipal, Parque de Exposição, Rede Ferroviária Federal, Aeroclube e Parque Municipal da Lagoa Comprida, este com 76 ha (MARCONDES, 1995).

Em relação à população urbana de Aquidauana (**Quadro 2**), a partir dos anos 1960, o crescimento tem sido de modo constante e lento (acontece de modo gradual), acompanhando a média nacional, sem apresentar grandes “explosões” demográficas (surto de crescimento), tendo em vista alguns fatores como a ausência de indústrias de médio e grande portes, a atividade econômica baseada na pecuária e nos pequenos comércios, a baixa densidade demográfica regional, e a sua localização numa região periférica ao centro do capitalismo nacional, que não exerce o papel de atração sobre as pessoas e os negócios. O crescimento demográfico acaba se tornado vegetativo, com taxas de migração da população jovem significativas.

Na década de 1950, é quando se presenciou o maior crescimento da população urbana. Na década de 1960, o processo de urbanização refletiu a diminuição das taxas de crescimento da população.

Levando-se em conta a economia urbana de Aquidauana, baseada no setor terciário, que por características locais não tem conseguido elevar a renda per capita, exatamente porque o setor primário (base local) não tem lhe dado sustentação, percebe-se que esta não contribui em maior grau para a melhoria da qualidade de vida de boa parte da população (MARCONDES, 1995).

A partir dos anos 1970, as densidades demográficas se elevam na periferia. Num primeiro momento em direção à rodoviária e num segundo momento ocupando o quadrante leste, à margem esquerda da Lagoa Comprida, com conjuntos habitacionais. Atualmente, há uma tendência para ocupação mais intensa do quadrante norte, verificado pela transferência das instalações da Prefeitura Municipal e de outros prédios públicos e pela construção de conjuntos habitacionais à margem direita da Lagoa Comprida (MARCONDES, 1995).

A população de menor poder aquisitivo tem ocupado áreas periféricas da cidade com carência de infra-estrutura, principalmente pelo fato dos lotes serem mais baratos e acessíveis à renda familiar. Isto tem acentuado cada vez mais a expansão da cidade de Aquidauana no sentido horizontal, motivada ainda pela topografia privilegiada, de baixa declividade (MARCONDES, 1995).

**Quadro 2** - Evolução da população total e urbana de Aquidauana: taxas de crescimento da população e taxas de urbanização, no período 1940–2000.

Ano	População Total	Crescimento da População (%)	População Urbana	Crescimento da População Urbana (%)	Taxa de Urbanização (%)
1940	20.949		5.807	24,91	27,71
1950	21.258		7.254	65,38	34,12
1960	33.034		11.997	49,05	36,31
1970	29.263	17,83	17.882	31,62	61,10
1980	34.482	14,09	23.537	24,45	68,25
1991	39.342	10,25	29.294	15,28	74,46
2000	43.378		33.773		77,85

Fonte: IBGE

Considerando a disponibilidade de terreno, a área do perímetro urbano e o crescimento lento da população urbana, haverão para as próximas décadas muitas áreas para serem ocupadas. Portanto, existe pouca possibilidade de ocorrer a verticalização a curto e médio prazo na cidade de Aquidauana, o que não alterará, de maneira elevada, os índices de densidade demográfica no centro da cidade (MARCONDES, 1995).

Era prevista, nos anos 1970, uma tendência para o ritmo de construção na cidade aumentar a expansão territorial para o leste e para o oeste (CONSPAN, 1970). Isto não ocorreu. A Prefeitura Municipal não facilitou esta tendência, dificultando o acesso tanto a oeste, através das Pontes do Santa Marta e da Vila Trindade, quanto a leste, através do acesso viário pela AQN 03, tornando, portanto, as duas regiões deficientes quanto ao acesso viário.

Em seu trabalho sobre o uso do solo na cidade de Aquidauana, NASCIMENTO (1999) apresenta alguns fatores que podem influenciar na escolha do uso e na intensidade de ocupação como: sítio urbano (topografia, hidrografia, acidentes geográficos), fatos históricos (origem da cidade), infraestrutura básica (água, energia, iluminação, esgoto, pavimentação), população (crescimento), economia urbana (comércio e serviços) e posicionamento da cidade em relação aos centros urbanos vizinhos. A combinação destes fatores produz a base do assentamento urbano.

As classes de ocupação do solo, verificadas para Aquidauana, de um total de 821 quadras cadastradas (não sendo computadas as quadras da Vila Jóquei Clube, Jardim São Francisco, Vila Quarenta e Vila Icarai), variam de: até 25% - baixo índice de ocupação; de 26 a 75% - índice médio; e acima de 75% - alto índice de ocupação. Mesmo assim, este último índice está bem abaixo do padrão considerado ótimo para a densidade de ocupação urbana que varia de 100 a 200 hab/ha.

O maior aparecimento de áreas vazias ocorre próximo ao córrego João Dias, às Vilas Trindade, Santa Terezinha e Cidade Nova e ao Bairro Nova Aquidauana. Estas áreas são as mais visadas para a implementação de novos programas habitacionais.

Portanto, as áreas a serem ocupadas na Zona de Expansão Urbana seriam: parte da margem direita do rio Aquidauana, situada além do córrego João Dias; porção acima do Bairro da Exposição que segue até a região do Morrinho; e a área entre a Vila São Francisco e o Hospital Funrural. As áreas que deveriam ser estimuladas para ocupação dentro do Perímetro Urbano seriam: Vila Trindade (próxima ao córrego João Dias), Vila Icarai, Bairro Jóquei Clube, Vila Bichara e Bairro Nova Aquidauana.

Em termos ambientais, para atender aos indicadores de qualidade de vida, a cidade necessitaria de mais áreas verdes, como por exemplo, o reflorestamento da planície de inundação do córrego João Dias e das matas ciliares do rio Aquidauana.

Quanto às obras a serem construídas, prevendo maior articulação viária interna e com a cidade de Anastácio, deveriam ser previstas a construção de mais uma ponte sobre o rio Aquidauana, na altura da Rua Quintino Bocaiuva ou da Rua Oscar Trindade de Barros, e a construção de outras passagens pela via férrea.

Ficam sugeridas: a desocupação da margem do rio Aquidauana pela população ribeirinha (Ilha do Pescador), deslocando a comunidade para uma área próxima, através de programas habitacionais para população de baixa renda, e a não emissão de alvará de construção nesta região; e a criação de áreas verdes na Lagoa Comprida, no entorno do Aeroporto municipal e na área situada entre a BR 419 e o córrego João Dias.

## 8. CONCLUSÕES

A expansão da cidade de Aquidauana tem ocorrido de forma lenta,

num primeiro momento partindo do centro histórico e comercial para o limite do perímetro urbano e num segundo momento ocupando os espaços vazios no interior da área urbanizada. Observou-se o surgimento de impactos ambientais e de problemas sociais decorrentes da expansão da cidade. A insustentabilidade econômica e técnica não permitiram o ordenamento adequado do espaço urbano, aparecendo área degradadas tanto no aspecto social quanto ambiental.

Admite-se a necessidade de aplicação de ações de planejamento para se evitar problemas de ocupação desordenada da área urbana. A administração pública municipal com seus órgãos competentes poderia amenizá-los, indicando as novas áreas para ocupação com moradias populares e para implantação de infra-estrutura básica, procurando os melhores eixos naturais para a expansão urbana, tentando adequar o adensamento da população com a infra-estrutura já existente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e evitando danos ao meio ambiente.

Analisando o processo de ocupação, pode-se concluir que, a curto prazo, não

há necessidade de expandir o perímetro urbano.

Em termos de política urbana, o momento é propício para pensar o futuro, através de elaboração do Plano Diretor, pois, quando o crescimento da população é lento, é interessante a criação de legislação com a finalidade de reestruturar o espaço, visto que, quando o crescimento é acelerado, ele provoca um desordenamento do espaço urbano e aí só resta consertar o estrago.

Uma outra observação feita diz respeito à capacidade de mudança no rumo da expansão urbana. Devido ao baixo volume de investimentos públicos e privados no espaço urbano, pequenas mudanças na paisagem urbana são observadas: como a renovação urbanística do centro da cidade e o surgimento de novos espaços valorizados pela construção de equipamentos e infra-estruturas públicas na periferia da cidade.

Além disso, as políticas públicas traçadas para o ordenamento do espaço urbano de Aquidauana não poderão desconsiderar o crescimento urbano de Anastácio, que forma um aglomerado urbano único, e as relações que as duas cidades mantêm entre si.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, M. F. T. C. Organização urbana. In: IBGE. Geografia do Brasil. Vol. 1. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. pp 189-239.
- IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Mato Grosso. Rio de Janeiro: IBGE.
- MARCONDES, J. F. Densidades Demográficas e Domiciliares da Área Urbana de Aquidauana – MS. Aquidauana: UFMS-Departamento de Geociências, 1995. Monografia de Graduação. 22p.
- MOURA, E. L. O centro comercial de Aquidauana. Aquidauana: UFMS-Departamento de Geociências, 1999. Monografia de Graduação.
- NASCIMENTO, S. Índice de ocupação do solo de Aquidauana em 1998. Aquidauana: UFMS-Departamento de Geociências, 1999. Monografia de Graduação. 17p.
- CONSPLAN. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado. Município de Aquidauana. Brasília: CONSPLAN, 1970. 132 p.
- ROBBA, C. Aquidauana Ontem e Hoje. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992. 147 p.
- RUSSI, G. C. Subsídios para o Estudo de uma Região, Aquidauana. Aquidauana: UEMT, 1975. 54 p.

# A Inserção do Território de Figueirão na Bacia Hidrográfica do Alto Taquari

Valter Guimarães\*

**Resumo:** Figueirão está inserido na Unidade de Zoneamento Ambiental e Natural do Planalto do Taquari (IBGE/SEPLAN, 1989), predominantemente em rochas sedimentares do grupo Bauru, formação Caiuá, relevos tabulares, colinosos, solos litólicos, podzólicos vermelho amarelados e areias quartzosas em típica fisionomia de uso agropecuário (pastagem plantada e restrita área de agricultura de ciclo curto...soja). A vegetação de savanas (semidecíduais dominantes), tem pequena parcela de seus espaços sendo substituídos por cultivos de milho, cana-de-açúcar, mandioca, etc). O clima tropical (seco/úmido) controlado por massas equatoriais/tropicais contribui decisivamente para que a temperatura média anual gire em torno dos 23° C e chuvas entre 1.300/1.600 mm (primavera-verão) e 200/250 mm (outono-inverno) (SEEPRO, 2003).

Esta pesquisa, em andamento, justifica-se pela necessidade de alertar programas de desenvolvimento regional e local onde costuma-se ouvir a comunidade apenas de maneira pró-forma, às vezes em audiência pública, sem nem mesmo haver uma política configurada em plano diretor (nem todos os municípios brasileiros são obrigados a tê-lo, muito menos executá-lo). Os interesses ficam restritos aos principais interessados, os produtores, com a conivência do poder público, sem ser dada a atenção necessária aos problemas ambientais. Neste sentido, produzir informações que possam subsidiar as políticas de uso e ocupação da terra, mais precisamente políticas produtivas para um recém criado município, levando-se em conta a microrregião administrativa ao qual está inserido, parece ser um dos caminhos iniciais da discussão de futuros modelos de desenvolvimento. Aposta-se então no desenvolvimento sustentável não pela auto-sustentação dos elementos inseridos numa paisagem qualquer, mas sim na co-existência harmoniosa entre os componentes produtivos do conjunto. Neste sentido os procedimentos metodológicos invocam a absorção da Teoria dos Sistemas, preocupando-se com os processos e respostas responsáveis pela esculpura da paisagem regional e destes gerar políticas de desenvolvimento econômico.

Da relação entre o "comportamento natural" do ambiente com a continuidade do modelo de uso e ocupação da terra na região, é que se torna possível encontrar subsídios ao "enquadramento" paisagístico de Figueirão no sistema Taquari em Mato Grosso do Sul. Como se não bastasse apenas considerar o desequilíbrio da natureza, comportamento normal em busca da sustentação do seu próprio equilíbrio, a região teria vivido, de forma crescente à medida que as redes de canais ampliavam-se, uma intensificação de ações erosivas e alterações constantes na paisagem. Atualmente e aparentemente de forma passiva surge o homem, primeiro como parte integrante dos elementos da paisagem regional e, em seguida, como agente transformador e acelerador dos desequilíbrios naturais, em nome de um desenvolvimento local, sem alicerçamento político de desenvolvimento regional coerente com as necessidades também políticas de sustentabilidade de ambientes. Estamos levantando uma preocupação com a fragmentação do espaço geográfico na região, com a criação do município de Figueirão, que por certo imprimirá o surgimento também de novos cenários de transformação no tão dinâmico sistema Taquari, pois é através do canal do rio Jaurú (um dos tributários do sistema) que continua acontecendo um dos mais movimentados transportes de sedimentos para a bacia sedimentar do Pantanal. Por fim, a que se destacar que a área territorial do município, apesar da grande parcela desmembrada de Camapuã, por enquanto parece pagar o preço da herança maior, enquadrada na microrregião do Alto Taquari. É possível que de alguns municípios vizinhos onde a vocação para a agricultura tem sido bem sucedida, possam no futuro, ser os incentivadores para a criação de novos cenários de uso e ocupação neste território.

Palavras-chave:  
Poder Público, Economia Regional, Sustentabilidade.

## INTRODUÇÃO

A percepção da paisagem é uma autocompreensão através da qual o homem busca entender o significado de uma parte qualquer do ambiente em relação ao todo. Tuan (1980), destaca a necessidade de autocompreensão dos problemas ambientais que são, fundamentalmente, os problemas humanos, quer sejam econômico, político ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos.

Numa visão mais ampla, sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental. Elas não podem ser excluídas da abordagem Teorética porque o homem é de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento devem ser compreendidos em profundidade, e não simplesmente mapeado. Daí os métodos de pesquisa serem apresentados e as discussões técnicas sobre o procedimento aparecerem na maioria das publicações sobre meio ambiente e comportamento (Tuan, 1980).

As paisagens constituem respostas a um complexo de processos, cada um exigindo apropriadas escalas espacial e temporal para serem estudados. Pode-se considerar que elas são constituídas de numerosos elementos, influenciados por diferentes fatores, tornando-se pouco possível acompanhar o desenvolvimento de cada componente (vertentes, solos, vegetação, rios, uso da terra, etc) do sistema considerado. Há, com certeza, uma preocupação com uma variada escala de fenômenos atuantes, bem como da complexa inter-relação entre eles, buscando-se o conhecimento através de conceitos probabilísticos e da teoria do equilíbrio dinâmico. Luna B. Leopold e W. B. Langbein (1962) "The concept of entropy in landscape evolution", apud in: Bloom, A. L. (1970), foram os primeiros a estabelecer proposições relacionadas com a teoria probabilística para a abordagem evolutiva das paisagens como um todo, como por exemplo a da utilização do conceito de variância mínima no estudo sobre os meandramentos fluviais in: Rivers meanders, dos mesmos autores (1966), apud in: Christofolletti, A. (1981).

Estudos que levam ao entendimento da teoria do equilíbrio dinâmico e comportamento evolutivo de paisagens no Brasil, podem ser percebidos naqueles onde a preocupação está centrada na morfodinâmica das vertentes, cujo processo erosivo acelerado tem levado à formação de verdadeiros areais, dada a instabilidade das rochas e dos solos delas derivados, Suertegaray (1987), e Pacheco (1993).

Pode-se dizer que já a mais de meio século registra-se sensível crescimento na preocupação com os problemas ambientais, baseado no reconhecimento da importância e complexidade das relações que interligam as atividades humanas com as condições da superfície terrestre, nas suas diversas escalas de grandeza espacial. Todavia, as relações entre desenvolvimento e meio ambientes apresentam nuanças diversas conforme as localidades e sofreram trans-

formações ao longo do processo histórico. Os sistemas ambientais, diferenciados e espacialmente distribuídos na superfície terrestre, foram organizados por meio dos processos físicos e biológicos. A expansão das atividades humanas provocou mudanças em tais sistemas, construídas em decorrência de contextos avaliativos e de valorização das condições ambientais (Christofolletti, 1993).

Em Mato Grosso do Sul os sistemas ambientais físicos mais representativos são os que congregam as parcelas das bacias hidrográficas do rio Paraná com fluxos de correntes de água em canais cortando terrenos de coberturas extrusivas e deposicionais e a do rio Paraguai drenando terrenos predominantemente sedimentares da conhecida bacia sedimentar do Paraná em sua faixa ocidental, de significativa superfície erosiva, cuja rede de drenagem tem sido a principal organizadora do processo deposicional à bacia sedimentar do Pantanal, esta, fiel depositária de representativo volume de sedimentos e outros materiais advindos da primeira. Em ambas, a organização do espaço vem, ao longo da história sofrendo alterações conforme os modelos econômico-sociais nele se instalam (Guimarães, 1997). Nesta divisão "territorial" as superfícies comandadas por estas duas significativas redes de drenagem, imprimem quadros geográficos, denunciando a integração das ações construtivas e modeladoras das paisagens sul-mato-grossenses.

Criado pela Lei 2.680 de 26/09/2003, o município de Figueirão constituiu-se no 78º território do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua área de 4.914,84 km<sup>2</sup> foi obtida a partir do desmembramento de terras dos municípios de Camapuã (92,7%) e Costa Rica (7,3%), posicionada na região Nordeste do Estado. Apresentou em 2.005 uma população que representava pouco mais de 0,40 hab/km<sup>2</sup>. É interessante ressaltar que no Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 1.980, toda a área do município de Costa Rica, bem como do

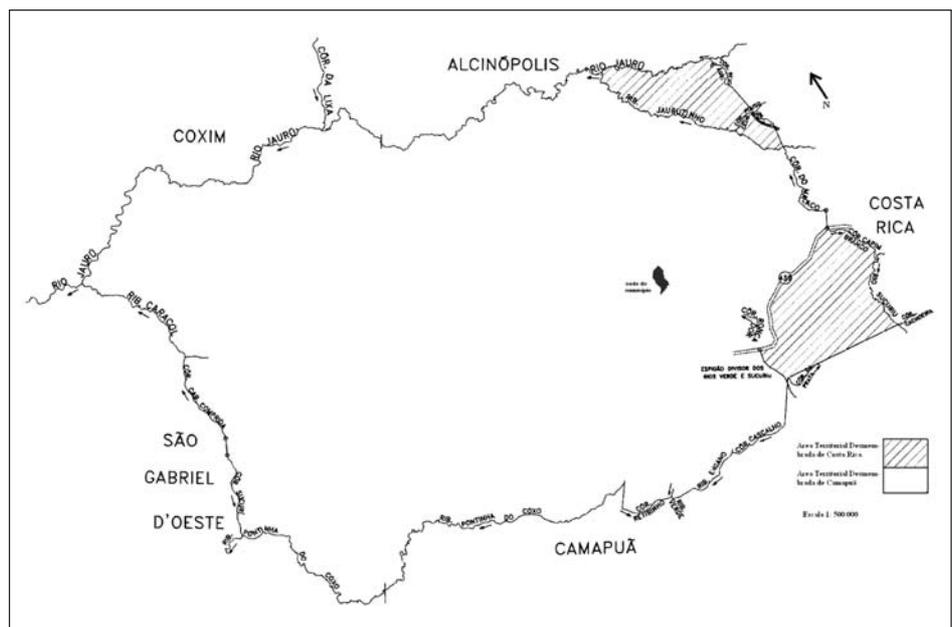
município de Figueirão, pertencia a Camapuã que deixou de ser distrito de Coxim desde setembro de 1.948.

Figueirão está inserido na Unidade de Zoneamento Ambiental e Natural do Planalto do Taquari (IBGE/SEPLAN, 1989), predominantemente em rochas sedimentares do grupo Bauru, formação Caiuá, relevos tabulares, colinosos, solos litólicos, podzólicos vermelho amarelados e areias quartzosas em típica fisionomia de uso agropecuário (pastagem plantada e restrita área de agricultura de ciclo curto...soja). A vegetação de savanas (semidecíduais dominantes), tem pequena parcela de seus espaços sendo substituídos por cultivos de milho, cana-de-açúcar, mandioca, etc). O clima tropical (seco/úmido) controlado por massas equatoriais/tropicais contribui decisivamente para que a temperatura média anual gire em torno dos 23° C e chuvas entre 1.300/1.600 mm (primavera-verão) e 200/250 mm (outono-inverno) (SEEPRO, 2003).

O limite extremo leste corresponde ao planalto da Serra das Araras, que separa os sistemas de drenagem alimentadores das bacias do Paraguai (Taquari) e do Paraná (Sucuriú). Oficialmente, quase toda a área territorial

de Figueirão é trabalhada em hidrologia de superfície por canais fluviais integrantes da bacia do Alto Paraguai, que tem como principal rede de drenagem interna a da bacia do rio Figueirão de direção leste-noroeste e tributário do rio Jaurú, figura 01, este a principal linha de drenagem do município recém criado e determinante do limite norte/noroeste, desaguando no rio Coxim à oeste. Ao Sul da sede do município, ainda no planalto da Serra das Araras organiza-se a rede alimentadora do canal do rio Verde, em leitos de rochas extrusivas (basalto).

A região é parte integrante da Bacia Sedimentar do Paraná, de provável ascensão epirogênica da Plataforma Brasileira, submetendo à dissecação rochas sedimentares de natureza principalmente psamítica (Crepani & Santos, 1994), com baixa resistência à ação erosiva, alimentada ainda por uma significativa amplitude altimétrica criada entre o Planalto e a Planície do Pantanal Mato-Grossense quando então teriam se intensificado os esvaziamentos da paisagem planáltica com o surgimento das drenagens obsequentes, somadas às piratarias de drenagens, dentre elas, a do próprio Taquari



**Figura 1** - Município de Figueirão-MS, Linha Perimetral (notar o predomínio do traçado dos canais fluviais na demarcação territorial).

Fonte: Idaterra/MS - 2003.  
Adaptado por: Valter Guimarães.

que tem sido um dos principais responsáveis pelo encaminhamento do produto da dissecação para dentro da planície.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de alertar programas de desenvolvimento regional e local onde costuma-se ouvir a comunidade apenas de maneira pró-forma, às vezes em audiência pública, sem nem mesmo haver uma política configurada em plano diretor (nem todos os municípios brasileiros são obrigados a tê-lo, muito menos executá-lo). Os interesses ficam restritos aos principais interessados, os produtores, com a conivência do poder público, sem ser dada a atenção necessária aos problemas ambientais. Neste sentido, produzir informações que possam subsidiar as políticas de uso e ocupação da terra, mais precisamente políticas produtivas para um recém criado município, levando-se em conta a microrregião administrativa ao qual está inserido, parece ser um dos caminhos iniciais da discussão de futuros modelos de desenvolvimento.

#### METODOLOGIA

Quando se analisa a estrutura interna da paisagem aprende-se a lógica que é atribuir-lhe um caráter de conjunto, de totalidade, e não a um elemento da paisagem, mas a todo o ecótopo, porque da união espacial dos diferentes elementos da paisagem em um ecótopo não surge somente uma configuração, mas um conjunto harmonioso formado por componentes que se ajudam mutuamente e que não podem existir por si mesmos. Aposta-se então no desenvolvimento sustentável não pela auto-sustentação dos elementos inseridos numa paisagem qualquer, mas sim na co-existência harmoniosa entre os componentes produtivos do conjunto. Neste sentido os procedimentos metodológicos invocam a absorção da Teoria dos Sistemas, preocupando-se com os processos e respostas responsáveis pela esculturação da paisagem regional. Bertrand (1971) e mesmo Sothava (1977), parecem tratar o geossistema

onde o natural tem um opositor fervoroso, o homem. Nos procedimentos metodológicos a busca de resultados apóia-se na abordagem sistêmica, enfatizando a teoria do equilíbrio dinâmico que considera o modelado terrestre como um sistema aberto, que, portanto, necessita de ininterrupta suplementação de energia e matéria, assim como funciona através de constante remoção de tais fornecimentos, o que permite considerar que os aspectos das formas não são estáticos e imutáveis, onde a massa da paisagem estará sendo removida implicando, por exemplo, no decréscimo do relevo médio, desde que não haja nenhuma compensação tectônica (Christofolletti, 1980). A pesquisa, em sua primeira etapa além de preocupar-se com a territorialização física do espaço estudado, no caso tendo como unidade de referência a alta bacia do Taquarí, utilizou-se de toda a representação cartográfica disponível, relatórios de pesquisas regionais, deslocamentos a campo, quando foi possível além dos reconhecimentos tradicionais (mapas), documentar os aspectos representativos que permitissem entender a idéia de conjunto tais como do arcabouço geológico em suas relações com os solos e a participação destes nos agrupamentos vegetais e mesmo um relacionamento paisagístico com a região circunvizinha.

#### RESULTADOS E DISCUSSÕES

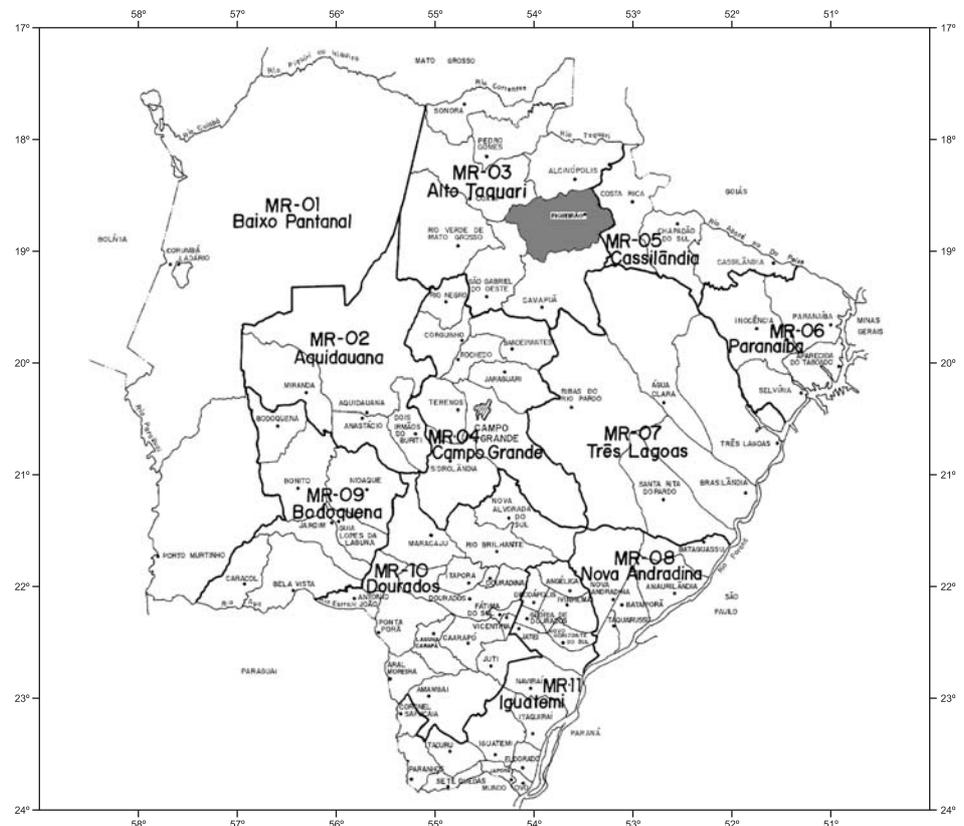
Dois grandes fatores devem ser considerados nesta mais recente criação da unidade territorial municipal de Figueirão para sua inserção na bacia do Taquarí: primeiramente o fator político determinístico e gerador daquele espaço geográfico paisagístico com mais de 90% da área oriunda do município de Camapuã, região que desde 1.593 foi ocupada pelos jesuítas espanhóis e posteriormente utilizada como rota nas incursões dos bandeirantes em direção a Cuiabá (IBGE, 1985), município este que ao longo de sua história vem mantendo uma vocação predominante do uso da terra com a pecuária

de corte. O fator político pode ser entendido como altamente responsável pela criação do novo município. Visto sob a ótica do aproveitamento da terra isto faz sentido, pois ao longo do processo de desenvolvimento regional dentro da Microrregião Administrativa do Alto Taquari (MR-03), figura 02, apenas os municípios de Sonora ao Norte do Estado, e São Gabriel do Oeste, ao Sul, apresentaram acentuada vocação de uso agrícola das

terras, cabendo aos demais (Pedro Gomes, Alcinópolis, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Camapuã e Figueirão) a pecuária, que hoje com vastas áreas de pastagem plantada, continua sendo a principal atividade econômica. A leste/sudeste de Figueirão, também é a vocação agrícola que vem respondendo pela produção nos municípios de Costa Rica e Chapadão do Sul. Subentende-se aqui que os interesses políticos e econômicos dos produtores rurais atinentes com a produção de gado foram significativos no processo de

desmembramentos de terras e criação do novo município, pois há uma relação bastante positiva com tal ramo de atividade econômica predominante na Microrregião.

Recentemente (entre 2000 e 2002), o Estado de Mato Grosso do Sul foi novamente objeto de estudos buscando-se atingir uma visão de futuro a partir de “desejos regionais” definidos no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), quando o território sul-matogrossense foi dividido em oito novas microrregiões. Desta divisão surgiu a região Norte com 47.025km<sup>2</sup> contemplando os municípios de Alcinópolis, Costa Rica, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Camapuã (inclusa a área de Figueirão, até então Distrito). O Plano, numa primeira etapa buscou diagnosticar (forma macro) os problemas e potencialidades regionais, suas macrotendências e perspectivas de visão futurista prognosticada para o ano de 2.020.



**Figura 2** - Município de Figueirão na Microrregião Política-Administrativa do Alto Taquari.

Fonte: Adaptado em SEPLANTC/MS (1991)  
Org. por: Valter Guimarães.

Acredita-se que o “determinismo político” que se enraizou por pelo menos mais de dois séculos na região, associado à baixa qualidade dos solos (predominantemente arenosos), de susceptibilidade erosiva comprometedora, em topografia de compartimentação planáltica, contrastando com o bem representativo nível de base da Depressão do Pantanal Sul-Mato-Grossense (forte atrativo à movimentação dos solos das encostas do Planalto do Taquari), possivelmente combinando na maioria das vezes com períodos chuvosos curtos, porém de alta pluviosidade e da substituição da vegetação nativa por pastos plantados (em excesso), tenham sido até então, em conjunto, fatores negativos às expectativas de implementação de novas políticas de uso e ocupação do solo. Na região pesquisada, considerada a área do município de Figueirão, mais de 90% da linha perimetral intermunicipal está determinada por linhas de canais de drenagem fluvial, onde, as incidências de ocorrências de erosão acelerada, com representativo deslocamento de solos acabam todas sendo encaminhadas em

direção ao canal do Rio Jaurú. Além destes limitantes naturais, há ainda que se considerar o caso do canal do rio Figueirão (fig. 03) onde o excessivo volume de carga de fundo transmite uma grande preocupação com o destino dos solos em movimento nas encostas.

Neste sentido, a herança territorial que Figueirão recebeu principalmente de Camapuã está enraizada não apenas na utilização da terra com as atividades de cria, recria e engorda na bovinocultura, como também vivenciada na forma extensiva de ocupação ao longo da existência não somente do município de Camapuã como ainda de quase toda a Microrregião Administrativa do Alto Taquari.

Mato Grosso do Sul chegou a ser o maior produtor de carne bovina do País. No entanto, tal vocação bovina na produção do gado de corte tem vivido recentemente os problemas impeditivos do escoamento da produção, talvez da infra-estrutura voltada para o consumo nacional e pior ainda quando os objetivos são a disputa de uma fatia do comércio exportador (aliás muito mais



**Figura 3** - Canal do Rio Figueirão em leito fluvial totalmente assoreado, de tipologia tipicamente anastomosada, resultado de intensa atividade erosiva em solos derivados de arenito Caiuá.

Fonte: Autor (2005)

atrativo, porém muito mais exigente) pois todas as microrregiões administrativas são produtoras pecuárias (atividade principal) e o desequilíbrio e perspectivas em cada uma destas microrregiões não têm ajudado a contento.

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

É, na relação entre o “comportamento natural” do ambiente com a continuidade do modelo de uso e ocupação da terra na região, que se torna possível encontrar subsídios ao “enquadramento” paisagístico de Figueirão no sistema Taquari em Mato Grosso do Sul.

As regras da natureza podem ser consideradas complexas e mesmo sutis, como por exemplo, num curso d'água, como regra empírica, “o declive é função inversa da vazão” (Bloom, 1970), cujo significado pode permitir julgamentos diferenciados quando aplicados à evolução da rede de drenagem do sistema “Alto Taquari” em terrenos da Bacia Sedimentar do Paraná, no Mato Grosso do Sul. Numa primeira aproximação é possível concluir que a dinâmica evolutiva da paisagem não esteve “vitimada” apenas e tão somente pela elevação epigenética da Plataforma Brasileira, uma vez que segundo Crepani & Santos (1994), durante tal ascensão o canal principal que se instalou no reverso teria comportamento direcional voltado para o Leste acompanhando o mergulho das camadas, coordenando a construção inicial evolutiva da rede de drenagem. Conseqüentemente o modelo de relevo produzido tinha como unidades da paisagem a evolução de vales pela perda de material rochoso, indo de encontro à Lei de Playfair que considera os vales como resultado do trabalho dos rios, sem no entanto deixar de considerar o deslocamento do regolito nas encostas das vertentes, contribuindo na intensidade de tal processo evolutivo. Porém, o fator gradiente não parecia tão evidente se comparado ao contraste ge-

rado pela amplitude altimétrica entre a superfície do Planalto da Bacia Sedimentar do Paraná com a da Depressão do Pantanal Matogrossense, quando a drenagem obsequente instalando-se naquele significativo desnível altimétrico, associado à exposição por epigênese de material sedimentar de fraca resistência à erosão, intensificou o recuo de cabeceiras de drenagem planalto adentro, uma vez que ao mesmo tempo processos lineares de aprofundamento dos talwegues cediam aos atrativos do nível de base da Depressão do Pantanal Matogrossense, que por efeito cascata atraíam para si uma quantidade imensa de sedimentos (ferramenta erosiva) oriundos da ação conjunta de recuo das cabeceiras com o alargamento dos vales. Como se não bastasse apenas considerar o desequilíbrio da natureza, comportamento normal em busca da sustentação do seu próprio equilíbrio, a região teria vivido, de forma crescente à medida que as redes de canais ampliavam-se, uma intensificação de ações erosivas e alterações constantes na paisagem. Atualmente, aparentemente de forma passiva surge o homem, primeiro como parte integrante dos elementos da paisagem regional e, em seguida, como agente transformador e acelerador dos desequilíbrios naturais, em nome de um desenvolvimento local, sem política de desenvolvimento regional coerente com as necessidades políticas de sustentabilidade de ambientes.

Estamos levantando uma preocupação com a fragmentação do espaço geográfico na região, com a criação do município de Figueirão, que por certo imprimirá o surgimento também de novos cenários de transformação no tão dinâmico sistema Taquari, pois é através do canal do rio Jaurú (um dos tributários do sistema) que acontecem um dos mais movimentados transportes de sedimentos para a bacia sedimentar do Pantanal.

Por fim, a que se destacar que a área territorial do município, apesar da

grande parcela desmembrada de Camapuã, por enquanto parece pagar o preço da herança maior, enquadrada na microrregião do Alto Taquari. É possível que de alguns municípios vizinhos onde a vocação para a agricultura tem sido bem sucedida, possam no futuro, ser os incentivadores para a criação de novos cenários de uso e ocupação neste território, devidamente planejados, com efetiva e contínua segurança aos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, E.F.da F. & GUIMARÃES, V. – Relações entre o Potencial Ambiental Físico e as Restrições nas Formas de Uso da Bacia do Córrego Pontinha do Coxo-Camapuã-MS. *Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente*. Edvaldo C. Moretti e Maria J.M.S. Calixto (Orgs). Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFMS. 57:76. Editora UFMS. Campo Grande, 2003;
- BERTRAND, G. – Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico. CADERNO DE CIÊNCIAS DA TERRA (18). IGUSP. São Paulo, 1971;
- BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Camapuã: Região Centro- Oeste – Mato Grosso do Sul. Coleção de Monografias Municipais. FIBGE. Rio de Janeiro, 1985;
- BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul. SEPLAN/MS. Campo Grande, 1997;
- BLOOM, A. L. – Superfície da Terra. Série de Textos Básicos em Geociências. Trad. p/ Setembrino Petri e Reinhold Ellert. Edit. Edgard Blucher. São Paulo, 1970;
- CHRISTOFOLETTI, A. – Geomorfologia – 2ª Edição. Editora Edgard Blucher. São Paulo, 1980;
- \_\_\_\_\_. – Geomorfologia Fluvial. Vol. 1 “O canal fluvial”. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, 1981;
- \_\_\_\_\_. – A Inserção da Geografia Física na Política de Desenvolvimento Sustentável. GEOGRAFIA 18(1). Rio Claro, 1993;
- CREPANI, E. & SANTOS, A. R. dos – Uso do Sensoriamento Remoto na Conservação do Solo no Mato Grosso do Sul, in: *International Symposium of Resource and Environmental Monitoring*. ISPRS. Rio de Janeiro, 1994;
- GUIMARÃES, V. – Altas Bacias dos Rios Negro e Taboco/MS: Subsídios aos Programas de Desenvolvimento Regional. *Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades – Temas de Geografia Contemporânea*. Lucia H.O. Gerardi e Iandara A. Mendes (orgs). 315:340. AGETEO. Rio Claro, 2001;
- MATO GROSSO DO SUL – Planta de Área Proposta – Projeto 5 – Criação do Município de Figueirão – SEEPRO/IDATERRA. Campo Grande, 2003;
- PACHECO, N. M. dos S. – Contribuição ao Estudo da Morfodinâmica das Vertentes em Processo de Arenização no Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul in: *V Simpósio de Geografia Física Aplicada*. DG/USP. São Paulo, 1993;
- SOTCHAVA, V. B. – O Estudo de Geossistemas. *Métodos em Questão* (16) 1:52. IGUSP. São Paulo, 1977;
- SOUZA, O. C. de & HAMILTON, S. – Resultados preliminares sobre o transporte de sedimentos pelas águas dos rios da Bacia do Rio Taquari. EMBRAPA / CPAP. Corumbá, 1993;
- SUERTEGARAY, D. M. A. – A Trajetória da Natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí-RS. *Tese de Doutorado*. FFLCH/USP. São Paulo, 1987;
- TUAN, Y. – Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Difel Editora. São Paulo, 1980.

# Organización económica del territorio paraguayo: integración regional, desintegración nacional.

*Yamili Yaluff\**

---

---

## 1. INTRODUCCIÓN

A través del tiempo, el hombre ha transformado su entorno haciéndolo funcional a las actividades que realiza. Esas actividades, particularmente económicas, se desarrollan en un espacio determinado lo que se traduce en una modificación del ambiente natural, con la instalación de elementos creados que las sociedades generan para viabilizar su existencia modelando el espacio y organizando el territorio de una manera específica (Ortega, 2000; Correa, 1995). La evolución de las sociedades ha modificado las prácticas espaciales, las sociedades tradicionales que realizaban intercambios simples y en que las relaciones locales eran esenciales, mutaron a sociedades complejas basadas en las tecnologías de información, y en las que las transacciones comerciales son cada vez más globales, aceleraciones acentuadas en la segunda mitad del siglo XX (Mendez, 1997).

El sistema económico complejo se refleja en los nuevos mapas económicos observados a diferentes escalas espaciales, lugares conectados e interdependientes a pesar de la

---

\* Ingeniera en Ecología Humana. E-mail: yamilialuff@gmail.com

dispersión y las distancias (Mendez, 1997). Las mismas se acortan y disminuyen las escalas de acción de los actores, dibujando un escenario dinámico, que deja sus huellas sobre el espacio y que proporciona pistas para comprender a la sociedad.

Los mapas económicos proyectan la nueva división espacial del trabajo, manifestada a través de la especialización territorial de tareas y actividades, en donde se observan la lógica imperante de los bloques regionales, los centros que comandan, las periferias que obedecen, a través de flujos de información que van más allá de las fronteras nacionales. En palabras de Benko (1994) la economía mundial emergente puede ser considerada como un mosaico de regiones productivas especializadas con procesos complejos de crecimiento localizado, cada vez más dependiente de las otras regiones.

Se redefine el sistema mundial, en que la economía se vuelve más autárquica e independiente de los Estados (Benko, 1994). El sistema mundial aparece como un conjunto de economías regionales y en la medida que disminuyen la escala de observación, adquiere lógica la articulación de los territorios (Caravaca, 1997). Las fronteras nacionales se erosionan, emergiendo regiones económicas transnacionales homogéneas, a la vez que zonas deprimidas con menores grados de integración (Ohmae, 1997).

Los cambios se van reflejando directamente en el desarrollo desigual de los diferentes lugares (Mendez, 1997). En ese contexto, el presente artículo realiza una lectura espacial de las actividades económicas del territorio paraguayo, de manera a intentar develar las fuerzas que interactúan en la región y la forma en que se configura este territorio dentro de un esquema de funcionamiento regional.

El artículo explora en primer lugar la estructura física del país y la configuración actual como consecuencia de los procesos históricos, luego se describe el contexto regional

en el que se encuentra para después examinar las dinámicas productivas principales que determinan la organización económica de territorio.

## 2. ESTRUCTURA FÍSICA Y SÍNTESIS HISTÓRICA

El Paraguay se encuentra localizado en el centro del hemisferio sur del continente americano, con una superficie de 406.752 km<sup>2</sup>. Es un país mediterráneo, limita con Brasil, Argentina y Bolivia. El territorio nacional se divide físicamente por el río Paraguay en dos regiones que presentan características físicas, climáticas, ecológicas, administrativas y poblacionales distintas, el Chaco y el Paraguay Oriental.

El Paraguay Oriental es el espacio nacional por excelencia debido a que concentra el 97% de la población, alberga a las ciudades más importantes y posee casi la totalidad de las infraestructuras viales y equipamientos. En cambio el Chaco, con el restante de la población se constituye en un espacio poco privilegiado, hasta casi abandonado por el Estado, pero atractivo para otros actores. Pero, como se notará más adelante, dentro de los mismos espacios existen desigualdades en la provisión de las infraestructuras y equipamientos, de actores y prácticas, y de flujos de bienes y servicios, que aumentan la desarticulación nacional.

Históricamente, la colonización se inició en con la fundación de Asunción (1537), la capital del país. Los asentamientos se expandieron lentamente a sus alrededores y hacia el río Paraguay, el avance se concentró en la zona alrededor de Asunción. Las fronteras fueron establecidas al finalizar la Guerra contra la Triple Alianza (1864-1870). La venta de tierras fiscales en 1880 y 1883 promovió el control de gran parte del territorio por parte de empresas extranjeras y sin presencia del Estado principalmente en la frontera Este y en el Norte del Paraguay Oriental, y en el Chaco (Pastore, 1972).

El esquema de ocupación territorial no se alteró hasta mediados de 1950, la

población se concentraba en Asunción, en las ciudades puertos fronterizas de Encarnación y Concepción, y alrededor de las vías del tren. El principal eje de conexión con el mundo era la hidrovía Paraguay-Paraná hacia el Sur a través de la Argentina. En la década del cincuenta el Estado ejecutó proyectos con el objetivo de integrar las diferentes zonas del Paraguay Oriental, construyó rutas con apoyo financiero del Brasil y desarrolló planes de colonización (Kleinpening, 1987). Ocurrió un giro en las relaciones internacionales cambiando el eje Sur (río) por el eje Este (ruta) con el fin de salir al Atlántico por vía terrestre cruzando territorio brasileño.

El acercamiento al Brasil a través de las rutas, el puente Ciudad del Este-Foz do Iguazú, la hidroeléctrica Itaipú, la inmigración brasileña en la frontera Este, la reconversión productiva con el avance de la frontera agrícola y la introducción de los cultivos de trigo y soja, transformaron profundamente la estructura territorial del Paraguay Oriental. Emergieron las ciudades que se encontraban alrededor de las rutas principales en detrimento de las ciudades-puertos. El eje Este se convirtió en el más dinámico y se debilitó el eje Sur. Por otro lado el Chaco, seguía otra lógica de ocupación y funcionamiento con la empresa de extracción de tanino Carlos Casado localizada en Alto Paraguay, a orillas del río; el desarrollo de las colonias menonitas en el Chaco Central y la formación de estancias ganaderas en el Bajo Chaco y a orillas del río Pilcomayo.

### 3. CONTEXTO REGIONAL

El Paraguay se localiza entre los dos países más extensos de América del Sur, el Brasil y la Argentina. Son las mayores economías de América Latina y significativos a nivel mundial. Son grandes productores y exportadores de soja y carne, además de productos industriales. Sobre las costas del Atlántico se encuentran las ciudades de

Sao Paulo y Buenos Aires, principales aglomeraciones urbanas y centros de negocios vinculados a los circuitos de la economía global. En relación a las infraestructuras del comercio internacional, los puertos se constituyen en los puntos de articulación de las redes de distribución de la producción y el comercio. La Argentina posee una red de puertos sobre el río Paraná que desemboca en el río de la Plata, siendo el principal el puerto de Buenos Aires. En Brasil, los puertos de Paranaguá, Santos entre otros son de carácter multinacional y están conectados por una red de carreteras con las zonas productivas.

Los modelos de integración territorial de la región son el Mercosur, la Zicosur (Zona de Integración del Centro-Oeste sudamericano) e IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana), cada uno con estrategias diferenciadas y zonas de acción específicas. El Mercosur, liderado por el Brasil, es el bloque económico y acuerdo político de mayor relevancia, tiene orientación Este hacia el océano Atlántico. La zona de acción, corresponde al corredor que se encuentra entre Belo Horizonte, Río de Janeiro, Sao Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Montevideo, Rosario, Buenos Aires, Córdoba, Mendoza y parte del Paraguay Oriental, quedando excluidos el nordeste brasileño, el noroeste argentino, gran parte de Uruguay y Paraguay (Marianacci, 2000; Müller & Mertins, 2004)

La Zicosur se orienta hacia el océano Pacífico, con la intención de articular a las regiones mediterráneas de América del Sur y dirigirse a los mercados asiáticos y de los países de la Cuenca del Pacífico. Es un acuerdo entre regiones, integrado por el área central de Chile (principalmente el puerto de Antofagasta), el Sur de Bolivia, el Noreste Argentino, los Estados de Mato Grosso do Sul y Paraná del Brasil, el Sur de Perú y el Chaco Paraguayo (Zicosur, 2007). Es un emprendimiento que se encuentra en

etapa inicial y hasta el momento no se observa un importante flujo comercial entre los mismos.

Finalmente, la IIRSA es un proyecto de implantación física coordinada de infraestructuras de transporte, energía y telecomunicaciones de todos los países sudamericanos. Se desarrolla en los denominados ejes de integración, que corresponden a las diferentes zonas de la región y conecta el océano Atlántico con el Pacífico (IIRSA, 2004). Actualmente existen varios proyectos en ejecución.

En una breve reflexión del aspecto regional, podemos mencionar que el Mercosur es el que tiene un impacto real en la economía del Paraguay, aunque no participa con peso en las decisiones del bloque, sino siguiendo el contexto que determina Brasil, que lidera el mismo. Pero el impacto del bloque se localiza en ciertas zonas, con la producción de soja y ganado, cuyas dinámicas son claves para la organización económica del territorio, como se verá en el siguiente punto.

#### 4. ORGANIZACIÓN ECONÓMICA DEL TERRITORIO

El Producto Interno Bruto del Paraguay se compone principalmente de dos elementos, el sector agropecuario y

el sector de comercio y finanzas (BCP,2007). Este último se desarrolla en Asunción, Ciudad del Este, Encarnación y Pedro Juan Caballero. En la figura 1 se observa la localización del volumen de producción de bienes y servicios, la misma indica que las actividades económicas se concentran en la capital y en las ciudades fronterizas.

La participación del sector agropecuario en el PIB es de alrededor del 26% y genera casi la totalidad de las exportaciones del país. Examinando los componentes del sector, se observa que la agricultura ocupa el 17% de ese valor y la ganadería el 7% del mismo. A su vez, de la agricultura el 93% pertenece a la soja, y lo restante corresponde al algodón y al tabaco (MAG, 2006).

La soja y la carne son los principales productos de exportación, además son los que ocupan la mayor cantidad de espacio físico, la soja con 2,2 millones de hectáreas y la ganadería con cerca de 10 millones de hectáreas. Particularmente la dinámica productiva de estos rubros se describe a continuación, debido a la incidencia que ejerce en la organización económica del territorio

#### 4.1. DINÁMICA DE LA PRODUCCIÓN SOJERA

La región sojera de América del Sur es la principal productora de este rubro

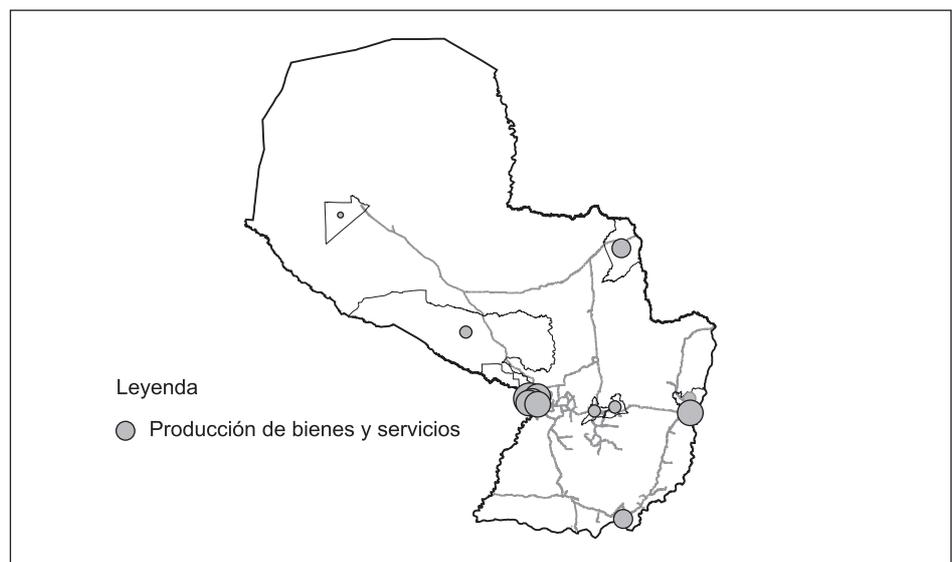


Figura 1 - Volumen de producción de bienes y ser vicios.

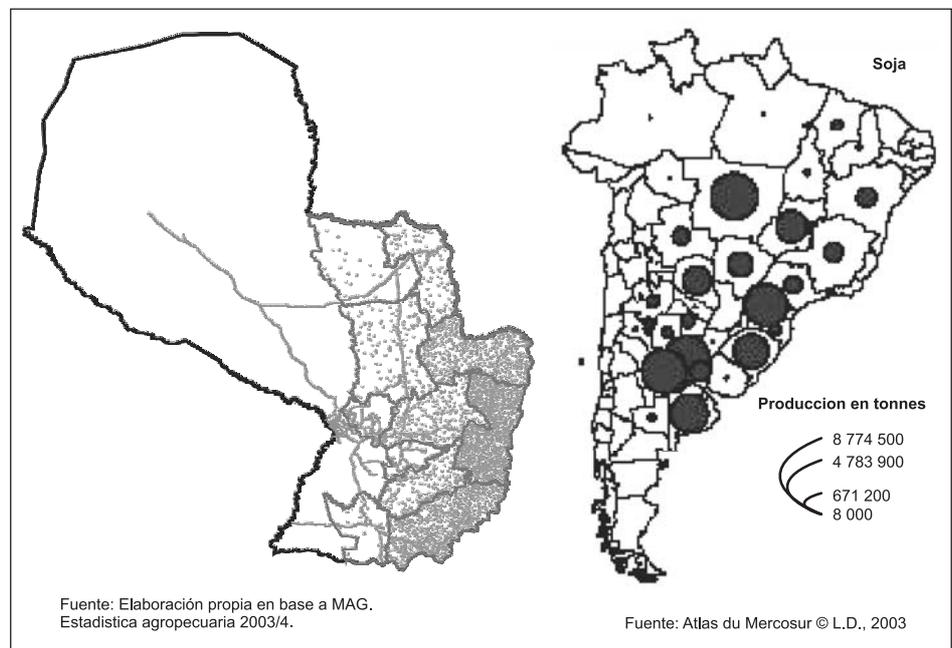
Fuente: Elaboración propia en base a Atlas de Desarrollo Humano, 2005

en el mundo, superando la producción de EEUU y China. Según el USDA Febrero 2006 citado por la Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (Capeco), en conjunto se registraron, en la zafra 2005/6 103,5 millones de toneladas, de esta cifra el 56.5% corresponde al Brasil, el 39,1% a la Argentina, y el 4,3% a Paraguay.

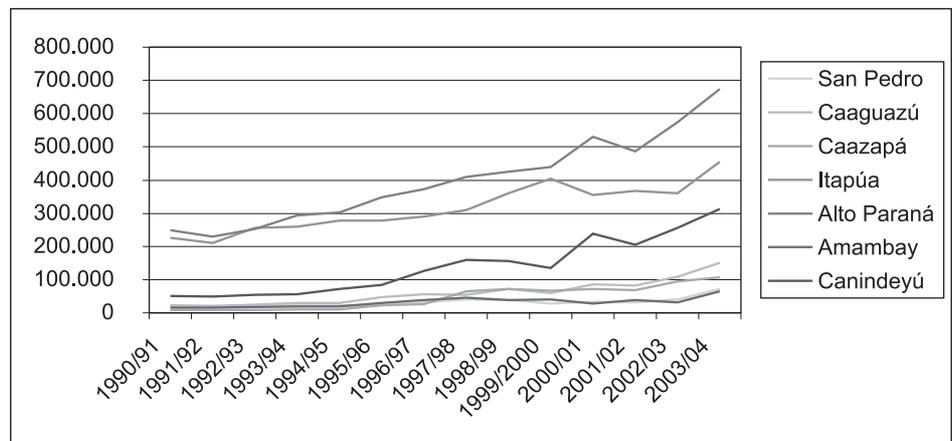
La producción sojera es una actividad extractiva de tipo empresarial, alta mecanización que requiere de mucho capital para su realización. La concentración de la producción a nivel regional y nacional se observa en la figura 2.

A nivel nacional se concentra en los departamentos de Itapúa, Alto Paraná

y Canindeyú que constituyen la franja fronteriza con el Brasil, en esa zona es el modelo productivo predominante. Hasta el año agrícola de 1996/97 casi la totalidad de la superficie cultivada en el país se concentraba en los departamentos mencionados, para ir decreciendo ligeramente en los siguientes años, expandiéndose los cultivos hacia el Este de los departamentos de San Pedro, Caaguazú, Caazapá y Misiones. La producción se expande desde la franja fronteriza Este hacia el interior del país. En el gráfico 1 se observa la pendiente pronunciada y ascendente que indica el rápido crecimiento de la superficie cultivada



**Figura 2** - Localización de la producción de soja en Paraguay y América del Sur



**Gráfico 1** - Evolución de la superficie cultivada con soja en los departamentos de mayor concentración en el periodo 1990-2004 en hectáreas.

Fuente: Elaboración propia en base a MAG. Estadísticas agropecuarias

con soja en los departamentos de mayor concentración.

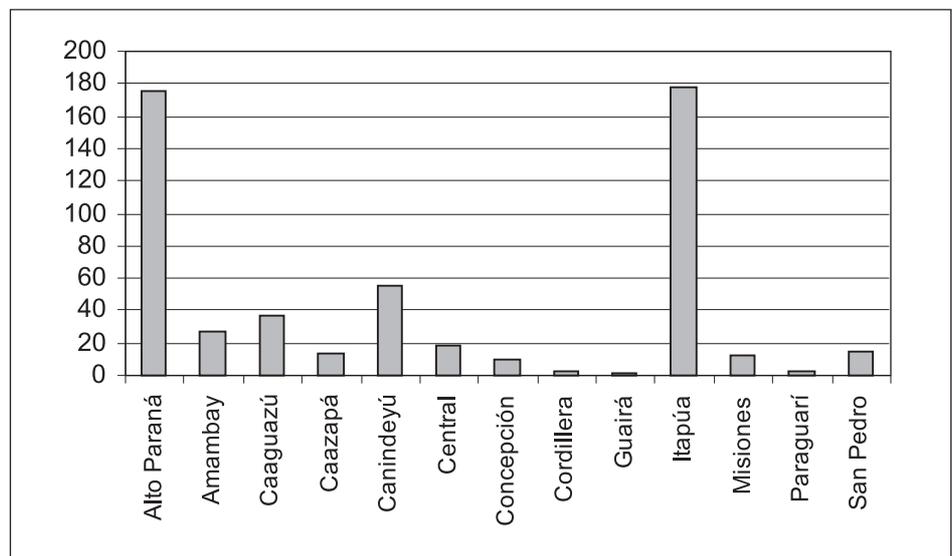
La localización de los silos para el almacenamiento de los granos se concentra en los departamentos de Alto Paraná e Itapúa, sobre el eje Ciudad del Este-Encarnación y el eje Hernandarias- Salto del Guairá. El gráfico 2 indica la cantidad de silos existentes por departamentos, se observa que se concentran en los departamentos fronterizos, principalmente en Itapúa, Alto Paraná y Canindeyú.

El 70% de la soja se exporta como grano y el 26% va a la industria. El 60% de la soja en grano se destina a EEUU, 28% a la Argentina, y 1.07% a Brasil.

Por otro lado, el aceite de soja se exporta a la Comunidad Andina. En relación a los medios de transporte, la exportación se realiza por vía fluvial a través del río de la Plata en un 95% y por vía terrestre al mercado interno brasileño en un 2%.

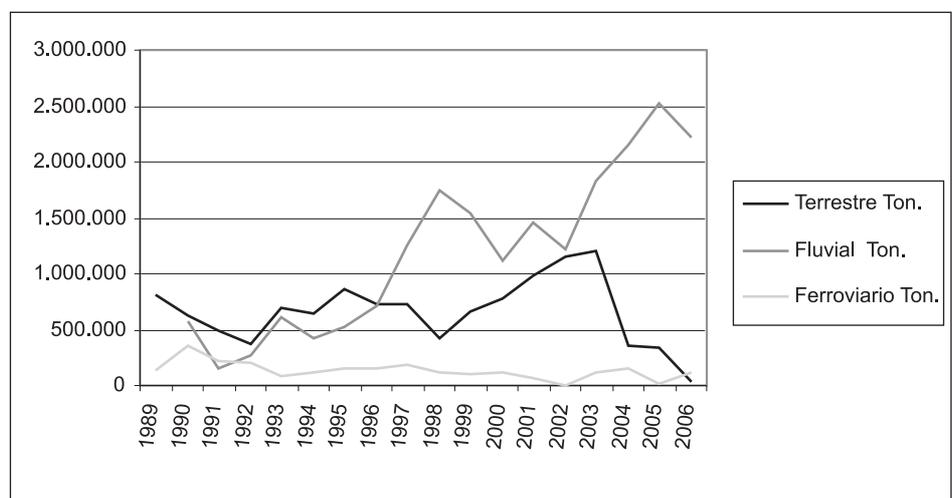
El gráfico 3 muestra que hasta el 1996 el transporte por vía terrestre era predominante, pero a partir de allí, cambia la dirección y aumenta progresivamente el transporte por vía fluvial, superando ampliamente desde el 2003 esta modalidad de exportación.

La salida de la soja por el río Paraguay es mayor (78%) frente a la salida por el río Paraná (22%). En la Figura 3



**Gráfico 2** - Existencia de silos por departamentos

Fuente: Elaboración propia en base a CAPECO



**Gráfico 3** - Exportación de soja en grano por año por medio de transporte

Fuente: Elaboración propia en base a CAPECO

se ilustra la infraestructura de exportación de la soja, por los ríos Paraguay y Paraná hasta el puerto de Buenos Aires, y por carretera a través de territorio brasileño hasta el puerto de Paranagua, ambas salidas por el océano Atlántico.

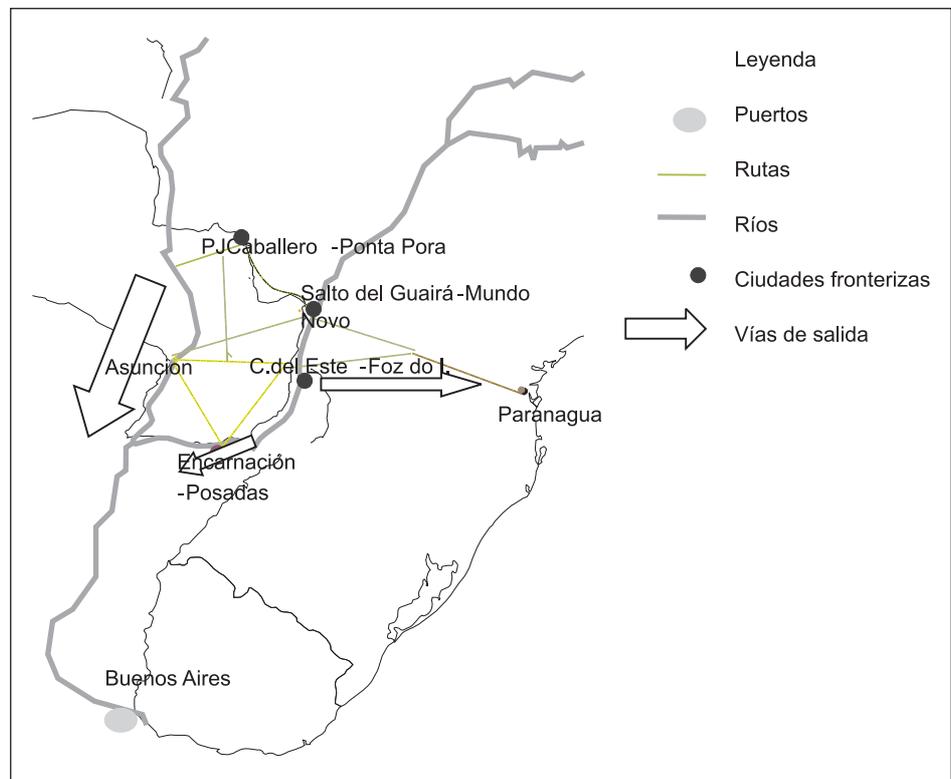
#### 4.2. DINÁMICA DE LA PRODUCCIÓN GANADERA

En América del Sur la ganadería es una actividad importante en la economía regional como se observa en la Figura 4. El Brasil y la Argentina se encuentran entre los principales productores a nivel mundial, detrás de EEUU. En Paraguay, la ganadería se concentra en el Chaco, en los departamentos de Presidente Hayes y Alto Paraguay. En el Paraguay Oriental se concentra al Norte de los departamentos de Concepción y San Pedro, Noroeste de Amambay, al Sur de Paraguari y en casi la totalidad de Misiones y Ñeembucú. La existencia ganadera en el año 2004 se observa en el gráfico 4.

Los ganaderos se encuentran articulados en la Asociación Rural del

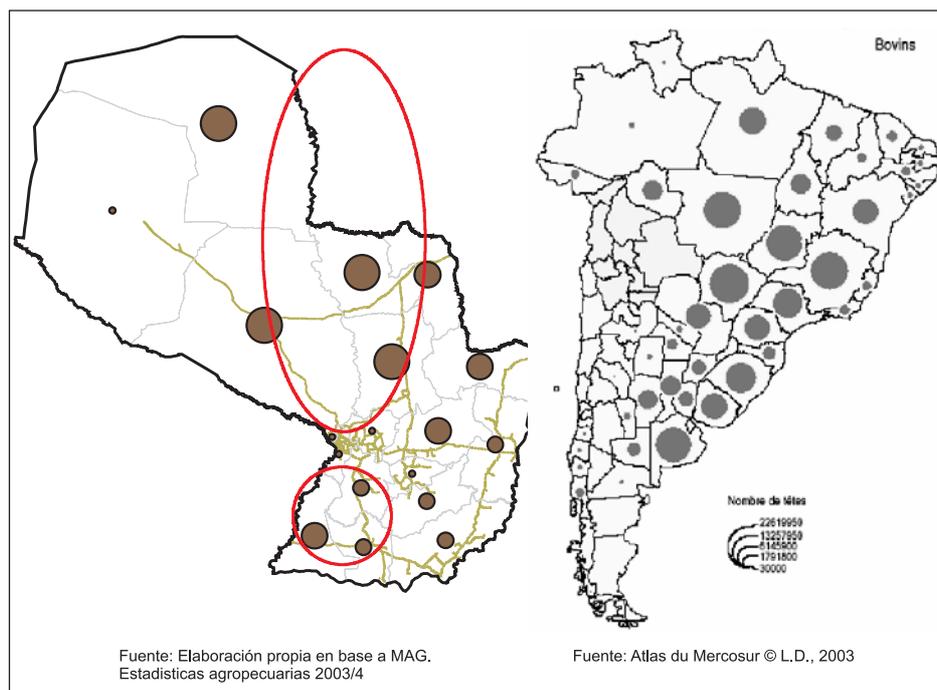
Paraguay, una entidad gremial con fuerte influencia en la política nacional, y se divide en regionales departamentales localizadas en todo el territorio nacional, en el Chaco se divide en regionales no departamentales y se localizan en el Chaco Central, Chaco Sur, Gral. Bruguez, Alto Chaco y Tte. Esteban Martínez.

Existen diferencias entre la ganadería del Norte y la ganadería del Sur en relación a los mercados de destino y a los actores. La ganadería del Norte está fuertemente vinculada con el estado brasileño de Mato Grosso do Sul que constituye el principal mercado tanto legal como ilegal. Se practica el contrabando de ganado en pie realizado a través de caminos internos de las estancias en ambos lados de la frontera. Existe un frigorífico en Concepción –el mayor exportador de Paraguay en los últimos años- que envía carne al Mato Grosso do Sul con destino final a San Paulo. En el Norte existe una significativa participación de capital brasileño en las diferentes actividades productivas tanto en la agri-



**Figura 3** - Vías de exportación de la soja

Fuente: Elaboración propia en base a CAPECO



**Figura 4** - Localización de la existencia ganadera en Paraguay y América del Sur

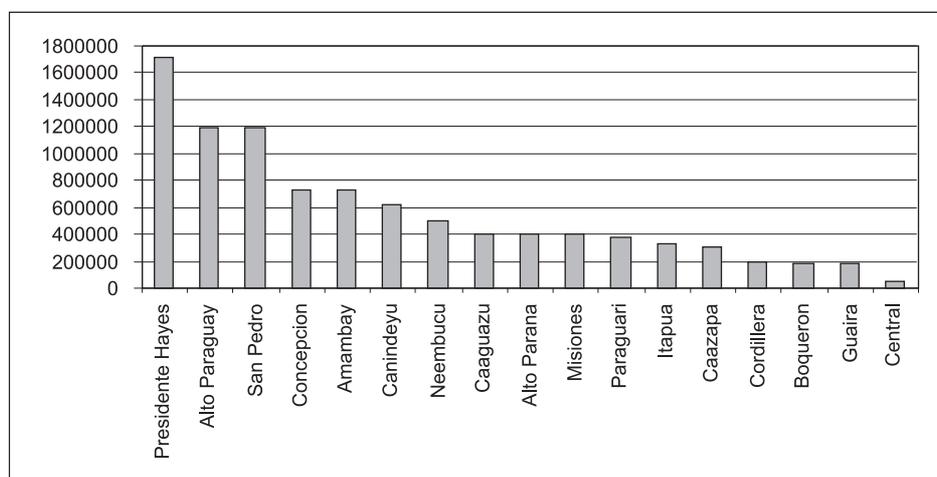
cultura, ganadería y en el comercio. Los propietarios de estancias son ganaderos brasileños y paraguayos. El ganado producido en el Sur en su mayor parte se destina al mercado local.

En los últimos años se observa que ganaderos brasileños invierten masivamente en la compra de tierras en el Alto Paraguay. Desde Bahía Negra hacia abajo en la frontera con el Brasil se han instalado estancias modernas de entre 15.000 a 20.000 hectáreas. Este modelo productivo proviene del Mato Grosso Do Sul, donde

existe una de las mayores concentraciones de ganado bovino de América del Sur (Dietze et al., 2000)

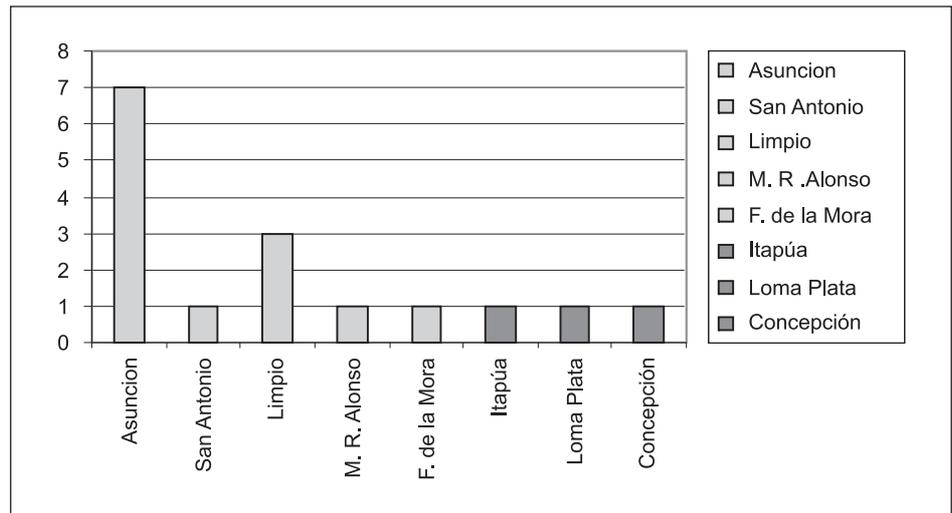
En el 2004, el 73% de la producción se destinó a la exportación, mientras que el 27 % al mercado local. Los principales mercados de exportación son Rusia, Chile, Brasil, Líbano e Israel. El transporte hasta los mercados a puertos de exportación se realiza por vía terrestre en camiones refrigerados.

Las ferias de remate de ganado se localizan en las ciudades de Mariano



**Gráfico 4** - Existencia ganadera en el año 2004

Fuente: Elaboración propia en base a MAG. Estadísticas agropecuarias 2003/4



**Figura 5** - Localización de los frigoríficos

Fuente: Elaboración propia en base a Senacsa

Roque Alonso y Limpio, aldeañas a Asunción. Los frigoríficos también se concentran en Asunción y sus alrededores como señala el gráfico 5, las barras de color naranja indican que los frigoríficos se encuentran en las ciudades cercanas a la capital, y los de color rosa son los que están en el interior del país.

## 5. INTEGRACIÓN REGIONAL, DESINTEGRACIÓN NACIONAL

Las actividades económicas causan impactos territoriales que traen como consecuencia el desarrollo desigual de las diferentes zonas. Los flujos económicos se concentran en ciertos lugares, cuyos funcionamientos se dan a distintas velocidades creando regiones dinámicas, articuladas a la economía mundial, y regiones estancadas, que quedan al margen de la misma. Los flujos económicos y la interacción entre los lugares son determinantes de la organización territorial y este fenómeno adquiere sentido con una aproximación multiescalar que va más allá de las fronteras de los países.

Los territorios nacionales se fragmentan emergiendo regiones económicas con límites que no coinciden con las fronteras nacionales, si no que se establecen límites económicos cambiantes y adaptables a las coyunturas,

y que son modificables con mayor facilidad. Las fronteras operan como interfases permitiendo la circulación de información, tecnologías, bienes y servicios que facilitan el desarrollo de las actividades económicas; las mismas homogenizan espacios que se constituyen en regiones económicas transnacionales.

La organización económica del territorio paraguayo responde a lógicas regionales. Se identifican sectores productivos altamente especializados, el territorio del ganado y el territorio de la soja. Ambos se conectan con los dispositivos productivos regionales, lo que hace que la economía nacional sea dependiente de la región.

Los flujos económicos en las zonas fronterizas son más intensos, articulándose en sistemas productivos regionales, y ocasionando rupturas y desintegración interna del territorio nacional. Las zonas de interior del Paraguay Oriental se estancan, la frontera se dinamiza y el Chaco aparece como un espacio poco privilegiado para el Estado, pero atractivo para actores extranjeros.

La integración regional causa la desintegración nacional. Las actividades económicas se expanden y las zonas se especializan por proximidad y por contagio, no a causa de políticas nacionales.

## 6. BIBLIOGRAFÍA

- ASOCIACIÓN RURAL DEL PARAGUAY. Consulta página en Internet. [www.arp.org.py](http://www.arp.org.py)
- BABOUX, J. 1998. Introduction à l'analyse spatiale. Paris: Armand Colin. 93 p.
- BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. 2006. Comercio Exterior  
\_\_\_\_\_. 2006. Sector Real
- BENKO, G. 1994. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M; DE SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC. p 85-101.
- CARAVACA, I. 1997. Los nuevos espacios ganadores y emergentes. EURE (CL). 24 (73): 5-30.
- CAPECO. 2007. Consulta página en Internet. [www.capeco.org.py](http://www.capeco.org.py)
- CEPAL (Comisión Económica Para América Latina, CL). 2000. La reestructuración de los espacios nacionales. Santiago: ILPES/CEPAL. 44 p. (Serie Gestión Pública).
- CORRÊA, R. L. 1995. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p 15-47.
- DIETZE, R; PENNER, R; MASI, F. 2000. Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay. Asunción: BCP. 111 p.
- DOLFUS, O. 1978. El análisis geográfico. Barcelona: Oikos-Tau. 136 p
- IICA; MAG; COMISIÓN ASESORA DE AGRICULTURA Y GANADERÍA DE LA CÂMARA DE DIPUTADOS. 2003. Informe Foro Estratégico Carne Bovina. 60 p
- IIRSA. 2004. Consulta página en Internet. [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org).
- KLEINPENNING, J. 1987. Man and Land in Paraguay. Netherlands: CEDLA. 267 p.
- MARIANACCI, G. 2000. Descentralización y desarrollo económico local: Estudio de caso de la ciudad de Córdoba, Argentina. CEPAL-GTZ. 82 p.
- MÜLLER, U; MERTINS, G. 2004. Desarrollo de regiones periféricas en el Mercosur bajo la influencia de políticas neoliberales. In: MÜLLER, U; BODEMER; K. 2004. Nuevos paradigmas de desarrollo para América Latina. GTZ-IIK. p: 156-171
- MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA. 1990- 2005. Estadísticas de Producción agropecuaria. San Lorenzo: MAG  
\_\_\_\_\_. 2006. El sector agropecuario en cifras. DGP, 95 p
- MÉNDEZ, R. 1997. Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ariel. 384 p.
- OHMAE, K. 1997. El fin del Estado Nación. Chile, 270p.
- ORTEGA VALCÁRCEL, J. 2000. Los horizontes de la geografía: teoría de la geografía. Barcelona: Ariel. 604 p
- PASTORE, C. 1972. La lucha por la tierra en Paraguay. Montevideo: Antequera. 526 p.
- PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo) / DGEEC (Dirección General de Encuestas, Estadísticas y Censos) / Facultad de Ciencias Económicas-UNA. 2005. Atlas de Desarrollo Humano Paraguay 2005. (disco compacto). Asunción, PY. 1 disco compacto.
- YALUFF, 2005. Los procesos territoriales del Paraguay Oriental entre 1990 y 2004. San Lorenzo. Universidad Nacional de Asunción. 100p
- YALUFF, 2006. Las dinámicas territoriales del Paraguay Oriental: configuraciones y movimientos actuales. Revista de Población y Desarrollo N° 31. UNFPA-FCE/UNA p: 51- 68
- ZICOSUR. Consulta página en Internet. [www.zicosur.com](http://www.zicosur.com)

